



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

ANO XV

PORTO VELHO-RO, QUARTA-FEIRA, 11 DE MARÇO DE 2026

Nº 46

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS	0770
SECRETARIA DE FINANÇAS	0772
SECRETARIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES	0782
SEC. DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	0783
ADVOCACIA-GERAL	0787

TAQUIGRAFIA

1ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 11ª LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA.

OBJETIVO: debater os impactos da privatização da BR-364 no Estado de Rondônia.

EM: 02.03.2026

INÍCIO: 15h04min

PRESIDENTE: SR. ALAN QUEIROZ

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) – Senhoras e senhores, boa tarde. Sejam todos bem-vindos.

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, atendendo ao Requerimento nº 3578/2026, de autoria do Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Alan Queiroz, e após aprovação em plenário, realiza Audiência Pública para debater os impactos da privatização da BR-364 no Estado de Rondônia.

Agradecemos desde já a todos que nos acompanham por meio virtual, seja pela página oficial da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia no YouTu-

be, também pelo Facebook e a todos que estão conosco nesta tarde pelo canal 7.2 TV Assembleia. Também aos nossos participantes que estão presencialmente aqui conosco, as autoridades, os nossos amigos e familiares, sejam todos bem-vindos à Assembleia Legislativa

Neste momento convidamos para compor a Mesa desta Audiência Pública o Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Alan Queiroz, proponente desta Audiência Pública.

Convido o Excelentíssimo Senhor Doutor Leonardo Trevizani Caberlon, Procurador da República, neste ato representando o Ministério Público Federal de Rondônia.

Convido a Excelentíssima Senhora Doutora Daniela Nicolai de Oliveira Lima, Promotora de Justiça, neste ato representando o Ministério Público do Estado de Rondônia.

Convido o Excelentíssimo Senhor Eder da Silva, Prefeito do Município de Rio Crespo.

Convido o Senhor Marcelo José Gottardello, Gestor de contratos, neste ato, representando a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT.

Convido o Senhor João Siqueira, Gerente de Relações Institucionais, neste ato, representando a Concessionária Nova BR-364.

Convido o Senhor Davino Gomes Serrath, Vereador do Município de Guajará-Mirim.

Senhoras e senhores, a Mesa pode assentar-se.

Neste momento, o Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Alan Queiroz fará a abertura desta Audiência Pública.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Muito boa tarde. Queremos imensamente agradecer a Deus por estarmos aqui. E, neste momento, peço direção a Ele, para que a gente possa ter uma Audiência Pública positiva, que volte o olhar para diminuir as ações que, porventura, cada um, quando for se colocar, coloque sua dor, coloque a sua dificuldade e a gente possa tirar daqui encaminhamentos importantes para minimizar os impactos que a concessão tem causado na vida do cidadão rondoniense. Então, peço a Deus que possa nos

MESA DIRETORA

Presidente: ALEX REDANO

1º Vice-Presidente: LAERTE GOMES

2º Vice-Presidente: ROSÂNGELA DONADON

1º Secretário: ALAN QUEIROZ

2º Secretário: CÁSSIO GOIS

3º Secretário: EDEVALDO NEVES

4º Secretário: MARCELO CRUZ

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - Carlos Alberto Martins Manvailer
Ger. de Apoio ao Processo Legislativo - Miranilde R. do Nascimento Robles
Divisão de Publicações e Anais - Isabella Lopes de Souza Pinto

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria
CEP 76.801-189 - Porto Velho-RO



abençoar.

Quero imensamente agradecer a presença de todos, toda a nossa Mesa. Inicialmente aqui eu quero cumprimentar o Doutor Leonardo Trevizani, Procurador da República, muito nos engrandece com a sua participação, representando o Ministério Público Federal de Rondônia.

Da mesma forma, a Doutora Daniela Nicolai, e agradeço, Doutora, sempre, a presença do Ministério Público aqui, na Casa do Povo, tratando temas importantes.

Quero agradecer imensamente também a participação da ANTT, na pessoa do senhor Marcelo. O senhor Marcelo está presente aqui. É importante, Doutor Marcelo, estar aqui para ouvir as demandas, ouvir os pontos pós-início dos pedágios, e agora a gente entender todo o contexto individualizado de cada município do cidadão rondoniense.

Da mesma forma também, o João; o João, nesse momento, representando aqui a concessionária. João, tenho certeza de que a sua presença aqui é muito importante, para que a gente possa, de forma técnica, também entender o contexto social que a gente, nesta tarde, terá a oportunidade de debater.

Então, quero iniciar. Vou fazer a abertura. Fiz questão de fazer esse breve relato, registrando essas pessoas, antes de iniciar aqui de forma oficial, para que a gente possa direcionar os nossos trabalhos.

O nosso intuito, a nossa vontade, nesta Audiência Pública, não é fazer politicagem, não é trazer um holofote, mas, sim, dar oportunidade às pessoas que têm tido impacto direto. Não vamos discutir aqui a concessão. A concessão já aconteceu, está aí, sendo constantemente cumpridas as suas exigências, o contrato.

Nós estamos aqui para defender os impactos causados, a dor de cada um, de cada município. É nesse sentido que eu quero direcionar essa Audiência Pública. Se tiver que fazer qualquer interferência, de suspender uma fala que esteja voltada contra aquilo que é o objetivo, nós iremos fazer. Então, o que eu quero é que aqui sintam-se à vontade, a população é quem vai falar hoje. Eu quero ouvir todos. E cada um pode falar favorável, não é favorável, mas colocar aquilo que está impactando, não de forma aqui politiqueria, isso nós não vamos admitir. Queremos algo propositivo, que aqui saiam encaminhamentos para melhoria das condições do povo de Rondônia.

Então, nesse intuito, invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, declaro aberta esta Audiência Pública para debater impactos da privatização da BR-364 no Estado de Rondônia.

Passo novamente a palavra aqui ao Cerimonial, agradecendo aos nossos servidores que estão nos auxiliando.

O SR. JOSÉ CARLOS PAIM (Mestre de Cerimônias) - Antes, deputado, nós gostaríamos de dar sequência à composição do nosso dispositivo e convidamos o Excelentíssimo Senhor Deputado Estadual Delegado Ca-

margo, da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Senhoras e senhores, estando a Mesa dos trabalhos composta, convido todos para, em posição de respeito, cantarmos o Hino Nacional Brasileiro, letra de Francisco Manuel da Silva e Joaquim Osório Duque Estrada. E na sequência, entoaremos o Hino "Céus de Rondônia", letra de Joaquim de Araújo Lima e música do Dr. José de Mello e Silva.

(Execução dos Hinos)

Podeis assentar.

Convido neste momento para compor o nosso dispositivo o senhor Antônio Carlos da Silva, Presidente do Sindicato dos Motoristas Rodoviários do Estado de Rondônia.

Senhoras e senhores, agradecemos a presença do Senhor Vereador Thonatan Libarde, Câmara Municipal de Monte Negro. Senhor Ildefonso Madruga, Presidente do Sindicato dos Engenheiros. Agradecemos ainda o Senhor Salatiel Rodrigues, Presidente da OCB Rondônia; Doutor João Wilson, Procurador da República aposentado, conosco nesta tarde; Senhora Poliane Moreira, coordenadora da CDAP (Coordenadoria de Desenvolvimento Agropecuário), representando a Secretaria de Estado da Agricultura, Seagri.

Conosco nesta tarde, Senhor Antônio Augusto, Diretor de Assunto Social da Força Sindical; Senhora Aliny Ripke, Movimento Mulheres do Agro Rondônia; Senhor José Carlos Bentes Neves, representando o Conseg (Conselho Comunitário de Segurança).

Agradecemos ao Senhor Francisco Rodrigues Lopes, representando a Escola Heitor Villa Lobos; Senhor Victor Andreoni, analista de mercado, neste ato representando a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Rondônia — Faperon.

Excelentíssimo Senhor Nei Martins, Prefeito do Município de Itapuã do Oeste; Senhor Ildefonso Madruga, Presidente do Sindicato dos Engenheiros; Senhora Lenilda da Silva, Presidente da Associação dos Moradores e Agricultores do Flor do Amazonas; Senhor Francisco Coutinho, Presidente da Associação Rural da Gleba Cuniã; Senhor Antônio Moisés, Vice-Presidente da Associação Rural da Gleba Cuniã.

Sejam todos bem-vindos, em nome do gabinete do Deputado Alan Queiroz.

Neste momento devolvemos a palavra ao Deputado Estadual Alan Queiroz, que conduzirá a presente audiência pública.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Mais uma vez, nossa gratidão aos nossos servidores, José Carlos Paim, nosso Mestre de Cerimônias nesta tarde. De forma especial também cumprimentar aqui os nossos representantes. Quero fazer, em nome do nosso Vereador Davino Serrath, do Município de Guajará-Mirim, cumprimentar todos os vereadores que se fazem presentes aqui do Parlamento Municipal; em nome do nosso Prefeito Eder, quero cumprimentar também, agradecer todos os nos-

sos prefeitos que estão aqui presencialmente, que estão nos acompanhando pelo nosso link, pela TV Assembleia, pelos canais de comunicação do Legislativo, e também da minha rede social, está on-line, ao vivo, para que a gente possa ter uma interação e uma participação também popular com perguntas, indagações e possam participar também conosco de forma muito ativa.

Cumprimentar de forma especial também o nosso Deputado Delegado Camargo. Obrigado pela presença, meu amigo. E sei que Vossa Excelência é um deputado muito participativo, muito atuante que também tem tido uma preocupação muito constante. Temos debatido vários momentos com relação a essa problemática que hoje tem afetado a nossa população, e que a gente possa sair daqui com algo construtivo, propositivo para que a gente minimize esses impactos, e acredito que iremos conseguir.

Eu quero saudar a todos, dar as boas-vindas, àqueles que nos assistem em casa. E eu quero fazer aqui um breve relato do que nos norteou a proposta, sendo ela aprovada em unanimidade aqui no Parlamento, por todos os colegas que também têm tido essa preocupação constante.

Já cumprimentando a todos, na Mesa, senhoras e senhores, é com grande senso de responsabilidade que iniciamos esta Audiência Pública para tratar da concessão da BR-364, seus impactos, uma das mais importantes rodovias do Estado e da região Norte do Brasil.

A BR-364 não é apenas uma estrada. Ela é o corredor que liga famílias, produtores rurais, trabalhadores, estudantes e empreendedores. É por ela que escoia a produção agrícola, que circulam mercadorias, que ambulâncias transportam pacientes e que milhares de rondonienses constroem diariamente o desenvolvimento do Estado de Rondônia.

Sabemos dos desafios históricos desta rodovia: trechos com alto índice de acidentes, necessidade constante de manutenção, problemas estruturais e períodos críticos, especialmente no inverno amazônico. A discussão sobre a concessão surge, portanto, dentro de um contexto que exige soluções concretas, investimentos robustos e, acima de tudo, responsabilidade com interesse público.

Esta audiência não é um mero ato formal. Ela é um espaço democrático de escuta, transparência e construção coletiva. Estamos aqui para ouvir a sociedade civil, o setor produtivo, os caminhoneiros - tão bem representados aqui pelo nosso amigo ex-vereador Da Silva, que também faz parte conosco agora, nesse momento, da Mesa. Os prefeitos, vereadores, os representantes do governo federal e todos os cidadãos que serão diretamente impactados por esse processo.

Não podemos permitir que a população seja surpreendida por decisões que afetem seu dia a dia sem o devido debate. Ao mesmo tempo, também não podemos ignorar a urgência de melhorar a infraestrutura e salvar vidas.

Nosso compromisso é claro: defender os interesses de Rondônia, garantir que qualquer modelo de

concessão traga melhorias reais, segurança viária, desenvolvimento econômico e respeito ao cidadão.

Que este seja o momento de diálogo qualificado, técnico e, acima de tudo, responsável e que possamos sair daqui com encaminhamentos objetivos e com a certeza de que estamos construindo soluções duradouras para o presente e para o futuro do nosso Estado de Rondônia.

Precisamos responder a perguntas fundamentais: Princípio da Modicidade Tarifária. A tarifa deve ser justa, proporcional e compatível com a realidade socioeconômica do Estado. Rondônia possui forte dependência rodoviária, o que torna o pedágio um custo indireto para alimentos, combustíveis e insumos. Questiona-se se houve estudo adequado de impacto econômico regional antes da fixação dos valores.

Cobrança antes das melhorias estruturais. O contrato foi assinado em 18 de julho de 2025, com data base dos valores referentes a janeiro de 2024. O primeiro Termo Aditivo, foi assinado em 22 de dezembro de 2025, ou seja, com apenas 5 meses após a assinatura do contrato, o que me parece um pouco estranho, haja vista que em pouquíssimo tempo já se tenha um aditivo contratual e sem ainda realizar melhorias impactantes ao longo da rodovia. Este primeiro Termo Aditivo, em sua Cláusula Primeira, item 1.1, diz que teve como objetivo, "substituir a obrigação de construção e operação de praças de pedágios pela obrigação de implementação e operação de pedágios eletrônicos para cobranças de tarifas e Livre Passagem".

Como isto não estava previsto em edital, pergunto: essa condição não poderia ter ocasionado a não participação de outros concorrentes, haja vista que apenas um concorrente participou e o desconto no valor previsto do edital foi de apenas 0,5%, ou seja, quase nada. Qual a diferença de preço entre a construção e a operação de praças de pedágio pelo sistema de livre passagem e pelo pedágio tradicional? Havendo diferença, como vai ser revertido esse valor economizado?

Tenho informação através da nossa equipe técnica - que eu quero aqui parabenizar, em nome do nosso Engenheiro, Kruger Darwich - que um pedágio tradicional, a praça completa, pode custar em torno de R\$ 7,5 milhões, enquanto o de pedágio de livre passagem, cada pórtico, pode custar aproximadamente R\$ 1,3 milhão, com equipamentos e sensores já instalados. Ou seja, para a implantação de 7 pedágios convencionais, o valor ficaria em R\$ 52,5 milhões, enquanto o do tipo livre passagem ficaria em torno de R\$ 9,1 milhões. A diferença seria então de aproximadamente R\$ 43,4 milhões.

Aqui quero abrir um parêntese para já apontar e direcionar a nossa necessidade de rediscutir esse ponto. Essa economia, a meu ver, é algo já apontado, diagnosticado, e nesse sentido que possa ser revertido rapidamente e diretamente à população.

Vou indicar isso também ao final da nossa sessão, quando teremos os encaminhamentos, mas já quero aproveitar esta informação para a gente indicar alguns pontos importantes que chegaram como deman-

das ao nosso gabinete.

O primeiro é discutir a isenção da tarifa para os pacientes de tratamento de câncer, que precisam constantemente utilizar a nossa rodovia, bem como os que fazem tratamento de hemofilia e a hemodiálise, pacientes recorrentes que precisam constantemente estar transitando pela BR-364.

Da mesma forma, estar debatendo uma tarifa diferenciada, reduzir o custo dessas tarifas, haja vista que a gente já vê uma economia imediata dentro do contrato.

Seguindo adiante: em quanto tempo seriam construídas as praças de pedágio? Será que seriam apenas 30 dias, assim como foi implantado o pedágio do tipo livre passagem? E ainda, qual a diferença no valor do investimento na implantação entre a construção de praças de pedágio e o pedágio tipo livre em passagem? Ou seja, essa mudança antecipou, e muito, a cobrança do pedágio.

Outra questão que me chamou a atenção está no Primeiro Termo Aditivo, na cláusula terceira, item 3.1, que diz: "Antes do início da cobrança da tarifa de pedágio, a concessionária deverá realizar testes operacionais completos dos pedágios eletrônicos por, no mínimo, 30 dias, período em que deverá alertar os usuários sobre a previsão de início da cobrança".

Existe alguma evidência de divulgação aos usuários sobre essa mudança?

O que me chama a atenção é que o Primeiro Termo Aditivo foi assinado em 12 de dezembro de 2025 e, no dia 12 de janeiro de 2026, iniciou a cobrança. Os usuários foram informados sobre a previsão da cobrança do pedágio?

Em decisão judicial recente que suspendeu a cobrança do pedágio, o magistrado disse: "Houve descumprimento contratual, especialmente da cláusula que exige garantia de segurança do tráfego antes do início da cobrança do pedágio".

O sistema de cobrança Free Flow foi implantado sem estudos adequados da infraestrutura local, em possível violação à Lei nº10.233/2001.

"O modelo foi implantado sem respeitar o prazo mínimo de três meses para informação ao usuário, ferindo o dever da transparência previsto na Lei nº 8.987/1995".

Quanto aos acidentes na BR-364: cerca de 519 acidentes foram registrados nos primeiros meses de 2025, até abril. Até setembro de 2025, os dados mostram aproximadamente 1.292 acidentes.

Para nossa surpresa, em 2026, a Polícia Rodoviária Federal divulgou estatísticas preocupantes sobre a BR-364, indicando aumento no número de acidentes graves e de mortes em comparação ao mesmo período em 2025.

Entre os dias 9 e 22 de fevereiro de 2026, foram registrados 17 acidentes graves na rodovia, três ocorrências a mais no mesmo intervalo de 2025. Como consequência, cinco pessoas perderam a vida, número que representa duas mortes a mais em relação ao ano

anterior.

Outro fator que chama a atenção é que, mesmo com a concessão da rodovia 364, os números de acidentes com vítimas não reduziram.

E quero aqui, por questão de justiça, como falei isso hoje em uma reunião e entrevista, nós que estamos nessa rodovia, – eu pelo menos semana sim, semana não – temos que reconhecer que houve, sim, algumas melhoras, principalmente com relação à sinalização. Esse número de acidentes poderia estar ainda maior. Percebemos hoje a rodovia muito mais sinalizada, mais limpa.

Então, não apenas críticas, mas também reconhecer alguns avanços que porventura a gente já encontra e visualiza.

Para encerrar este meu pronunciamento inicial, pergunto: é razoável iniciar a cobrança integral antes da entrega das melhorias que fundamentaram a concessão?

Em muitos contratos de concessão, a tarifa cheia é condicionada ao cumprimento de metas iniciais de qualidade. A tarifa está sendo cobrada muito antes do previsto, haja vista que quase nenhuma melhoria ainda foi implantada.

Na modelagem inicial, com pedágio tradicionais, o tempo de implantação seria bem mais longo e as melhorias na BR-364 poderiam ser vistas. Mas, quando houve alteração do sistema para o tipo pedágio livre passagem, a cobrança veio antes.

Ou seja, pode-se dizer que os investimentos estão sendo feitos com a receita de pedágio?

Não vamos esquecer que a BR-364 é um corredor estratégico de transporte de grãos, transporte de combustível, transporte de pacientes e transporte escolar intermunicipal.

Participei, na semana passada, no dia 24 de fevereiro deste ano, da reunião da Comissão de Infraestrutura do Senado. Estava sendo presidida naquele momento, o presidente nosso senador, o Senador Marcos Rogério. E tive a oportunidade de ouvir o Eminentíssimo Senador do Estado do Mato Grosso, Jayme Campos, ele mesmo fez a seguinte fala naquela Comissão.

Quero aqui, inclusive, agradecer ao Senador Marcos Rogério, porque naquele momento que nós estávamos presentes, fazendo visita em vários gabinetes, protocolando para que estivesse presente aqui a nossa bancada federal, e o senador rapidamente nos convidou para fazer parte ali da Comissão de Infraestrutura. E eu trouxe o convite e naquele momento foi votado um convite para que o Presidente da ANTT, o Doutor Guilherme, quero até agradecer também aqui por enviar um representante, da importância de estarmos aqui.

E o senador, juntamente com aquela comissão, aprovou uma diligência para que a equipe da ANTT possa estar aqui acompanhando de perto, in loco, vendo essa problemática, vendo esses impactos. E eu tenho certeza que será muito importante essa participação. E agradeço imensamente a intervenção do senador para que pudesse ter um representante hoje da ANTT aqui conosco. Da mesma forma, também, esse convite esten-

dido ao representante, Doutor João, da concessionária.

Então, eu quero aqui apenas dizer de uma preocupação. Eu tive a oportunidade de ver a fala do senador (Jayme Campos), que ele disse o seguinte: "A concessão ao longo da BR-163, antes administrada por 13 anos pela Concessionária Rota Oeste, do trecho Trevo do Lagarta até Sinop, sendo que neste período não fizeram nenhum investimento e fizeram inúmeros pontos de cobrança dos pedágios".

Eu peço a Deus e rogo que não aconteça com Rondônia o que aconteceu com Mato Grosso. Que a gente tenha pedágio, tarifa sendo paga durante um período de 13 anos e que não teve investimento, naquela rodovia, que foi obrigado o Estado reaver o seu domínio por conta, exatamente, de não ter se cumprido um contrato.

Desta forma, e eu quero fazer uma justiça aqui também, naquele momento era outra empresa, não é a empresa que hoje aí está, para que fique claro isso. E, desta forma, declaro aberta a Audiência Pública, reafirmando o nosso compromisso com a transparência, com a participação popular. E nesse momento aqui, abro parênteses para que qualquer pessoa, qualquer cidadão, seja representante ou não, que queira fazer uso da sua fala, eu quero que nossa equipe, o Cerimonial, a equipe legislativa, possa apontar o seu nome e eu quero dar oportunidade a todos da fala. Dependendo do número, nós estipularemos aqui um tempo para que a gente possa ser propositivo e ter um andamento correto da nossa Audiência Pública.

E, nesse momento, cumprindo com o nosso compromisso e com a transparência, com a participação popular e com o desenvolvimento de Rondônia, eu agradeço a atenção de todos nesse primeiro momento e o nosso muito obrigado.

Antes de a gente passar aqui a fala à nossa Mesa, aos nossos convidados, aos nossos representantes, a fala à população. Quero deixar também que o nosso Deputado Delegado Camargo, assim como os nossos deputados que estão on-line, deixem as suas primeiras considerações e eu concedo a palavra a Vossa Excelência.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Obrigado, Presidente. Eu quero começar cumprimentando toda a população que nos assiste pelas redes sociais da Assembleia Legislativa, pelos canais particulares dos parlamentares desta Casa. Começar cumprimentando Vossa Excelência, pela excelente iniciativa desta Audiência Pública.

Recordo, inclusive, que Vossa Excelência propôs, ainda no final do ano passado, e por questões de final de ano, afastamento, Vossa Excelência conseguiu agendar na Casa para esta data.

Então, acredito que o palco correto para nós discutirmos também os impactos que o nosso Estado está recebendo do pedágio é salutar que seja nesta Casa. Eu quero apenas cumprimentar também todas as mulheres aqui presentes, demais autoridades, e na pessoa do Senhor Francisco Antônio e da sua esposa, cumprimentar todos os advogados, todas as pessoas aqui presentes.

Eu quero dar boas-vindas ao senhor e à sua

esposa Yasmin, sejam bem-vindos profissionais de primeira linha, advogados extremamente experientes e que muito abrilhantam esta Casa com a sua presença. Obrigado e tenhamos uma boa audiência a todos.

Eu vou pedir, Presidente, para falar somente ao final, depois de nós ouvirmos todo mundo, que eu acho que é importante nós ouvirmos a população. Obrigado, Presidente.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Obrigado, Excelência. Parabéns, principalmente por ter se debruçado. Vossa Excelência, que é um estudioso e a gente se alegra muito com a participação do senhor, tanto no Parlamento quanto nos temas importantes. E é uma pessoa muito justa.

Acredito que a gente precisa, em conjunto, aqui, achar alternativas para a gente minimizar esses impactos. O ambiente jurídico é o ambiente jurídico; para se discutir contratos, se discutir outras questões. Aqui, acredito que é aquilo que Vossa Excelência agora tão bem frisou: ouvir a população e saber qual a dificuldade pontual de cada cidadão. A dificuldade hoje de Cujubim é uma; de Candeias do Jamari é outra; lá de Pimenta Bueno é outra; e assim por diante.

Então, eu quero aqui, já inicialmente, convidar para que o nosso representante dos transportes, que é o meu amigo, Da Silva, ex-vereador, grande amigo, um grande parlamentar, cuja ausência é muito grande; faz falta lá no Parlamento Municipal a sua pessoa, pelas suas lutas, pela sua história, meu amigo, Da Silva. E hoje também representa um sindicato importante, que é o Sindicato dos Motoristas do Estado de Rondônia.

Temos aqui também algumas pessoas que através do nosso link de comunicação também vão fazer uso da fala, que são os representantes da Aprosoja (Associação Brasileira dos Produtores de Soja) e outras pessoas cujos nomes estão sendo coletados agora e suas representações, para a gente poder ouvir nesta tarde.

Quero passar a palavra para o nosso amigo, Da Silva. Da Silva, vou já direcionar um tempo de cinco minutos, se assim a Vossa Excelência conseguir sintetizar. E, se não, a gente pode estender um pouquinho mais, até porque a gente ainda não tem a noção de quantas pessoas irão fazer uso da fala.

Então, inicialmente, vamos direcionar cinco minutos a Vossa Excelência. Se quiser, Da Silva, usar a Mesa ou ali a tribuna, também, sinta-se à vontade; onde Vossa Excelência achar melhor, está bom?

O SR. ANTONIO CARLOS DA SILVA - Eu queria cumprimentar o meu amigo Deputado Alan. E, em nome do Deputado Alan, eu queria cumprimentar toda a Mesa; em nome da Doutora Daniela, eu quero cumprimentar aqui as mulheres que estão presentes, nossa Promotora; em nome do Gilberto, eu quero cumprimentar os demais.

Eu vou pontuar aqui alguns itens polêmicos que não chegaram ao conhecimento. Um deles são os nossos transportes escolares, Excelência, que rodam no eixo dessa BR, são mais de 2 mil ônibus que têm que passar

nesse pedágio, levando nossas crianças. E nós temos tido dificuldade em aumentar o nosso salário por causa do quilômetro rodado. Mais uma pancada em cima da gente.

Também queria pontuar aqui a sobrevivência dos taxistas que fazem lotação ao longo da BR, que também vão ser atingidos de uma forma bem especial para sobreviver, porque eles já vivem em uma situação difícil. E agora complicou mais.

Mas eu queria falar em nome dos nossos carreteiros e caminhoneiros que a gente nunca foi ouvido.

Querida parabenizar aqui, Excelência, por ter divulgado essa audiência, porque a outra que houve foi no pulo do gato. A gente teve que sair correndo para ir lá e gritar para ouvir a gente. Não é, Gilberto? E o Vitor que está ali. Quero deixar registrado aqui que nós não temos nenhum estacionamento específico para a gente.

Os postos de gasolina foram programados para caminhão de sete eixos e caminhão de três e quatro eixos. Hoje, os caminhões que rodam nessa BR, na soja, são de nove eixos. Então, só tem um posto aqui, adequado, que é o posto Mirian, lá no Candeias. E nós não vamos ter estacionamento. E uma das maiores preocupações é que nós não temos segurança. Eles assaltam a gente, roubam bateria.

Eu queria saber desse consórcio qual é a segurança que vai passar para a gente? Então, não chamaram a gente para falar de uma unidade de saúde, que nós estamos precisando, não só aqui no Estado de Rondônia.

Quando eu me pronunciei na outra audiência, eu falei que a gente estava morrendo de diabetes, pressão alta, osteoporose, depressão, solidão. Vivemos um mau tempo na BR, desse país, anoitecendo, Excelência, e amanhecendo, com o progresso na mão. E aí nós não somos ouvidos. E quando se pronunciam sobre nossos carreteiros, é que a gente fecha, é que a gente bate, é que a gente passa por cima. É uma falta de respeito tão grande com a gente, que só Deus na causa. Só Deus na causa.

Então, hoje, eu não vou falar nem do motorista registrado, eu vou falar do motorista que tem o sonho de ter um caminhão. Se ele der quatro viagens em Vilhena nesse consórcio, ele vai pagar por mês de R\$ 12 mil a 13 mil. Quem compra um caminhão, lógico que vai dar mais viagem. Não vai ficar com lucro.

Se os senhores virem esse tapa-buraco, que eu estava muito nervoso um dia falando, a temperatura subiu, e o pneu foi programado para uma temperatura, só que hoje a temperatura está maior. Quando a gente vem com um caminhão, que bate nesse tapa-buraco, ele estoura. E, às vezes, as empresas cobram da gente. Então, é uma situação tão triste que a gente vive nesse país, que a gente está pedindo socorro a uma sociedade que também é vítima desse pedágio.

E, finalizando aqui, eu queria deixar registrado que a soja chegou e chegou com força. O ano que vem vai triplicar aqui, Salatiel. Então, eles estavam falando nessa audiência sobre a Expresso Choeiro, o qual eu trouxe aqui para Vossa Excelência, Deputado Alan Queiroz. O descaso com a gente lá na Expresso Choeiro.

Quando é chuva, a gente vem com os caminhões cheios de lama e solta na Jorge Teixeira. Quando é poeira, a gente passa lá, levanta a poeira, prejudicando lá o Hospital de Amor, Cosme e Damião, o Hospital de Base, que é muita poeira. Por isso que a gente fica com problema de asma, a gente que tem uma idade mais avançada.

Então, tudo isso eu queria que olhasse com muito carinho e dessem mais umas condições para a gente que vive com esse progresso na mão, porque do outro lado da ponta ali, Salatiel, ali, sentido Humaitá, tem uma faixa contínua. Nós estamos parando na beira da BR e tendo que fazer aquelas conversões ali proibidas. Mas tem uma balança lá da ANTT cobrando a gente, cobrando a gente. Está tendo acidente. Eles estão preocupados com a margem direita do rio, estão esquecendo da esquerda. Fora os "maneiros", que são mais de 3 milhões, que vão vir ocupar essa BR aqui, vamos passar em cima da ponte e vamos cair na Jorge Teixeira.

Escutem o que estou falando aqui. Quando chegar lá embaixo, no Santa Marcelina, que tiver um viaduto, nós vamos ficar encurralados. Cada caminhão são 26 metros para entrar e sair. Tudo bem que vão vir, vamos fazer o contorno. E a gente que está vindo aqui de Jaci-Paraná, de Guajará-Mirim, que é só soja, e vindo 50 quilômetros daqui do Humaitá. Então, tudo isso eu quero deixar aqui registrado para que amanhã escutem o que eu falei.

E eu venho de uma luta muito grande que não tem nada a ver com o que eu vou falar aqui, nada a ver. Vou pedir perdão a vocês. Foi na época das usinas do ribeirinho. Eu gritava na rua. Arrebentou com a gente essas compensações. E muitos estão vendo aí a energia cara. E esse consórcio que está aí, ele não nos ouviu, que usamos a BR. Ele não ouviu quem anoitece e amanhece com o progresso na mão, que somos nós carreteiros. Então, a BR somos nós que vivemos 24 horas. Não são eles que vão usar, não. Somos nós, profissionais.

E, tendo dito isso aqui, vou deixar mais outro aviso. Sabe ali a avenida Rio de Janeiro com a ...

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) – Para concluir, por favor, senhor da Silva.

O SR. ANTÔNIO CARLOS DA SILVA - Aquela ali, dá um engarrafamento ali, e a gente encavala com os caminhões. Quem é amador encosta ali e fica um prejuízo muito grande, a gente tombando. Mas nós falamos isso aí.

Quero agradecer aqui a Vossa Excelência, o Senhor. Eu quero agradecer aqui a Doutora Daniela e também o nosso doutor do Ministério Público, que olhem para a gente com carinho. Encerrando aqui, eu falei muito nervoso, viu, Victor? A gente teve um pico de diabetes lá em São Paulo, a PM prendeu a gente, algemou, bateu o motorista. E ele dizendo que ele estava bêbado, ele levantou e disse: "Eu estou com diabetes, eu estou morrendo", porque a gente não tem assistência nenhuma para os nossos carreteiros, nossos caminhoneiros desse país tão abençoado.

Tendo dito isso, muito obrigado.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Obrigado, meu amigo Da Silva. Parabéns. E, assim, principalmente, Da Silva, sei que você sempre foi um defensor da sua categoria, mas também um apaixonado por esse Estado, que já vi várias vezes você falar, relatar que foi o Estado que te deu a oportunidade e que tudo que o senhor conquistou está aqui. E é o mesmo interesse de todos nós que aqui estamos, que amamos o nosso Estado. Sou filho dessa terra.

Quero cumprimentar minha mãe, que está aqui comigo, Dona Chaguinha, meu exemplo, pessoa simples, que veio do nosso Baixo Madeira e que nos criou e nos educou. E entendendo sempre de um ditado que tiro isso dentro da minha família, dela, que veio lá de baixo, do comércio, 35 anos. O negócio só é bom quando é bom para os dois lados. Quando você tem somente alguém se dando bem, esse outro aqui não vai mais passar a comprar com você. Agora, quando você tem algo vantajoso para todos, aí sim, tem tudo para dar certo. O ensinamento de uma pessoa simples, sem muito estudo, mas que entendeu que a vida deve ser dessa forma. Tudo na nossa vida é o equilíbrio. E é por isso que nós estamos hoje aqui, te parabenizar pelo equilíbrio na sua fala, de tentar buscar realmente melhorias.

E da mesma forma, vou direcionar aqui ao Doutor João Siqueira, pessoa que eu tenho uma estima, fez um grande trabalho na época na Funasa (Fundação Nacional de Saúde), onde tive a oportunidade de várias demandas ter levado e ter alcançado o êxito e dizer, Doutor João, da importância de Vossa Senhoria estar conosco aqui.

Exatamente nesta fala, de acharmos no pós-concessão, no pós-acontecimento, porque você enxergar um negócio, um planejamento de um negócio, como foi da concessão, é totalmente diferente do agora. Onde agora, a gente consegue saber os impactos que estão sendo causados para cada segmento, para cada região. E ter hoje, a presença de vocês aqui, tanto a sua, da concessão, da concessionária, como também da ANTT, mostra a sensibilidade de que é importante, sim, esse diálogo, essa construção, e a gente possa achar aqui alguns caminhos, para que possam minimizar esses impactos.

Então, antes de passar a palavra a Vossa Excelência, eu queria fazer esse registro de agradecimento à sua participação aqui, bem como do Marcelo, da ANTT, viu Marcelo, como é importante a sua presença aqui. Que esteve - já morou aqui no nosso Estado de Rondônia, tem filhos, tem filho nascido aqui em Rondônia, que tem sua história também com essa terra.

Tenho certeza que também passa aí, nesse momento, um filme e que a gente realmente, finalize a nossa Sessão de Audiência Pública com algo, início de várias conversas, de várias discussões, debates, para que a gente ache realmente esse equilíbrio pontuado aqui na fala da minha mãe. Eu ouço, com muita alegria a Vossa Senhoria.

O SR. JOÃO SIQUEIRA - Oi, boa tarde a todos. Me chamo João Siqueira, estou aqui representando a Concessionária Nova 364.

Primeiro, gostaria de agradecer ao Deputado Alan Queiroz, em nome da sua pessoa e do Deputado Delegado Camargo, o convite para poder estar aqui hoje, para a gente poder esclarecer, para a gente poder debater, para a gente poder assimilar as dúvidas de todos que estão aqui. Afinal de contas, vocês são os usuários aí, e a gente precisa entender a modacidade, precisa entender a necessidade de vocês.

Lógico que a concessionária ganhou um contrato, esse contrato é presidido de um modelo econômico-financeiro que foi estudado pelo governo federal. Então, hoje a gente atua em um contrato de concessão de 30 anos, que é regido por um mecanismo jurídico. Então, a gente rege isso, rege esse mecanismo jurídico, mas nada impede de a gente estar aqui hoje para poder escutar os anseios da população, para escutar as necessidades do usuário, para poder esclarecer algumas dúvidas, que são muitas as dúvidas de todos vocês. Então, gostaria de agradecer vocês pelo convite de estar podendo oportunizar a concessionária de estar aqui hoje.

Gostaria de agradecer também, em nome do Prefeito Eder, de Rio Crespo, e todos os prefeitos que estão aqui presentes, afinal de contas, a concessionária tem essa interface com 17 municípios limítrofes, Deputado Alan. E ela não só beneficia esses municípios com uma série de obras, como também a questão do ISS (Imposto Sobre Serviços), que é um negócio que contribui muito.

A gente sabe que nossos 48 municípios dos 52 que a gente tem, tem menos de 50 mil habitantes. Então, os prefeitos que estão aqui, que têm hoje esses municípios com uma população um pouco menor, eles sabem da importância dessa questão do ISS. Nós estamos falando de trazer essa arrecadação de ISS ao longo desses 30 anos, não só da tarifa, da modacidade tarifária, mas também a questão da operação e a questão das obras que a gente vai fazer ao longo desses 30 anos de BR.

Gostaria de agradecer também o Doutor Leonardo e a Doutora Daniela. Estivemos lá no Ministério Público Federal conversando e debatendo, entendendo um pouco melhor, explicando um pouco melhor o projeto. Eles nos receberam muito bem lá. Gostaria de agradecer, doutor, a receptividade lá. Tivemos a oportunidade de conversar com vocês, receber algumas demandas, entender um pouco de demanda, levar isso para dentro da Casa, poder discutir isso.

Então, esse ambiente aqui é muito importante para que a gente possa assimilar isso, para que a gente possa trazer clareza no que está no contrato, afinal de contas, esse contrato é um contrato de concessão; mas também poder debater aqui a necessidade do usuário afinal de contas nós temos um período bastante grande para cumprir uma obrigação contratual que é presidido em cima de um modelo econômico financeiro.

Gostaria de agradecer também o Senhor Gottardello, pela presença aqui hoje em nome da ANTT, em nome do Doutor Guilherme, está podendo estar aqui es-

clarecendo, também, essas dúvidas regulatórias.

Esses contratos vêm de uma 5ª sessão de contrato. Hoje o governo federal tem mais de 30 concessões federais pelo Brasil. Hoje, nós temos uma previsibilidade de pelo menos mais 10 leilões no ano de 2026. Então, são contratos robustos, são contratos que têm muita exigência com o privado, são contratos que exigem ao privado fazer os investimentos necessários.

Então, estar aqui hoje podendo falar em nome da concessionária, oportunizar, escutar principalmente a população, escutar a Aprosoja, escutar os usuários da rodovia, isso é bastante importante para a concessionária também.

Dizer, Deputado Alan, que a nossa presença aqui neste debate é muito rica e enaltece não só o usuário que está usando a rodovia, mas também a concessionária. A gente precisa entender, por parte do usuário, qual é a necessidade, qual é a demanda, e levar essa demanda para dentro da empresa.

Já faço aqui esse compromisso com você: tudo o que for debatido hoje será internalizar. Lógico que temos uma obrigação contratual a ser seguida e cumprimos esse contrato. Tudo o que foi regido até agora, nesse tempo em que estamos sob contrato, tem previsibilidade legal para fazermos isso.

Mas, entendendo as demandas de vocês, faço o compromisso, de antemão, antes mesmo de começar a escutar as pessoas que estão aqui, de internalizar todas as demandas apresentadas hoje, para que a gente possa estudar e discutir, porque, afinal de contas, é isso que a gente quer: levar segurança viária, proporcionar conforto ao usuário e fortalecer essa parceria junto com o Estado de Rondônia.

Muito obrigado.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Obrigado, Doutor João, muito obrigado mesmo.

Tivemos a oportunidade de conversar rapidamente hoje, e fico feliz de Vossa Excelência externar isso aqui em público. Esse é o nosso objetivo. De fato, queremos que os pontos trazidos sejam debatidos internamente.

Mesmo havendo hoje um contrato que precisa ser seguido, que é o Norte, que orienta a concessão, nada impede – e isso inclusive faz parte do corpo e do próprio contrato – que, em momentos oportunos, salvo engano, duas vezes por semestre, estejam debatendo esses pontos.

Acredito muito que, a partir de hoje, surjam sugestões e indicações de debate através desta audiência pública.

Quero convidar para fazer uso da palavra o senhor Marcelo José Gottardello, Gestor de Contratos, neste ato representando a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

Marcelo, peço que leve um abraço da Assembleia Legislativa ao Guilherme, Presidente da Agência Nacional de Transportes Terrestres, que, de forma muito rápida, deu uma resposta quanto à presença de vocês aqui.

Eu até falei para ele que, salvo engano, foi na

quinta-feira que estive em Brasília, ou quarta-feira; foi um tempo muito curto. Disse: “Doutor Guilherme, se não for possível a participação presencial, que seja de forma virtual, porque é importante a participação da ANTT.”

Prontamente, também atendendo a um pedido do nosso Senador Marcos Rogério, ele fez questão de que houvesse um representante presencial, o que muito nos engrandece.

Tenho certeza de que daqui o senhor ouvirá nossas demandas, nossas dores, e tentará, como gestor do contrato, encontrar os caminhos adequados, oportunizando a melhoria execução contratual.

Quero passar a palavra a Vossa Excelência e, de antemão, agradecer. Sei que o senhor chegou nesta madrugada para estar conosco, e sou muito grato pela participação.

Com a palavra.

SR. MARCELO JOSÉ GOTTARDELLO - Boa tarde a todos os presentes, às autoridades.

Deputado Alan, como o senhor já falou, considero-me um local. Meu pai trabalhou aqui na Usina de Samuel, na primeira e na segunda etapa. Tenho um filho que nasceu aqui, e minha irmã mais nova também nasceu aqui, na Vila da Eletronorte.

Quando apareceu essa concessão na Agência, já me prontifiquei. Além de ser gestor do contrato, sou fiscal da Comissão de Trabalhos Iniciais e coordenador aqui em Rondônia.

Quero falar primeiro da missão da Agência. A Agência tem a missão de administrar e fiscalizar essa rodovia. Os objetivos da nossa administração são garantir a trafegabilidade durante todo o ano, proporcionar segurança aos usuários e empresários, modernizar a rodovia e manter, principalmente, o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

O senhor falou da diferença de custo entre as praças de pedágio físicas e o sistema Free Flow. Isso será atualizado na primeira revisão contratual. Ou a concessionária fará algum investimento diferente do previsto no contrato, ou haverá modicidade tarifária. Mas não haverá lucro ou ganho. O motivo de a Agência aceitar essa mudança é a fluidez do tráfego.

Temos problemas em todas as nossas rodovias com filas e acidentes nas praças de pedágio. No Paraná, tivemos uma cabine que sofreu um acidente; infelizmente, uma colaboradora perdeu a vida. Um caminhão explodiu na praça de pedágio, foi um acidente terrível.

A agência está em uma tendência de não ter mais praças físicas, todas serão no modelo free flow. Inclusive, essas dez concessões, como o João falou, serão nesse modelo. As que ainda têm praça física estão mudando para o free flow. Portanto, não é algo único da nova BR-364.

Como Presidente da Comissão de Trabalhos Iniciais, eu vim e fiz uma vistoria em novembro, uma em dezembro. A concessionária cumpriu todos os requisitos contratuais necessários para iniciar essa cobrança de pedágio.

E os nossos contratos, o nosso modelo tem uma previsão inicial de 1 ano, de até um ano, uma trafegabilidade mínima e a operação da rodovia, que são guinchos, ambulâncias e as bases operacionais de segurança ao usuário. Foram feitas todas essas condicionantes contratuais, isso que os habilitou a começar a cobrança. Eles tiveram início dois meses antes da assinatura do contrato, eles fizeram um convênio com o DNIT, então tem mais de 5 meses, 6 meses que eles já estão na rodovia, eles já entraram, inclusive a ponte aqui de Candeias do Jamari já está com eles há bem mais tempo.

Enfim, o contrato está sendo cumprido. Os estudos têm falhas, e eu acho que não adianta nós discutirmos as falhas do estudo agora, a gente tem que melhorar. Você falou de uma praça de pedágio que está muito cara, a disposição das praças agora já está pronta. Mas eu queria destacar por último que os nossos contratos não são imutáveis. Além de nós fazermos revisões anuais e quinquenais.

As revisões quinquenais permitem excluirmos e colocarmos obras, benfeitorias, inclusive mudar todo o contrato. Os parâmetros de desempenho de pavimento, é uma revisão contratual quinquenal que nós fazemos. E antes dessas revisões, nós fazemos reuniões participativas com a comunidade, nós vamos fazer um banco de obras, de pedido, e isso é feito a qualquer tempo.

Então é isso. O objetivo da Agência, o principal, é manter o usuário, a segurança do usuário. O senhor falou que aumentou o número de acidentes, e eu acredito que pelas condições do pavimento, que estão melhores, infelizmente o usuário fica, aumenta a velocidade da rodovia, os acidentes... **(manifestação da galeria)**

Olha, a concessionária mandou... Bem, não vamos entrar no debate agora, mas os relatórios de monitoração de pavimento foram entregues à ANTT, foram feitos por uma empresa idônea, e essa melhora é o suficiente.

Nós vamos começar... **(manifestação da galeria)**

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Só um minuto, só para a gente manter a condição da palavra aqui, por favor.

O SR. MARCELO JOSÉ GOTTARDELLO - Os investimentos de ampliação de capacidade vão iniciar esse ano, inclusive com o início das obras aqui do Hospital do Amor até o porto. A concessionária pretende adiantar esse investimento. E é isso, vamos abrir a palavra.

Obrigado Deputado Alan Queiroz.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Obrigado, Marcelo. Obrigado mesmo. Quero só, Marcelo, dizer que no entendimento das pessoas que a gente ouve, que a gente tem relatos, que a expectativa, quando se fala da questão da melhora, é que quando você vai pedagiar uma rodovia, a gente imagina que seja uma ampliação, uma duplicação, uma melhoria, de fato.

Agora, não podemos aqui desmerecer de que, fato, nesse período era para a nossa rodovia estar com

muito mais buracos, isso é incontestável. Quem roda muito nessa época sabe que tínhamos pontos críticos que teria agora situações que a carreta precisava parar, o carro parar para poder passar aqueles buracos. Então, nesse ponto há avanços.

Mas, entenda que o Estado estava ansiosamente aguardando uma ampliação. Ampliação, principalmente, com relação à questão de quilômetros. Onde a gente teve, vamos dizer assim, frustrada a nossa expectativa quando a gente apenas ver um crescimento de cento e poucos quilômetros numa rodovia extensa como essa. Então, entenda que essa insatisfação ocorre por conta disso.

E eu quero também, aqui, agradecer e, principalmente, quando Vossa Senhoria fala que já apontaram esse reconhecimento dessa falta de investimento nas praças e que será revertida em obras. Ou o contrato também prevê que, além dessa possibilidade dessas mudanças, que é um contrato que pode ser revisto e melhorado, vamos dizer assim — se a palavra correta é essa —, e também a expectativa do número de carros, carretas que estipulou um valor, e que, superado isso, esse número, o excesso de arrecadação também, da mesma natureza, pode entrar em uma discussão de aumento de investimentos. Ou seja, de repente, aumentar mais, duplicar mais quilômetros, ou ser revertido também na diminuição de tarifa. É isso mesmo? Estou aqui errando na minha interpretação?

O SR. MARCELO JOSÉ GOTTARDELLO – Não. Nós temos uma conta vinculada, se o tráfego da rodovia aumentar, acredito que é 5%, não lembro o número exato, isso ou vai ser revertido em modicidade, ou pode ser incluído em obras e investimentos na rodovia. Então, não existe esse risco. A gente tem que manter o equilíbrio contratual mesmo, porque não podemos esquecer que a concessionária é uma parceira e nós precisamos dela também aqui. Esses investimentos, ela vai ficar 30 anos cobrando isso, mas o investimento grosso vai ser agora, nos primeiros 10 anos.

O SR. DELEGADO CAMARGO – Presidente, questão de ordem. Eu peço a Vossa Excelência, se possível, para que nós não possamos ficar aqui apenas em discursos e posicionamentos talvez um pouco mais superficiais.

Se Vossa Excelência permitir que eu faça uso da fala agora, porque eu gostaria de trazer dados específicos, números importantes, que talvez venham a se refletir, inclusive, nas falas das associações, dos representantes, eu acho que eu irei, de certa forma, contribuir para o debate, trazendo números precisos, importantes, que a população de Rondônia deve conhecer. Se Vossa Excelência me permitir, eu gostaria de fazer a uso da fala.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Excelência, com certeza. Vossa Excelência tem toda a prerrogativa e também a importância necessária para contribuir com esta Audiência Pública.

Eu só, apenas, mais uma vez, reitero a impor-

tância de apontarmos os erros, sugerir acertos, melhorias; mas sempre pautados na proposição. Esse ponto eu reforço, peço mais uma vez a todos e também a Vossa Excelência que a gente possa direcionar a nossa fala no sentido propositivo, que esse é o objetivo da nossa audiência pública.

Quero registrar também a presença do nosso Vereador Jefferson Clímaco, de Norma Mamoré; Doutora Camila, que está ao lado. Todos os nossos parlamentares que se fazem presentes. Com a palavra, o Deputado Delegado Camargo.

O SR. DELEGADO CAMARGO – População de Rondônia que nos acompanha, preste muita atenção em tudo aquilo que será dito, depois você pode assistir novamente, revisar, porque darei fontes de informação precisas, citarei quais são as fontes; e, desde já, eu coloco à disposição tanto do representante da ANTT, quanto do representante da concessionária, para que, em qualquer momento da minha fala, se eu trouxer um dado inverídico ou que não esteja de acordo com os manuais do DNIT ou do contrato de concessão que foi feito com a empresa BR-364, rapidamente, por gentileza, me interrompam e reestabelecem a verdade.

Muito bem.

Como nós chegamos a ter em Rondônia o pedágio mais caro do Brasil? E por que eu digo “o mais caro do Brasil”? Porque nós devemos considerar a tarifa média para cada 100 quilômetros rodados. Hoje, você paga em Rondônia R\$ 21,10 para cada 100 quilômetros rodados. É uma média. Se nós pegarmos, por exemplo, o Mato Grosso do Sul, aqui, nosso vizinho; lá, a cada 100 quilômetros rodados, você paga R\$ 9,00; aqui, R\$ 21,00.

Mas como chegamos ao preço da tarifa? Como é feito o preço de uma tarifa de pedágio? Quais são os fatores que influenciam no cálculo para isso? Bom, o primeiro fator a ser considerado é o volume de tráfego, ou seja, a demanda de veículos que transitam naquela rodovia. E, em segundo, o manual do DNIT.

Deve ser feito um estudo de volume de tráfego, de acompanhamento de movimento de pessoas, de volumes e cargas, durante um ano. Isso é o que diz o manual do DNIT, correto? Ok, confirmação do representante do DNIT aqui.

Em Rondônia, esse estudo, acreditem, durou apenas sete dias. Vou dar a data precisa para os senhores, de 13 a 19 de outubro do ano de 2020, em que nós estávamos na segunda onda, talvez a mais devastadora, da pandemia. Pessoas em pânico e trancafiadas dentro das suas próprias residências e comércios, sem deslocamento de um local para outro, por recomendação do próprio poder público. Acredito que nesse período, quem estava trafegando na BR-364 deveriam ser tão somente as ambulâncias, carros do poder público e de segurança pública.

Então aqui nós já temos um grande problema. O tráfego não condiz com a realidade daquela época, 2020, tampouco da realidade agora.

E tive o cuidado de pegar alguns dados, e eu quero trazer para os senhores, de como esse volume

diário mudou. Óbvio, naquela época, 2020; vamos falar aqui com a Aprosoja: nós produzimos, aproximadamente, 1 milhão e 100 mil toneladas de soja; em 2025: 2,7 milhões; ou seja: houve um aumento de 133% na produção de soja.

Quando nós vamos para a área plantada de soja, também, 382 mil hectares em 2020; hoje: 694 mil. Aumento da produção: 82% de crescimento. O nosso rebanho bovino, em 2020, a minha fonte é o Idaron: 11 milhões e 100 mil cabeças de boi; hoje, 17 milhões e 500 mil, aumento de 57%. Exportação de carne bovina, em 2020: 3.2 milhões de quilos; hoje, 6.8 milhões, aumento de 109%.

Mas agora, claro, como nós estamos aumentando a produção, nós estamos aumentando necessariamente o transporte logístico de todo esse material produzido. E vamos para números, então, das principais transportadoras desses nossos produtos. O Grupo Amaggi, em 2020, tinha 300 bitrens nove eixos. Hoje, passa de 700 a frota deles. O grupo JS Transportes, em 2020, tinha 30 bitrens nove eixos. Hoje, passa de 180. Mais de 500% de aumento na frota. O Grupo Gazaro, em 2020, 30 bitrens nove eixos. Hoje, 130. Mais de 333% de aumento da frota.

O que eu estou dizendo para os senhores aqui? É inegável, é incontestável que o nosso Estado houve um aumento não apenas na produção agrícola, que é o nosso principal eixo, mas também em todo o sistema modal de transporte rodoviário, no fluxo de veículos, tanto que as empresas registraram mais.

E eu não vou me ater apenas e tão somente ao número de veículos de transporte de cargas. Você verá que, de 2020 para 2025, nós tivemos um aumento aproximado de 25% da frota em Rondônia - dados do Detran -, de pessoas que compraram veículos, melhoraram de vida. Ou seja, é incontestável que nós tivemos um aumento do volume de veículos em nosso Estado.

Bom, isso por si só vai refletir lá no trânsito de pessoas de cargas na BR-364. E repito, um valor que foi calculado de 13 a 19 de outubro, na segunda onda do covid.

E lá, na hora de fixar essa tarifa, há algo ainda mais importante, porque foi considerado, e são vários fatores que você considera na hora de fixar o preço de uma tarifa de pedágio, o principal deles é o volume de veículos, já falei, que é totalmente diferente do que nós vivenciamos hoje. O que ocorre? Estava previsto lá no contrato que as praças de pedágio seriam de forma fixa, ou seja, haveria alargamento da pista, haveria contratação de pessoas pelo regime celetista, trabalhista, haveria toda uma estrutura física a ser construída. Isso foi considerado na hora da fixação da tarifa que nós pagamos hoje.

Só que o sistema que nós temos é free flow, ou seja, aqui já é um claro descompasso, não apenas no preço da tarifa, mas daquilo que foi previsto nos estudos, o que foi de fato entregue. Então, é o segundo ponto que nós temos aqui que considerar.

E aqui, senhores, eu quero deixar muito claro, o que estão fazendo com o povo de Rondônia, com o rondoniense, é um completo absurdo. Juridicamente falan-

do, porque se apoia num estudo totalmente desatualizado, contrário, inclusive, aos manuais do DNIT, que falam que os estudos têm que ser por um ano, eles fizeram por sete dias; inclusive nos estudos e no manuais, o DNIT fala um ano, porque você deve considerar o fluxo em feriados, em finais de semana, em feriados prolongados. Deve ser feita uma média. Eles pegaram três dias de semana no estudo. Dos sete, três foi dia de semana. E outros quatro eles fizeram em datas de finais de semana, quando o fluxo é menor ainda numa pandemia.

Então veja, o que sustenta, o que alicerça o preço da tarifa de Rondônia não se sustenta. Não apenas em razão da nossa produção, mas como do aumento exponencial da frota. Fato que essa tarifa mais cara do Brasil está alicerçada num estudo que não vale de nada, a meu ver.

Vamos para o segundo ponto. "Ok, Camargo, isso eu entendi. Me aponte uma solução prática, então. Como você acha que deveria fazer?" Bom, essa questão de revisão contratual, isso já está sendo discutido na Justiça, já há ações. O cenário já mudou do debate do campo político para o jurídico e eu não vou me adentrar nisso. Eu vou dar soluções claras, objetivas, que entendo serem pertinentes para resolver, tanto a curto e médio prazo, como também a longo prazo.

Vamos lá, curto e médio prazo. Você, trabalhador, que trabalha o ano inteiro para comprar a sua motinha financiada. Ou comprar o seu veículo lá com leasing, consórcio, 36 meses. Quando você compra o seu carro, você vai no Detran, registra e você tem que pagar um imposto, chamado IPVA. Para que serve o IPVA como regra? Para a manutenção das rodovias. Do valor do IPVA que você paga, 50% fica para o município, 50% para o Estado.

Veja, eu não tenho dúvidas nenhuma que se você já está pagando o imposto para rodar em estradas com boas condições, não é justo que você pague duas vezes, que venha a pagar depois a tarifa do pedágio.

Bom, é com base nisso, para acabar com esses dois tipos de pagamento, porque o Estado quer fazer só isso, meter a mão no teu bolso o tempo inteiro, e quer que você aceite tudo caladinho. Qual é a ideia que eu aqui apresentei? Que aquele gasto que você pagar a título de tarifa de pedágio possa ser abatido do valor IPVA. E é bem simples. E eu não vou entrar na questão jurídica, porque esse projeto já foi protocolado aqui, e quando for debatido, vou mostrar a total constitucionalidade dele, porque isso já foi feito em outros Estados.

Ninguém está inventando a roda aqui. Eu apenas estou trazendo uma realidade, corrigindo para que isso seja totalmente viável dentro do Estado de Rondônia.

Veja, é simples. Você vai pagar, passar com o seu carro normal no pedágio. Free flow, vai pegar a placa ali, beleza. Você vai pagar o pedágio, tudo certinho. Dia 31 de dezembro, a concessionária vai emitir um relatório daquilo que você pagou e vai encaminhar para o governo. Repito, por quê? Porque eles têm total controle daquilo que foi pago. Até porque eles têm que recolher, é questão de imposto estadual. Então, eles sabem a receita advinda e o veículo que foi feito.

Quando chega lá no governo, o que o governo vai fazer? "Olha, o Senhor Vitor pagou R\$ 1.000,00 de pedágio durante o ano inteiro. Olha, Senhor Vitor, desses R\$ 1.000,00, o senhor terá direito em abater parte desse valor, no valor do IPVA que o senhor deve para o Estado. Afinal de contas, era dever nosso dar para o senhor uma estrada digna, com segurança, para o senhor transitar, mas como o Estado não consegue fazer isso, eu não vou lhe cobrar duas vezes. O senhor pagou para eles, então a gente vai abater aqui no que o senhor deve para o Estado a título de IPVA."

E se o Vitor for uma pessoa com deficiência, ele terá direito de isentar totalmente aquilo que ele pagou. Sim, é totalmente - atenção, advogados, área jurídica -, eu sei perfeitamente que um é tarifa e que o outro é imposto. Eu estou falando de crédito tributário aqui. Fechei parênteses, depois a gente conversa sobre isso.

Então, totalmente possível que ocorra isso. Bom, mas e quem seria beneficiário? Pessoas físicas, eu, você que está me assistindo, e todas as pessoas jurídicas e empresas que são registradas aqui no Estado de Rondônia. Inclusive, vou pedir para a minha assessoria desde já, imprimir uma cópia do Projeto de Lei e entregar a cada uma das pessoas que aqui estão. Já podem providenciar a impressão. Ou vocês podem acessar o site da Assembleia e lá está protocolado.

Então, a médio e curto prazo, nós teríamos esse abatimento do valor que foi feito a nível de tarifa, para o valor do IPVA. Primeiro.

Segundo, Deputado Alan, e aqui eu acho uma grande necessidade, e do que depender de mim isso vai acontecer. Ah, vai. Se torna inquestionável o que eu vou falar agora.

A necessidade de nós termos aqui a TransRondônia. Nós pavimentarmos a antiga Rota do Boi. A RO-370, que começa lá em Cabixi, atravessa o nosso Estado. E uma via, para você que não conhece bem a região, é nada mais que uma rodovia paralela à BR-364. Para que nós não possamos mais ficar reféns de uma única via de escoamento de pessoas e mercadorias, e transportes pesados. Uma rodovia assassina.

Então, o Estado de Rondônia, a meu ver, que arrecada R\$ 18 bilhões, com uma boa gestão, é possível, sim, dividir em lotes, e nós começarmos a olhar para o futuro com uma pavimentação da Rota do Boi, da antiga Rota do Boi, para que nós não possamos mais ficar reféns do governo federal que faz contratos que nós não opinamos em nada. E quem sofre? A população rondoniense.

Uma vez que nós possamos modular, olha, vamos dar um exemplo. Gente, nós estamos aqui com um fluxo muito grande em Ariquemes. Bom, vamos começar, então, vamos fazer um lote e vamos começar a pavimentar a Rota do Boi na região do Vale do Jamari. Vamos começar por ali. Vamos fazer estudos sérios. Bom, terminamos. Agora nós precisamos ir para onde? Olha, onde a gente tem um grande fluxo de mercadorias é no Cone Sul, principalmente no tocante ao escoamento da safra. Bom, então vamos fazer um lote agora e o segundo ponto que nós iremos fazer uma pavimentação é no Cone

Sul. Dividimos em lotes. Fizemos um planejamento.

Então proponho, e do que depender de mim aqui, estou apontando erros graves nesse estudo, essa tarifa que é um absurdo que nos propuseram. E quero pedir o apoio do Deputado Alan - e tenho certeza que os demais deputados dessa Casa irão ir do encontro ao povo -, de nós aprovarmos esse projeto que autoriza o governo a fazer essa compensação tributária, como forma da nossa gente não pagar mais duas vezes, e olhar para frente. Estou dando uma solução aqui.

Do que depender de mim, e se um dia depender de mim, pode ter certeza: uma das primeiras obras no sistema modal de transporte de infraestrutura para mudar a realidade do nosso Estado será a pavimentação da antiga Rota do Boi, atual TransRondônia, começando lá na RO-360, toda ela pavimentada.

É possível fazer? Claro que é. Como faz isso Deputado Camargo? Simples, é só não roubar. Muito obrigado, Presidente, e permaneço à disposição de todos. Obrigado.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Parabéns, Deputado Camargo, Vossa Excelência, Deputado Delegado Camargo, nosso parlamentar atuante e sempre muito justo na sua fala. Um homem que tem contribuído muito com o nosso Parlamento. É uma honra tê-lo ao nosso lado, Excelência.

Quero dar continuidade aqui para os nossos membros que estão compondo a nossa Mesa, também fazer uso da palavra, nosso vereador lá de Guajará-Mirim, Vereador Davino Serrat, representando aqui nossos vereadores. Cumprimentar também com muita satisfação meu amigo pessoal, meu parceiro, vereador atuante, daqui a pouco vai falar também, vereador de Monte Negro, Thonatan Libarde. Thonatan, é um prazer estar aqui com a gente. Da mesma forma, nosso prefeito Ney, de Itapuã. Seja bem-vindo, meu amigo, e todos os parlamentares aqui que nos representam nesse momento.

Vereador Davino, com a palavra.

O SR. DAVINO GOMES SERRATH - Boa tarde a todos. Quero aqui agradecer a Deus por tudo. Agradecer ao Deputado Alan por esse convite. Em nome do Deputado Alan, eu cumprimento todos da Mesa. Em nome da senhora Dona Chaguinha, eu cumprimento todas as mulheres que estão aqui presentes.

Deixar um abraço registrado aqui ao meu amigo e companheiro de Câmara de Vereador e da cidade gêmea, Jefferson Clímaco, de Nova Mamoré. Obrigado também por estar junto conosco nessa caminhada, dando apoio ao nosso Deputado Alan Queiroz, a todos os deputados, ao Deputado Camargo. E dizer, deputado, que é de grande importância essa Audiência Pública que o senhor colocou para a nossa população do Estado de Rondônia.

O senhor fez dois pontos de grande importância. Um, as pessoas que não conseguem vir no transporte do município, porque moram em algumas comunidades, o tratamento do câncer. E isso eu tenho conhecimento muito grande. E ele, às vezes, tem que vir no carrinho

dele. Eu recebi muitas pessoas falando, "Davino, como é que vai ficar a situação?", porque tinha suspenso, depois voltou. E o pessoal pedindo que eu falasse com o senhor, para que pudesse rever e ver o que se pode fazer, porque eles vêm no carro deles. E eu tenho esses dados, esse conhecimento de Vilhena a Cabixi, das pessoas que vêm para tratamento. Tenho amigos, tem famílias, e eu sei que ficou difícil. Uma senhora que saiu de Mirante da Serra, amiga minha, para fazer um procedimento cirúrgico em Guajará-Mirim, e ela pagou muito caro por conta disso, para estar lá.

Já a segunda não veio, preferiu, eu indiquei para ela, "vem de ônibus e você não vai ter o gasto". E deixe o seu acompanhante, que aqui eu fico à disposição para lhe acompanhar no hospital. E a outra são os nossos crônicos renais, que também andam dia e noite nessa BR, que vêm para tratamento de hemodiálise. Pessoas que vêm em busca e muitos deles também, Deputado Camargo, vêm no carro próprio deles porque saem da comunidade deles, saem do ramais, ele sai de um ponto que às vezes não utiliza o ônibus, o transporte público para vir. E aí tem que vir no carro dele. E hoje o gasto da gasolina para eles ficou maior, Deputado Alan Queiroz.

Então eu quero aqui, em nome, como cidadão, filho do Estado de Rondônia, nascido no Vale do Guaporé, dentro de uma canoa, que eu não tive o berço de muitos, com muito orgulho, dizer a grandeza, que Deus continue lhe abençoando, que esse ponto seja o começo, que nós tenhamos o meio e nós chegamos com sucesso no fim.

Eu agradeço pelo convite, em nome da população de Guajará-Mirim, em nome dos colegas vereadores, em nome do prefeito Fábio Netinho, vice-prefeito Ricardinho, eu agradeço esse convite e parabenizo o senhor. Que Deus lhe dê saúde e sabedoria para conduzir não só esse projeto de hoje, mas assim o que o senhor vem fazendo no Estado de Rondônia. Muito obrigado.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) – Obrigado, Vereador Davino Serrat, tem como sua maior bandeira a saúde, então, Vossa Excelência exatamente sabe e ouve muito essa população que tem sofrido com isso. Parabenizo Vossa Excelência pelo seu trabalho, também cumprimentando o nosso prefeito Netinho, que mandou mensagem para a gente, dando apoio, dizendo da importância desse debate no dia de hoje.

Marcelo, queria fazer uma fala, respondendo talvez alguma questão. Por gentileza.

O SR. MARCELO JOSÉ GOTTARDELLO – Deputado Delegado Camargo fez duras críticas ao estudo. Eu não posso, não participei dos estudos. Foram feitos pelo Ministério do Transporte. Mas, enfim, caso haja essa explosão de tráfego, se é um estudo que foi tão defasado, a concessionária não vai ficar com essa diferença. Como eu falei, minhas palavras, eu não... É uma conta vinculada, se esse excesso de tráfego acontecer, a concessionária vai ter que ou fazer novos investimentos ou conceder modalidade tarifária. Se os estudos estão com problemas,

isso vai ser corrigido nas próximas revisões tarifárias.

Outra coisa, o IPVA é um imposto estadual, não cabe à Agência entrar nesse e também não tem nada contra isso acontecer. E o principal que você falou que nós temos o pedágio mais caro do Brasil. Ele nominalmente é caro, mas como o senhor mesmo explicou, a cada 100 quilômetros, nós calculamos a tarifa, a cada 100 quilômetros é R\$ 21,00. Nós temos duas praças que chegam próximo a R\$ 40,00 pela distância das praças. Eu até recebi aqui um ranking, nós estamos em 11º. Nós temos 10 concessões que têm um pedágio mais caro que o nosso. Então, o João da concessionária está aí, talvez ele tenha um número mais exato.

É só esse esclarecimento. O senhor pediu para interromper, eu não quis interromper, mas realmente a tarifa aqui é alta. É alta pelas condições do Estado. O senhor vê que nós tivemos um interessado no certame, fosse uma "mina"... E ela até não deu nenhum desconto, nenhum deságio. Em Santa Catarina nós tivemos um deságio de 30%, 40%.

Então, não precisa haver essa preocupação com essa explosão de demanda de tráfego. Se ela ocorrer, isso vai ser revertido mesmo.

O SR. DELEGADO CAMARGO - Só para contrapor o senhor, por que falei e reafirmo, e vou lhe trazer os dados completos agora, eu busquei ser um pouco sucinto na tribuna, para não estender muito na minha fala, mas apenas para trazer o ranking completo.

Rondônia, sim, é o pedágio mais caro do Brasil, considerando o valor pago a cada 100 quilômetros. Rondônia, R\$ 21,10. Paraná, Via Araucária, R\$ 11,60 a cada 100 quilômetros. Mato Grosso do Sul, foi o que eu citei, R\$ 9,00 você paga a cada 100 quilômetros. Mato Grosso, nosso vizinho aqui, BR-163. A nova rota ali no Mato Grosso, R\$ 7,50 a cada 100 quilômetros. E Santa Catarina, tudo duplicadinho, com posto para parada para taxista, até com tomada elétrica para recarregar os carros elétricos, internet, coisa boa mesmo, de primeiro mundo lá em Santa Catarina, a via costeira, aquela litorânea ali, R\$ 4,40 para cada 100 quilômetros, porque certamente os estudos de lá consideraram o tráfego real.

E o nosso aqui? Sete dias. Sete dias sem duplicação, apenas um trecho. Enfim, todo mundo sabe, mas num período de pandemia. Então, quando eu afirmo, eu trago dados precisos do porquê que nós temos em Rondônia o pedágio com a tarifa mais cara do Brasil.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) – Ok, Excelência, vamos passar aqui adiante os nossos membros aqui da Mesa.

Em nome dos prefeitos, eu quero conceder a palavra, neste momento, ao prefeito Éder da Silva, prefeito do Município de Rio Crespo. Ney, também se quiser usar a palavra em seguida.

Vamos, neste momento, conceder a palavra ao prefeito Éder.

O SR. ÉDER DA SILVA - Boa tarde, boa tarde a

todos. Queria cumprimentar a Mesa em nome do Deputado Alan. Deputado Rodrigo, cumprimentar a Mesa e parabenizar por este evento.

Queria cumprimentar o Victor, da Aprosoja, representando os produtores. Cumprimentar o senhor Luiz, empresário, representando todos os empresários, tem muita empresa de ônibus aí, parabenizar ele, cumprimentar ele. Cumprimentar o Alan, cumprimentar o Alex, pecuarista, cumprimentar aí, está representando os pecuaristas, é um pecuarista lá do Rio Crespo, cumprimentar ele aí.

Deputado Alan, estamos aqui, estou aqui representando o Município de Rio Crespo, Alto Paraíso, Cujubim, falando um pouquinho daquele P2, aquele pedágio ali que é de R\$ 37,00, naquela área. Ali tem vários produtores, tem o pessoal da Vila Nova, o pessoal do Cujubim, e eles transitam muito para Ariquemes, ali 50 quilômetros, e pagando um preço absurdo aquilo ali.

Ali ficou o pedágio mais caro da nossa região. E ali temos sete secadores. E ali tem produtores que plantam dos dois lados e transitam com os caminhões transportando no secador. Dá quatro, cinco viagens todos os dias para os secadores ali da região.

E o pessoal que trabalha na Vila Nova também, que trabalha nos secadores ali, eles estão transitando a moto, com o carro. Ali passam, vai cedo, vai meio dia almoçar. Então, é um lugar que tinha que rever em torno de cada P, P1, P2 ou P3, onde que for, porque eles estão sendo crucificados daquela área ali. Pessoal de 2 de Julho, Cujubim. Cujubim ali estão andando 50 quilômetros para ir até Ariquemes. É um absurdo pagar R\$ 37,00 para ir em Ariquemes, vai e volta.

O Município de Rio Crespo, de ICMS, vai receber R\$ 1 milhão e 900, em um ano. Só que o que aumentou de trânsito no nosso município é um absurdo. O pessoal de Cujubim, dos outros lugares, para desviar do pedágio, estão passando lá dentro. O nosso município, hoje, o asfalto, acabou. Acabou. O tanto de carreta que está passando, o trânsito está muito pesado.

Então, não está sendo viável nós recebermos, João, esse R\$ 1 milhão e 900 para poder dar manutenção nas nossas estradas. É ponte; não temos madeira. Então, temos que rever essa situação. Não está sendo viável para nós do município. O Nei está aí, o Nei sabe. Está recebendo, vai receber bastante recurso lá, que é o município maior, eu acho, do Estado. É Itapuã, não é, Nei?

Então, o Deputado Delegado Camargo foi bem feliz. Temos que pavimentar nossas estradas do Estado. Só que é a longo prazo. Nós temos que pensar a curto prazo. Hoje, saindo lá por Alto Paraíso, passando pelo Triunfo, ia desviar. E Rio Crespo, ali, Ariquemes, Cujubim, ia desviar, sim. Mas o Governo do Estado não tem dinheiro para pavimentar hoje.

Então, nós temos que pensar em uma situação a curto prazo. Os nossos produtores estão sofrendo ali. Na saúde. Temos que ter uma lógica. Eu peço a vocês, o pessoal da concessionária, não tem culpa, o João é um funcionário, estão vindo lá atrás, mas a pancada está vindo para cima de você, com certeza.

Nós temos que regularizar e olhar essa situação. O nosso Município de Rio Crespo está sendo muito penalizado, Cujubim e Alto Paraíso. Eu quero passar essas minhas palavras em nome ali da nossa região, Vila Nova. E ali nós temos sete secadores na nossa região, estão sofrendo muito com essa situação. Muito obrigado.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) – Obrigado, Prefeito Eder. Quero, prefeito, inclusive, em cima da sua fala, hoje, em uma reunião prévia que a gente teve também, exatamente, eu queria entender, não consegui entender ainda a questão sobre o porquê que uma praça é tão maior do que a outra, e aí, foi-me colocado de forma técnica.

E eu vou aqui dizer também que eu comungo com o mesmo pensamento de Vossa Excelência, prefeito, porque não é justo uma região pagar tão mais do que outras, porque ele está pegando essa carga toda de distância de quilômetros para aquela região. Está correto, não. Está errado. Tem que ser rediscutido isso.

Nem que seja, no primeiro momento, de ser redistribuído isso de uma forma equilibrada e ponto mais positivo, lógico, sem a gente começar a discutir também a questão da tarifa, realmente, da redução de tarifa. Em cima, talvez, inclusive, já desses avanços que foram diagnosticados pela gente aqui, da questão das praças, do aumento do tráfego, do aumento de incremento de receita.

Então, assim, tem que ser distribuído isso. Vossa Excelência já apontou de uma forma muito acertada, defendendo aqui a região do Vale do Jamari, que foi muito impactada com relação a esse número alto.

João, quer conceder alguma consideração?

O SR. JOÃO SIQUEIRA - Eu anotei alguns pontos aqui. Primeiro, externar, Deputado Delegado Camargo, a admiração que eu tenho pelo senhor, sempre com pautas produtivas e técnicas. Acompanhei o senhor também na questão do saneamento aqui, sempre enriquecedora a colocação do senhor.

Então, assim, sempre que a gente vem com questões técnicas que a gente pode enriquecer, nós da iniciativa privada, a gente gosta de assimilar esse tipo de coisa para que a gente possa chegar a um consenso, porque o intuito aqui é esse, não é? É escutar a população, é a gente ter esse tipo de informação.

Eu acho que o intuito não é debater se está certo ou está errado, mas a gente entender a demanda, apurar tecnicamente, como o senhor traz sempre, com esses dados enriquecedores do senhor, e que a gente possa levar para dentro e internalizar isso para que a gente possa discutir.

Então, gostaria de agradecer pela contribuição. Eu anotei os pontos do senhor aqui, vou internalizar isso para que a gente possa discutir.

Em relação ao prefeito, felizmente ou infelizmente, nós participamos de um modelo econômico-financeiro que foi realizado naquele momento. Naquele momento ali, eu não estou aqui para justificar, está bem, prefeito? Naquele momento ali, por algum motivo, o modelo econômico-financeiro que foi feito, o estudo, deter-

minou que a praça teria que ser naquele ponto.

Então, eu anotei as dúvidas aqui, a gente já esteve lá, o Prefeito de Itapuã já esteve com a gente, o Prefeito de Cujubim já esteve com a gente. A gente realmente entende que aquele ponto ali é um ponto bastante sensível, até pelo perímetro da praça. A gente não muda o valor do quilômetro, mas o perímetro da praça, aquela praça tem uma equidistância em relação às outras praças um pouco maior, então é por isso que aquele preço do pedágio é um pouco maior.

Eu estou apontando essas demandas dos senhores aqui, inclusive apontei a do senhor também, Doutor Eder. E, como eu falei no começo da Audiência Pública, eu vou internalizar isso para que a gente possa debater com a ANTT, para que a gente possa debater com o jurídico, como que a gente pode levar isso para que a gente possa apresentar uma solução, para que não prejudique quem está ali, quem está naquele perímetro, para os municípios que estão ali em volta.

A gente sabe que os municípios ali hoje, de acordo com a fala do senhor, sofrem algum tipo de prejuízo. Se não o município, algumas pessoas em específico. Então a gente precisa entender qual é o volume disso, qual é o prejuízo que isso sofre. A gente vai internalizar e discutir com o departamento jurídico nosso, com o departamento regulatório nosso, com a diretoria nossa e com a ANTT.

E estou apontando aqui para eu mesmo trazer uma resposta para vocês o quanto antes. Obrigado.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) – Obrigado, Doutor João.

Conceder a palavra agora a Excelentíssima Senhora Promotora de Justiça Doutora Daniela Nicolai, que neste ato está representando o Ministério Público do Estado de Rondônia. Com a palavra, Excelência.

A SRA. DANIELA NICOLAI DE OLIVEIRA LIMA - Boa tarde a todos. Cumprimento as pessoas que estão presentes e as pessoas que estão on-line nesta Audiência Pública.

Eu represento o Ministério Público Estadual. Agradeço o convite do Deputado Alan Queiroz. Cumprimento o Deputado Delegado Camargo e parabênz pela fala na data de hoje. Cumprimento meu colega, Doutor Leonardo Caberlon, do Ministério Público Federal; cumprimento Doutor João, da concessionária; os prefeitos e vereadores aqui presentes na Mesa e também no plenário; o representante da ANTT.

A fala do Ministério Público Estadual é no sentido de que, em que pese a questão da concessão pública já tenha sido discutida, há em trâmite três ações civis públicas que tiveram as liminares revogadas, mas que são ações de conhecimento e que ainda estão tramitando, Deputado Alan.

Então, aquela sua quesitação inicial foi muito pertinente. O senhor pontuou questões de modicidade tarifária, de prazos, de transparência na licitação e na própria concessão pública, e que veio também corrobo-

rada pela fala do Deputado Camargo, que são contribuições preciosas, e que eu gostaria de levar a essas ações civis públicas.

A proposição é na Justiça Federal, em virtude da atração da agência da ANTT, mas meu colega, Doutor Leonardo poderá, mais tarde, ter acesso a esses dados, e que são muito pertinentes, porque esses questionamentos têm que ser respondidos por escrito.

Essa Audiência Pública não tem um espaço para que a Agência e a concessionária respondam a contento. Por que os prazos não foram cumpridos? Por que não há modicidade tarifária? E por que todo o modelo licitatório, que era de praças de pedágio, que, como o senhor falou, tinha investimentos milionários em prol da população e melhorias no asfalto, em toda a estrutura da BR, por que isso foi mudado com o Termo Aditivo e os prazos de cobrança foram enxugados? E a gente quer entender por que isso aconteceu.

Essa audiência não é a via, como o senhor disse, para esses questionamentos, mas está sendo questionado judicialmente, as ações estão em trâmite, então isso precisa ser levado. Então, essa contribuição política, esse olhar político da nossa bancada é muito importante para que a gente tenha também um olhar jurídico, de questionar judicialmente tanto a concessionária como a Agência.

Também me causa muita estranheza a Agência falar que um estudo defasado, de 2020, sobre o nosso tráfego e nossa produção agrícola e agropecuária não tem esses dados, para saber que a tarifa está exorbitante.

Eu sou uma Promotora de Justiça de Tutela de Vulneráveis. Eu atuo com a defesa do consumidor. Então, tem um viés do pedágio nos consumidores. E, como o Deputado Alan falou, o objetivo desse recorte da audiência é em prol dos vulneráveis. Quer dizer, a gente tem professores em linhas rurais que transitam diariamente. Nós temos idosos, portadores de necessidades especiais, pessoas em tratamento de saúde frequentes, que têm que ter isenções e gratuidades nessa tarifa, nesse pedágio. Então, tudo isso tem que ser esclarecido.

Eu acho que essa é uma oportunidade de levar a público esses questionamentos, mas eu acho que tem que ter um esclarecimento mais robusto na via judicial também.

Então, eu agradeço esse espaço de discussão com a população de Rondônia, que merece o nosso total respeito. E eu coloco o Ministério Público Estadual à disposição; e minha irmã, com o meu colega do Ministério Público Federal, que já tivemos tantas parcerias, e mais uma vez, se for necessário, para a gente levar esses questionamentos ao juízo.

Muito obrigada.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) – Nós que agradecemos, Doutora Daniela, Vossa Excelência sempre defensora da nossa sociedade, sendo muito justa na sua fala. Obrigado pela participação, engrandece muito essa Audiência Pública. Eu tenho certeza que ela está sendo e será muito produtiva.

Pego aqui ao nosso representante do Ministério

Público Federal, Procurador da República, nesse momento, Doutor Leonardo Trevizani Caberlon, que possa contribuir também, já está contribuindo com as ações, com o desenvolvimento jurídico, mas no engrandecimento desta audiência pública. Muito obrigado. Nos sentimos honrados com a presença de Vossa Excelência.

O SR. LEONARDO TREVIZANI CABERLON - Obrigado. Eu que agradeço, Deputado Alan Queiroz, proponente desta Audiência Pública. Cumprimento também o Deputado Delegado Camargo. Agora assumido à presidência do ato, minha querida colega, persistente, atuante, Doutora Daniela Nicolai; Senhor Prefeito Eder; Vereador Davino Serrath, de Guajará-Mirim; Doutor Marcelo José Gottardello, gestor de contratos da ANTT; o Doutor João Siqueira, gestor de relações institucionais; o Senhor Antônio Carlos da Silva, Presidente do Sindicato dos Motoristas.

Cumprimento também as autoridades presentes em sessão, prefeitos, parlamentares, lideranças, público que nos acompanha aqui, que nos acompanham de casa, nesse tema cuja audiência pública é muito relevante.

É um assunto que interessa a todos, porque se trata da principal via de acesso no Estado de Rondônia, e também, para quem está no centro do país e para quem está na região Norte, sem mencionar a ligação com países vizinhos e muitos outros aspectos.

Bom, retomando desde o início. Essa é uma concessão que foi feita no ano passado e já se debatia, é verdade, esse valor da tarifa. Se falava na época em R\$ 0,17 por quilômetro rodado, hoje se passou para R\$ 0,21 em razão de um dispositivo contratual.

E a importância desta Audiência Pública, até foi dito muito sobre os impactos, mas o que a gente não pode deixar escapar, nós estamos sentindo os impactos agora, com a instalação das praças de pedágio, e também, porque não houve tempo hábil para o debate nos termos do que nós estamos discutindo agora com as praças de pedágio eletrônicas.

E um dado que chama muito a atenção, Deputado Camargo, é que a ANTT deliberou pela autorização da cobrança do pedágio no dia 30 de dezembro. Com a decisão sendo publicada no Diário Oficial no último dia do ano.

Então, assim, eu mesmo estava em férias, eu acredito que todos aqui, ninguém estava no seu escritório, aqui na Assembleia, no Congresso Nacional. Eu moro aqui há cinco anos, vou completar seis anos em Rondônia, e eu estava com pessoas amigas e familiares, e todo mundo se assustou com o resultado daquela cobrança de pedágio. Não há um pedágio parecido como esse no meu Estado.

E o que nós percebemos, e por que nós levamos essa questão à Justiça? Tramitam três ações civis públicas, citados pela Doutora Daniela, existem também ações populares, eu sei que o senhor mesmo entrou com um pedido. E qual é o ponto? O ponto é justamente isso que foi falado anteriormente, que o produto dessa concessão, e ninguém é contra uma concessão, o produ-

to dela acabou gerando uma tarifa que, em nossa visão, não é uma tarifa módica.

E a gente pode questionar os motivos que levaram a esse valor. Por exemplo: a falta de estudo de impacto regulatório da substituição do modelo de pedágios físicos pelo modelo free flow; a ausência de aportes da União. Existem estudos, até isso deve ser dito, que as rodovias no Norte do país são as que recebem o menor grau de investimento da União. Então isso acaba gerando um custo maior para a concessionária para fazer os investimentos, isso reflete na tarifa do pedágio.

E também, o que nos parece, é uma rota fundamental, que toda a população do Estado usa, praticamente toda a população, e que, ao contrário, nos outros estados, em que essas tarifas podem até ser maiores, mas não nos parece que seja o mesmo cenário aqui de Rondônia. A gente tem que fazer a devida comparação.

Eu trago um documento aqui do Tribunal de Contas da União que é a tomada de contas 013.045/2025, sobre a BR-364, também isso no Mato Grosso, que o Tribunal de Contas da União está, no seu papel de atribuição constitucional e legal, está fazendo o acompanhamento, e lá, na mesma rodovia, BR-364, Rota Agro Central BR-070, BR-174 e BR-364, por uma tarifa de trecho de pista simples se pagará R\$ 0,15 e por uma tarifa de pista dupla, R\$ 0,20.

Então, assim, isso é uma diferença muito grande quando a gente percebe a comparação com Rondônia. Nesse mesmo julgamento, o Tribunal de Contas da União fez algumas ressalvas quanto ao modelo de free flow. Consta no item II.3 do voto do relator, Ministro Benjamin Zymler, que diz Sua Excelência:

"13. O relatório de fiscalização entendeu haver cláusulas contratuais relativas ao sistema de cobrança automática (free flow) que careciam de maior clareza, especialmente na distinção entre substituição de praças por pórticos e implantação plena do sistema de livre passagem.

14. A sugestão da unidade técnica foi:

- Recomendar à ANTT que aperfeiçoe a redação subitem 19.5 do contrato, distinguindo expressamente duas modalidades sob a denominação free flow:

(...)

II.4 - Ausência de benefícios financeiros aos usuários no sistema free flow.

15. A migração para o free flow parcial gera redução de Capex e de Opex de cerca de R\$ 346,4 milhões, mas esses ganhos tendem a ser consumidos pela inadimplência e não são revertidos em redução tarifária ou mais investimentos em melhorias (como terceiras faixas)""

Nesse julgamento, o Tribunal de Contas da União acabou deliberando pelo sobrestamento do processo e informação ao Ministério dos Transportes e à Agência Nacional de Transportes Terrestres para se houver decisão de encaminhar novos estudos concessórios para o escrutínio desta Corte e a contagem dos prazos será iniciada.

E por essas questões, foi dito também pelo De-

putado Camargo, alguns fundamentos que constam na decisão judicial, que um magistrado experiente, que atua há muito tempo aqui em Rondônia, julga muitas ações a respeito dessa rodovia e se deparou com várias informações ali que não refletiam a experiência dele como magistrado.

E por isso, decidiu suspender a cobrança, em resumo, pela pequena faixa de tempo dos estudos, também porque os estudos cobriram 2% da rodovia e, ainda, por obras em poucos meses que estavam previstas para de 12 a 24 meses.

O fato é que essas questões estão na Justiça. Hoje, as conclusões devem ser ditas como conclusões do juiz. Elas foram superadas por um Desembargador Federal, que entendeu haver previsão de uma legitimidade e de veracidade das informações que foram prestadas pela ANTT e pela União no processo, e que haveria uma perda de equilíbrio financeiro porque a concessionária está realizando melhorias e, à época, ele não estaria arcando com os valores do pedágio.

Eu compreendo que essas ações e esses temas estão debatidos hoje na Justiça Federal. A gente vai inaugurar agora uma fase instrutória. Dou como sugestão que tudo o que for dito aqui seja transformado em ofício e encaminhado à Justiça Federal, para que isso seja respondido, inclusive essa indagação do Deputado Delegado Camargo. Sei também que ela é alvo de uma ação popular, com esse fundamento.

A nossa ação pede a repactuação, a revisão da concessão, com reequilíbrio econômico, e que essa concessão deixe de ter como centro de poder a ANTT e passe para a Justiça Federal. Que um Juiz Federal passe a fazer a supervisão da renovação dessa concessão e que qualquer tipo de discussão passe pela Justiça Federal, e não apenas pela ANTT.

Por fim, como encaminhamento, trago um exemplo de São Paulo, em uma rodovia em que aconteceu também a implantação do pedágio sob free flow. Houve muita pressão popular e, naquela unidade da federação, reviu-se a cobrança do pedágio e encontraram-se outros meios para se manter o equilíbrio econômico contratual, que é direito da concessionária, pois ela tem o direito de não ter um prejuízo. Ou seja, tem que ter um equilíbrio econômico, tem que ser algo bom para todas as partes.

Não podemos querer aqui apenas pagar uma tarifa pequena se a concessionária está fazendo investimentos para ter isso. O que a gente pode fazer é encontrar, junto aos órgãos públicos, uma forma de equilibrar essa cobrança ou trazer mais informações para que, com novas informações, esse cálculo seja eventualmente revisado, preservando-se o equilíbrio e garantindo-se tanto o direito da concessionária quanto o direito do consumidor rondoniense a uma tarifa módica, que é o que nós vamos buscar na Justiça, com o apoio da população e de todos os setores políticos.

Era isso, Senhor Deputado. Agradeço e devolvo a palavra.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Excelente,

Excelência. Muito obrigado pela sua contribuição. Muito obrigado mesmo.

Vou passar a palavra para o nosso Vereador Thonatan. Em seguida, nós temos vários inscritos. Vou pedir apenas que, por conta de ter chegado muita demanda de inscritos aqui, – na próxima nós teremos aqui duas falas da Aprosoja – limitemos as falas no máximo três minutos.

Vereador Thonatan, do município de Monte Negro.

O SR. THONATAN LIBARDE - Cumprimento o Deputado Estadual Alan Queiroz. Ao mesmo tempo, parabenizo-o por essa Audiência Pública, tendo em vista que isso deveria ter sido feito pelos nossos Deputados Federais e Senadores, que tinham o poder de nos representar na ocasião adequada, em Brasília, e isso não foi feito.

Cumprimento o Deputado Delegado Camargo. Peço licença para, em seu nome, cumprimentar o público presente. Cumprimento a Doutora Daniela e, em seu nome, a todas as autoridades presentes. Em nome da Dona Chaguinha, mãe do Deputado Alan, que está corujando e sempre presente, cumprimento a todas as mulheres.

Deputado Delegado Camargo, quero pegar um gancho na sua fala, pois senhor trouxe dados importantíssimos para esta audiência. Citou o nome de empresas grandes, empresas que realmente têm um fluxo muito grande financeiro e de transporte.

Porém, a minha grande preocupação é o ponto final, o consumidor final. Essas empresas, você pode ter certeza que elas não vão ficar com prejuízo. Elas vão passar para o consumidor final. Vai repassar para o pequeno agricultor e para o cidadão assalariado, àqueles que saem das suas casas para fazerem uma compra com salário mínimo. E vocês podem ter certeza que, nas prateleiras, o arroz, o feijão, o combustível, tudo vai chegar mais caro devido a esse pedágio.

Cumprimento o Marcelo, da ANTT, e o João. Mas, eu quero dizer que discordo dos senhores quando dizem que não precisamos falar da parte que não está certa. O que está certo a gente não precisa debater. Se está certo, não tem o que a gente falar. Estamos aqui para debater o que está errado. E o que está errado é, praticamente, o valor do que está sendo cobrado nos pedágios.

Foi dito pelo Deputado Delegado Camargo que é o mais caro do Brasil. E não é sobre o fluxo ou a quantidade de veículos que nós temos que falar aqui. É sobre o valor unitário. Eu mesmo saí da minha casa hoje, no meu carro. A gente tem que escolher se almoça aqui ou se paga o pedágio.

Eu já saí da minha cidade, do interior, 50 quilômetros de Ariquemes, transito lá na BR-421, conhecida como a Rodovia da Morte, porque todos os anos perdemos várias pessoas ali por falta de investimento do governo federal, do DNIT, que espera morrer várias pessoas para depois começar a fazer um tampa-buraco de qualquer jeito, mal feito.

Nós, cidadãos, nós temos que começar a cobrar. Se vocês soubessem a força que vocês têm, o nosso

Brasil não estaria dessa forma. Então, estamos aqui para debater o que está errado. Eu quero falar um pouquinho rapidamente aqui.

Essa audiência não é apenas sobre pedágio. Ela é sobre equilíbrio, respeito à Constituição e sobre o impacto que essa concessão terá na economia de Rondônia. Eu quero ser muito direto, deputado. O debate aqui não é ser contra a concessão. O debate é como esse contrato foi feito e se os princípios da Constituição estão sendo respeitados.

A Constituição Federal, no artigo 37, determina que a administração pública deve seguir princípios como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. E eficiência significa algo muito simples: entregar resultado antes de transferir custo para a população. Uma coisa precisa ficar clara: concessão não é autorização para arrecadar primeiro e melhorar depois. Concessão é compromisso de entrega e resultado. E é o que não está sendo feito. Primeiro está arrecadando para depois, quem sabe, fazer. Isso é o que está acontecendo.

Agora, vamos falar da dimensão do que está sendo discutido aqui. Estamos diante de uma concessão de mais de R\$ 10 bilhões, administrado cerca de 686 quilômetros da BR-364, entre Porto Velho e Vilhena. Não estamos falando de uma obra pequena, estamos falando de principal rodovia de Rondônia.

Existe um ponto fundamental que precisa ser atendido. Em muitos Estados do Brasil, quando uma rodovia recebe pedágio, existem rotas alternativas. Outra BR, outra rodovia estadual, outro corredor logístico, e é o que Rondônia não tem. Em Rondônia isso praticamente não existe. A BR-364 não é apenas uma rodovia, é a espinha dorsal da economia de Rondônia.

E por ela que passa o transporte de grãos, é por ela que passa o transporte de gado e é por ela que passa combustível, alimentos e mercadorias. Ou seja, quando se coloca pedágio nessa rodovia, não se afeta apenas quem viaja, afeta toda a economia de Rondônia. O frete aumenta, o custo da produção aumenta e no final quem paga essa conta é o produtor e o consumidor.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) – Vereador Thonatan, para concluir, por favor. Passou de cinco minutos, meu amigo.

O SR. THONATAN LIBARDE - Já estou concluindo, deputado. Só para não ficar vaga a minha fala.

Agora eu quero tocar em outro ponto muito importante: a coerência na aplicação da Constituição. Quando o assunto é restringir o homem do campo, o artigo 231 da Constituição aparece imediatamente, produtores são notificados, produtores são multados, produtores são embargados e produtores são impedidos de produzir.

Quem vive no campo conhece bem essa realidade, ou o rigor da lei aparece. Mas quando falamos de uma concessão bilionária como essa, surge outra questão que precisa ser explicada. Quando o governo autoriza uma grande obra ou concessão de rodovia, a legislação exige análise de impacto sobre comunidades

indígenas que estejam na área de influência da obra.

E aqui eu quero deixar algo muito claro: mais circulação, mais transporte, mais atividade econômica são coisas boas para Rondônia. Nosso Estado precisa de desenvolvimento, precisa de infraestrutura e precisa de investimento. O ponto aqui não é ser contra o desenvolvimento. O ponto é garantir que o desenvolvimento respeite as mesmas regras constitucionais aplicadas em outras circunstâncias. Já finalizando, deputado.

Em Rondônia, existem povos indígenas próximos ao corredor da BR-364. Por isso, o Brasil é signatário da Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho. Essa Convenção determina que, quando uma decisão administrativa pode impactar povos indígenas, deve existir consulta prévia, livre e informada. Consulta antes da decisão, consulta antes da assinatura e consulta antes da execução. E é o que não teve. E aqui entra o ponto da coerência. Quando se trata de restringir o produtor rural, o debate constitucional aparece imediatamente. Mas quando se trata de um contrato bilionário como esse, o debate praticamente desaparece.

E eu quero deixar algo muito claro. Nós não estamos tirando direitos de ninguém. Nós não estamos defendendo algo simples. Coerência na aplicação da Constituição. Se o artigo 231 é aplicado com rigor quando envolve o produtor rural, ele também precisa ser observado quando o Estado autoriza grandes contratos, porque a Constituição não pode ter dois pesos e duas medidas. Ou ela vale para todos, ou ela passa a ser usada apenas quando convém.

Já finalizando, nós não estamos pedindo privilégio. Nós estamos pedindo favor. Nós estamos pedindo respeito à Constituição e eu encerro dizendo algo muito simples: a Constituição não pode ser usada para punir o pequeno e o agricultor e ignorada quando o assunto envolve bilhões.

E para finalizar, Deputado Delegado Camargo...

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Não, Thonatan. Já se estendeu o dobro, já, do tempo que você pediu.

SR. THONATAN LIBARDE - Esse aqui, deputado, para vocês terem uma ideia, esse aqui é o cartãozinho que o deputado passou para todos. Ele passou para todos. Você vê que está tão mal sinalizado, que se vocês observarem aqui, tem um carro batendo de frente com um caminhão aqui. Coisa simples, mas deixa uma reflexão.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente)- Obrigado, Thonatan. Gente, eu peço que a gente possa realmente tentar ser objetivo.

Eu parabeno aqui, Thonatan, agradeço a sua participação, mas nós temos muitas pessoas aqui, chegando, e eu queria dar a oportunidade de todos falarem. Então, que a gente possa somente respeitar o tempo e a gente oportunizar a todos a fala.

Já convido para fazer uso da palavra agora o Doutor Gustavo Guilherme, que é advogado da Aprosoja. Em seguida, também pediu aqui a fala de mais um repre-

sentante da Aprosoja, que é o senhor Orlando Henrique Vila. Eu acho que eles estão de forma on-line. Já dá para ter o acesso? Então, vamos conceder aqui. Peço, também, Doutor Gustavo, se for possível, atender à nossa solicitação com relação à questão do tempo. Obrigado.

O SR. GUSTAVO GUILHERME ARRAIS (Por videoconferência) - Boa tarde a todos. Obrigado, Deputado Alan Queiroz, Deputado Camargo. Cumprimento toda a Mesa, em nome da Doutora Daniela Nicolai, Doutor Marcelo. Agradeço a presença do Doutor Leonardo e do Doutor João. Não vou me estender aqui nos cumprimentos, até por conta do meu tempo.

Primeiramente, a Aprosoja deixando bem claro, ela não é contra a concessão. Os produtores rurais não têm nada contra pagar pedágio. Ocorre que, como todos sabem, a produção rural não tem um preço fixado. Seria muito fácil para o produtor repassar, como a gente escuta, para alguns, eventuais custos para o consumidor final. Mas isso é impossível, porque o nosso preço é pautado fora do Brasil e descontado, praticamente, em duas questões: impostos e logística.

Então, quando a gente retira o dinheiro do preço final, dos impostos, e da logística, a gente tira o dinheiro do bolso do produtor rural e das empresas. Então, nesse caso a gente nem tá falando das grandes empresas; a gente está falando também das pequenas empresas; dos pequenos produtores. Eles precisam de previsibilidade. E é o que a gente entende que não ocorreu nesta concessão.

O contrato prevê até um ano para o começo da cobrança, e está perfeito. Se ali forem feitos os investimentos necessários, podem ser iniciados (**falha na transmissão**). Por quê? Porque se depende que esse custo do pedágio vai se diluir na própria logística.

Olha, com uma estrada melhor, você tem menos custo com diesel, você tem menos custo com insumos de manutenção dos caminhões, isso se incorpora no preço.

Acontece que no caso em si, isso não ocorreu. E mais, a surpresa das decisões. Então, veja, a gente tinha um ato que previa praça de pedágio.

As empresas, os produtores fiscalizavam isso, viam que essas praças não estavam sendo desenvolvidas. De repente, a gente troca para o free flow, mas o termo aditivo fala: olha, no item 3.3, item importante que a gente esqueceu de mencionar. "A concessionária deverá adotar medidas amplas de comunicação com os usuários, disponibilizando aos usuários pelo menos três meses antes do início da cobrança."

Veja, o Termo Aditivo foi assinado em 18 de dezembro. Como é que a ANTT autoriza, no dia 12 de janeiro, se iniciar a cobrança, se no próprio termo aditivo dela tem essa previsão?

Outra questão que nos deixa um pouco impactados, e não quero entrar na parte jurídica, mas nas falas da ANTT e da própria concessionária: há falhas no estudo? Veja, se há falhas no estudo, se agora tem elementos como o free flow para se apurar, qual vai ser a rotatividade, por que, ao invés de se autorizar a cobrança, não se produz um estudo efetivo nesses seis meses?

Outra questão que me deixou muito preocupado: de fato, só houve um interessado nessa concessão. Agora, o que é interessante: a concessionária ganha a concessão, assina o contrato no dia 18 de julho, e, no dia 21 de julho pede uma alteração no contrato: que saia da praça física para o free flow.

Veja, se tivéssemos essa previsão no certame, será que teríamos mais de um interessado? Se isso foi pedido em julho, por que você teve interesse na concessão? Três dias depois de assinar o termo, você já pede uma revisão tão impactante no equilíbrio econômico e financeiro do contrato?

O que nos deixa um pouco preocupados e, de novo, preocupados com a segurança jurídica da operação, é porque são tão rápidas essas alterações sem que as pessoas tenham conhecimento. E qual é o impacto disso? Porque, "ah, não, a gente faz a devolução lá na frente".

Será que as empresas que sofreram essa surpresa, a gente tem hoje o preço da soja na cidade de Vilhena, dados atuais, de R\$ 101,00. O preço do pedágio dessa saca é R\$ 1,60. Ou seja, é mais de 1%. Esse 1% às vezes é a margem do produtor, ou é a margem da empresa, da trade que está vendendo o produto. Essa surpresa, será que eles vão aguentar durante esses seis meses? Que veja também isso. Os contratos são tratados com uma antecedência mínima.

Então, os contratos dessa safra que está sendo escoada hoje, que está tendo essa cobrança de R\$ 1,60 por saco, foi contratado muito antes de agora. Sem a surpresa, porque todos olhavam que não estava tendo a construção da praça de pedágio. Depois todos olharam o Termo Aditivo de 18 de dezembro, mas olhavam que garantia três meses de aviso prévio, mais um mês para iniciar a cobrança depois dos cadastros. Nada disso foi respeitado.

E, de novo, a minha pergunta é: como fica a segurança jurídica das empresas, dos usuários e dos produtores? Por que todas essas surpresas? Se a gente tem prazo para estudo, como teria, porque o contrato previa um ano até o começo da cobrança — até um ano, verdade —, mas se a ANTT reconhece que tem falha no estudo, reconhece que terá que ser feita devolução porque se mudou o modal, por que a gente não faz isso antes da cobrança?

São esses os questionamentos que eu acredito que seriam muito importantes de a ANTT trazer esses esclarecimentos e não são, obviamente, tem esses questionamentos também judicialmente falando, mas seria interessante que a população conhecesse como se dá essa situação, para que ela possa saber como é que as coisas são decididas. Para que na próxima vez ela possa...

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) – Para concluir. Agradeço, doutor. Muito obrigado, doutor, pela participação com a gente. Está bom? Eu sei que caiu bastante tempo que Vossa Senhoria também, exercendo da sua profissão, os questionamentos bem técnicos e jurídicos. E eu tenho certeza que, logo em seguida,

vamos colocar de forma, em um primeiro momento já responder, porque podem surgir outros questionamentos da mesma sorte. Então, para a gente dar agilidade.

Vou convidar aqui o gerente da logística da Aprosoja, o senhor Orlando Henrique Vila. Não sei se também é de forma virtual.

O SR. ORLANDO HENRIQUE VILA (Por videoconferência) - Positivo.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Já está ok aí, não é, senhor Orlando? Por favor, com a palavra.

O SR. ORLANDO HENRIQUE VILA (Por videoconferência) - Bom, gostaria de cumprimentar o Excelentíssimo Senhor Deputado Alan Queiroz, Deputado Camargo, toda a Mesa constituída e todos os presentes nessa audiência pública.

Eu sou Orlando Vila, Gerente de Logística da Aprosoja — Mato Grosso. E gostaria de trazer um pouco aqui do impacto da concessão também para os produtores rurais de soja e milho do Estado do Mato Grosso.

Então, Mato Grosso e Rondônia têm uma característica em comum que é a produção agropecuária. São grandes produtores de soja e de milho, potencialmente produtores dessas duas culturas, dentre outras. E principalmente o Estado de Mato Grosso está a uma distância muito grande de todos os portos do Brasil.

Então ele já sofre uma penalidade geográfica devido a sua distância de todos os portos. Isso já traz um custo logístico muito elevado, que tira a competitividade do nosso Estado perante os nossos principais concorrentes, como Estados Unidos e Argentina. Isso já é um fator que prejudica a competitividade dos nossos produtores e reduz a margem em cima do produto que é escoado.

E nesse contexto, os portos do arco norte, o chamado arco norte, que são os portos que a gente diz que estão acima do paralelo 16 — Porto de Manaus, Porto de Itacoatiara, Porto de Santarém, Porto de Santana, no Amapá, o Complexo Portuário de Barcarena, Vila do Conde, ali próximo a Belém do Pará, São Luís do Maranhão — são portos que são chamados portos do arco norte.

Nos últimos anos eles vêm crescendo, ano após ano, crescendo o volume de exportação por esses portos, o que tem também aumentado um pouco a competitividade do que é produzido acima desse paralelo 16. O Estado do Mato Grosso, Rondônia, o Matopiba como um todo tem aproveitado a logística do norte, a logística do arco norte para poder reduzir um pouco o custo, devido às distâncias desses Estados dos portos.

A hidrovia do rio Madeira, nesse cenário, todos aí de Porto Velho conhecem a importância. A hidrovia do rio Madeira, no ano de 2025, foi responsável pelo embarque, em barcas, de mais de 10 milhões de toneladas de soja e milho. Vamos colocar ali cerca de 3,8 milhões de toneladas de soja e milho produzidos no Estado de Rondônia e cerca de 6,5 milhões de toneladas produzidos no Estado de Mato Grosso.

É um corredor consolidado, um corredor muito importante, que utiliza a hidrovia do rio Madeira. E vale dizer que a hidrovia é o modal de transporte mais sustentável que existe, um modal sustentável, mais econômico, então têm ganhos muito grandes. Então, perder um corredor que utiliza hidrovia é sempre um prejuízo muito grande.

Eu ouvi uma vez do Flávio Acatauassu, que é Presidente da Amport (Associação dos Terminais Portuários e Estações de Transbordo de Cargas da Bacia Amazônica), dizer que logística não tem lógica, logística tem custo. Então, a produção vai encontrar o caminho que seja mais barato, muitas das vezes. Onde é mais barato para eu levar? Eu estou longe dos portos, preciso tirar meu grão daqui e levar até um porto para alcançar o destino, seja na China, na Europa, aonde for. E geralmente, um dos parâmetros utilizados, até pela característica da commodity, que é um produto de baixo valor agregado, é o custo.

Dentro da área de influência do Mato Grosso, a região oeste do Estado, que utiliza essa rota da BR-364 e a hidrovia do Madeira, antes do pedágio, 16 municípios estavam inseridos na área de influência desse corredor, o corredor 364-Madeira, com aquela produção que mencionei de 6,5 milhões de toneladas ao ano, entre soja e milho.

Essa produção percorre a BR-364 em sua totalidade, desde Vilhena até Porto Velho, entra na hidrovia do rio Madeira até alcançar, principalmente, o Porto de Itacoatiara e, em margem menor, o Porto de Santarém. Vale ressaltar que a previsão, pelo aumento da produção no nosso Estado, isso áreas que eram pastagens estão migrando para a agricultura, e também pelo aumento da produção no Estado de Rondônia, deve praticamente dobrar o embarque no rio Madeira até 2034. E aí vem o impacto do pedágio em cima desse corredor.

Foi feito um estudo pelo Instituto Matogrossense de Economia Agropecuária (IMEA). Hoje, para você passar desde Vilhena até Porto Velho, um caminhão de nove eixos vai pagar algo em torno de R\$ 1.303,00, e consegue carregar 49 toneladas úteis. Então, o caminhão um pouco mais pesado carrega 49 toneladas. Isso traz um custo de R\$ 26,60 por tonelada, que entra no custo da logística.

Em um ano igual ao que estamos vivendo, este ano e o ano passado, a margem do produtor rural está extremamente apertada, praticamente nula, a margem de lucro dele, até por questões climáticas aqui no Estado de Mato Grosso tem sido muito prejudicada a nossa safra.

Então, realmente, o custo logístico quem paga é o produtor rural, como o Doutor Gustavo bem mencionou. A logística de você levar até a área produtora em um porto, quem paga esse custo é o produtor, é retirado na comercialização. A empresa, quando vai comprar o grão, já tira o que vai gastar para levar até um porto. Então, esse custo logístico é realmente impactante.

Com isso, com esses R\$ 26,60 por tonelada que entraram agora após a cobrança de pedágio, prevê-se uma redução de 44% na área de influência do Estado de Mato Grosso. Ou seja, 2,8 milhões de toneladas de grãos que são produzidos em nosso Estado de Mato Grosso, na região oeste, deixariam de passar por esse corredor, porque o grão vai procurar o caminho mais barato.

Após a implantação do pedágio, tornou-se mais caro levar para Porto Velho, e esse grão pode ou ir por Rondonópolis, de ferrovia até o Porto de Santos, ou pela própria BR-163 até Miritituba, e depois acessar o Porto de Santarém ou de Belém, no Pará.

Então, da área de influência de 16 municípios, passa para 11 municípios, área de influência da BR-364, dentro do Estado de Mato Grosso. Isso também pode afetar a própria hidrovia do Madeira, que vem ano após ano aumentando o seu volume transportado e pode cair por conta desse aumento de custo.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Para concluir, por favor, senhor Orlando.

O SR. ORLANDO HENRIQUE VILA (Por videoconferência) - Finalizando, nós defendemos que uma infraestrutura de qualidade traz benefícios, sem sombra de dúvida. Uma rodovia bem pavimentada, sem buracos, traz um rendimento maior de combustível, ela traz previsibilidade, o que é muito importante para o transporte. Mas o mais importante, que mencionado muitas vezes nesta Audiência Pública, é o fator da modicidade tarifária.

A região tem que ser levada em conta, uma região Norte em expansão. É necessária uma revisão buscando a modicidade tarifária, porque, se o custo inviabiliza uma rota, a carga inteira vai procurar um outro caminho. E quem perde é o produtor, quem perde é a hidrovia, quem perde é o comércio local, a geração de emprego e renda. Então tudo isso aí fica prejudicado.

A BR-364 precisa fortalecer, ela precisa ser fortalecida, e não prejudicada. Precisamos garantir que a BR-364 continue sendo um vetor de competitividade, e não um fator de perda de competitividade para os nossos produtores e para a população em geral.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Muito obrigado, Orlando. Obrigado pela contribuição, meu amigo, muito obrigado mesmo.

Quero cumprimentar com muita satisfação também, a chegada do nosso grande líder, Deputado Cirone Deiró, deputado muito proativo, que contribui muito nos assentos desta Casa com seu trabalho e dedicação, um homem campeão de votos, não à toa, pelo seu devido trabalho, um grande amigo. Obrigado pela participação conosco aqui, Deputado Cirone Deiró.

Eu já convido para fazer uso da fala o Presidente do Sindicato dos Engenheiros, Senhor Ildefonso Madruga. Com a palavra.

Agradeço. A gente está conseguindo, dentro do prazo, atender a todos. Ainda temos muitos inscritos, mas peço que possamos contribuir com a questão do tempo, para que todos sejam atendidos.

Muito obrigado.

O SR. ILDEFONSO DORIZETE E SILVA MADRUGA - Muito boa tarde. Boa tarde a todos.

Boa tarde ao Deputado Alan Queiroz e ao Deputado Cirone Deiró.

Trago aqui a fala do Sindicato dos Engenheiros, sobre a reflexão da nossa concessão da BR-364.

Dizer que nós, os engenheiros do Estado de Rondônia, não somos contra a concessão. Muito pelo contrário, somos favoráveis. A nossa reflexão é de como ela foi feita, a forma como ocorreu.

É importante resgatarmos que, à época em que começaram os estudos, não havia oposição. A nossa bancada federal, nossos três senadores da República e os oito Deputados Federais eram todos governistas. Os estudos começaram no Governo do Michel Temer e depois no governo seguinte, que já terminou. Nós não tínhamos bancada de oposição.

É importante a gente ter essa reflexão. Isso nos trouxe prejuízo, porque tudo aquilo que o governo tinha intenção era implementado. E assim foi a nossa concessão. Praticamente não houve audiências públicas. As audiências foram muito tímidas. Onde é que teve audiência pública? Essa é a nossa reflexão.

Uma outra reflexão: o DNIT, que é o nosso órgão que cuida das rodovias, investiu nos últimos dez anos praticamente o que vai ser investido nos próximos 30 anos. Olhem essa reflexão. Isso é importante, muito importante. O que o DNIT investiu nos últimos dez anos é praticamente o que vai ser investido nos próximos 30 anos. Foi dessa forma que foi feito e assim foi implementado.

Dizer também que, hoje, a nossa BR-364 é o corredor da morte. Está entre as dez rodovias mais violentas do Brasil. Isso é muito ruim.

Eu sei que nós estamos concentrando no valor do pedágio. Todos no valor do pedágio. Ok, pensamos que deve ser pedagiada, é importante. Eu trafeguei por estrada que não era pedagiada e sei como é. Há muito tempo atrás, lá no Rio Grande do Sul, quando eu tinha meus 18, 19 anos, as rodovias eram puro buraco.

Quem andou em estrada ruim sabe que o pedágio compensa. Mas a nossa BR-364, de Porto Velho a Vilhena, é o corredor da morte. Está entre as dez rodovias mais violentas do Brasil.

Morrem 33 mil pessoas por ano no trânsito no Brasil. A nossa BR-364 está tirando a vida de três pessoas por semana. Três pessoas por semana! Todas as semanas nós perdemos três pessoas!

O Brasil deixa, a cada ano, 250 mil pessoas com sequelas permanentes. É como se fosse meia Porto Ve-

lho. A cada dois anos, temos o equivalente a uma Porto Velho com sequelas, pessoas sem uma perna, sem um braço, em uma cadeira de rodas.

E a nossa BR-364 é uma das rodovias que mais contribuem para isso, estado entre as dez mais violentas do Brasil.

Nos últimos três anos, rodei 70 mil quilômetros de moto. Brasil, Peru, Argentina, Uruguai e Chile. Em três anos. Saio daqui, passo por esses países e retorno.

Este ano, quando eu estava voltando do dia 31 de janeiro, em Pimenta Bueno, houve um acidente. A rodovia estava trancada das 8h da manhã às 16h da tarde. Dez quilômetros de congestionamento. Olhem o prejuízo. Três vidas foram perdidas naquele dia.

Nessas viagens que fiz, nesses 70 mil quilômetros rodados nos últimos três anos, nenhum trecho é comparável ao trecho Comodoro-Porto Velho. Nenhum.

A rodovia está impecável, não havia buracos, mas nós temos uma fileira de carreta indo e uma fileira de carreta voltando. É inevitável que ocorram acidentes. Vai ocorrer o acidente. Temos, em média, 3 mil carretas por dia andando. São 3 mil carretas indo e 3 mil carretas voltando, além dos carros no meio. É óbvio que alguém vai tentar ultrapassar, vai bater de frente e o acidente será fatal.

O DNIT tinha estudos para duplicar a rodovia de Porto Velho a Pimenta Bueno. Tinha os estudos e, o nosso Governador assinou. Há fotos, é só resgatar. Estudando para falar aqui hoje, vi a foto do Governador Coronel Marcos Rocha assinando um contrato, um estudo para duplicar entre Porto Velho e Pimenta Bueno.

De Porto Velho a Pimenta Bueno são 500 quilômetros. Se formos duplicar, serão 1.000 quilômetros, correto?

Mais ou menos R\$ 5 milhões custa o quilômetro. São R\$ 5 milhões vezes mil quilômetros resulta em R\$ 5 bilhões. É um valor enorme, gigante: R\$ 5 bilhões.

A nossa concessão, quanto que ela cobra por carreta de Porto Velho até Vilhena? R\$ 1.159,00 uma carreta vai gastar.

São R\$ 1.159 vezes o fluxo mínimo de carreta, que é de 3 mil por dia, podendo ser de 3 a 5 mil. R\$ 1.159 vezes 3 mil, vezes 365 dias, resulta em R\$ 1 bilhão e 200 milhões.

Então, a nossa concessão, por ano, vai arrecadar somente com as carretas bitrem R\$ 1 bilhão e 200 milhões. São 30 anos. Basta fazer a conta. Para duplicarmos a nossa BR de Porto Velho até Pimenta Bueno, são 5 bilhões.

Eu penso que isso é possível. Penso que é importante discutir o valor do pedágio, sim, é importante. Mas duplicar é fundamental. É salvar vidas, salvar as nossas vidas.

Nós perdemos três vidas por semana. Não é razoável! Não é razoável! O valor é importante, mas as vidas são muito mais. Muito obrigado.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Excelente fala. Parabéns, Senhor Ildefonso. De fato, eu me senti, nesse momento, muito agraciado com a sua fala, porque é isso. Eu acho que Rondônia não se discute hoje a ques-

tão mais da concessão, mas da forma que está, sim.

Agora, a partir do momento, e eu até falava hoje que iria questionar, que se a gente enxergasse primeiro o movimento já da duplicação, a gente ia sentir mais confiante com essa preocupação que a Vossa Senhoria falou aqui, de fato, de salvar vidas, de ter uma rodovia mais segura.

Eu acho que o senhor tocou muito no ponto fundamental. E eu agradeço também pelo tempo, que a Vossa Senhoria conseguiu, em rápidas palavras, lhe dizer tanto. Muito obrigado pela sua participação.

Antes de eu passar a palavra para o Deputado Cirone, eu queria, uma contribuição aqui do Doutor Marcelo, pediu que pudesse já, para não perder muitas vezes o tempo com relação às falas, e poder contribuir com a vossa fala. Com a palavra.

O SR. MARCELO JOSÉ GATTARDELLO - Eu acho que houve um mal-entendido, quando eu vi os representantes da Aprosoja, o senhor falou que eu corroboro que os estudos foram mal feitos. Esclarecer que a Agência não tem como opinar sobre esses estudos, porque esses estudos são feitos pelo Ministério dos Transportes, com a ajuda da **(ininteligível)**.

Como o senhor falou, foram feitos no Governo Michel Temer, realmente não cabe à Agência questionar esses estudos. O que nós podemos fazer agora é fazer as correções contratuais que sejam necessárias, caso os estudos, realmente, não estejam condizentes com a realidade.

É só isso. Porque eu ouvi a fala que eu concordei que os estudos não estavam corretos. Eu não participei, a Agência não participou desses estudos, dessa concessão. Inclusive, as Audiências Públicas foram feitas em um momento anterior, nem concessionária nós tínhamos. Mas nós estamos aqui para fazer essas devidas correções. É só isso. Obrigado.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Obrigado Marcelo. João, quer contribuir também, João?

O SR. JOÃO SIQUEIRA - Só que fizesse um adendo com as palavras do Doutor Gottardello de que nós também, em momento algum questionamos sobre o modelo econômico-financeiro realizado. Mesmo porque se a gente não acreditasse no modelo econômico, nós não teríamos participado do certame. Então, que registre nos Anais da Casa de que a gente não opinou contra o modelo econômico-financeiro. Obrigado.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Positivo, João.

Excelência, a gente está concedendo aqui cinco minutos, mas eu sei que a Vossa Excelência, é muito importante a gente te ouvir, até porque está em uma região que também tem sido impactada, aquela região ali, Pimenta Bueno, Espigão D'Oeste, Cacoal, que a Vossa Excelência tão bem representa aqui. E eu quero passar a palavra à Vossa Excelência, mas se puder se ater a esse

tempo, a gente fica grato, porque tem muitas pessoas inscritas ainda. Obrigado.

O SR. CIRONE DEIRÓ - Boa tarde, Excelentíssimo Deputado Alan Queiroz, proponente dessa audiência. Audiência de suma importância para o Estado de Rondônia.

Cumprimento o Doutor Leonardo, do Ministério Público Federal; a Doutora Daniela, representando o nosso Ministério Público do Estado de Rondônia; o João, da empresa; o Marcelo, que nós já tivemos encontro da ANTT; o Vereador; a sociedade rondoniense aqui representada por diversas entidades e a população que se encontra em nossa galeria.

Deputado Alan, nós vemos essa discussão em relação à concessão da BR-364. E eu, por várias vezes, acredito que uns cinco anos atrás, usei a tribuna desta Casa chamando a atenção, principalmente, das nossas autoridades federais, Ministério do Transporte, em relação à concessão da BR-364. A época vi a notícia que houve uma audiência para discutir a BR-364, na cidade de Vilhena.

Foi feita a audiência no hotel, tinha 18 pessoas. E questionei nesta Casa isso, que nós deveríamos estar atentos para o que ia acontecer com o Estado de Rondônia, porque não foram chamados transportadores, não foram chamados produtores, não foram chamados vereadores, prefeitos, quem usa a BR-364 para discutir o modelo da concessão.

Nós temos pontes caindo, escorada por madeira, nós temos aqui a BR, que não tem anel viário em várias cidades, prejudicando o trânsito dessas nossas cidades, causando acidentes, aqui citados. Nós não temos o levantamento da necessidade de estacionamento para os caminhões, áreas de descanso. E foi imputado ao Estado de Rondônia um modelo de concessão e foi feito o leilão e a empresa ganhou. E nós vimos o prazo de entrega dessa obra muito longo, uma obra que vai começar a beneficiar o povo rondoniense daqui a três anos.

Na concessão o contrato, a duplicação, até nove anos para entregar a duplicação da BR, aqui em nosso Estado. Isso consta lá nesse contrato. E o povo de Rondônia pagando. Já pagando no primeiro ano os valores do pedágio.

A questão da concessão. Rondônia é a favor da concessão. Sabemos do benefício que vai trazer para o Estado, a malha viária vai melhorar. O Poder Público não tem condições de manter uma via que, realmente, possa atender a necessidade do Estado. Nós somos um corredor de exportação aqui dos produtos primários e precisamos sim de uma BR de qualidade, mas o molde que foi feito a concessão que não foi discutido à época.

Há necessidade de quê? Há a necessidade de Pimenta Bueno a Porto Velho ser duplicado, a terceira faixa de Vilhena a Pimenta Bueno, para que a gente realmente pudesse dar uma celeridade no trânsito e evitar esses acidentes as quais foram relatados pelo nosso engenheiro.

E agora nós nos deparamos ainda com a segunda questão. Além da obra não ter iniciado a duplicação,

nós temos ainda valores das taxas muito altos. Então, nós temos que nos ater agora, a concessão está feita, o contrato está feito com o governo federal, 30 anos, nós precisamos melhorar as questões dessas taxas.

Vemos aí a atuação do Ministério Público, o Poder Judiciário, questionando, buscando entender a fórmula desse cálculo. Mas, nós precisamos realmente que, politicamente, nós também trabalhamos junto ao Ministério, junto ao governo federal, porque eu estive agora a oportunidade de ir na feira que nós fizemos a visita no Paraná, junto com o Secretário de Agricultura, e transitamos nas rodovias do Paraná. O maior pedágio que eu paguei lá foi R\$ 18,00. Pedágio de R\$ 9,00, de R\$ 13,00, de R\$ 14,00, de R\$ 18,00. E aqui no Estado nós temos pedágio de R\$ 35,00 de uma rodovia que não recebeu benefício, a não ser um tapa-buraco.

Então, nós vamos conclamar a nossa bancada federal, que se una aqui à nossa sociedade rondoniense, aos nossos produtores, aos nossos prefeitos, para que a gente possa ter a melhoria significativa nessa BR; investimentos de imediato e, além disso, que a nossa taxa possa atender à necessidade do Estado de Rondônia. Se não vai acontecer como a Aprosoja disse, que as nossas carretas vão para a 163, tirar esse corredor de transporte e exportação do Estado de Rondônia, vamos prejudicar os concessionários, os postos de combustível, vamos encarecer aqui a mercadoria para a dona Maria, para o seu José, para cada um de nós.

É isso que está afetando o Estado de Rondônia. Aqui nós somos, agora, doutor Leonardo, a nova fronteira agrícola do Brasil. Então, nós precisamos cuidar dessa terra, desse rincão brasileiro, pessoas que acreditaram aqui, estão tendo oportunidade de plantar, de colher, de fazer aqui o seu melhor para criar sua família, e nós não podemos imputar isso, a dificuldade com o transporte, com a logística, com o encarecimento desse produto, para que Rondônia fique isolado do resto do país. Então, esse é o nosso pedido.

Parabenizar, Deputado Alan, pelo senhor trazer essa audiência, trazer luz a esse assunto, mas discutindo de forma que a gente realmente possa buscar um resultado. Não adianta vir ali, entrar no meio da BR-364, ir em frente a um posto de combustível, gravar um vídeo, se você não buscar a solução com o governo federal que está aqui representado, com o Poder Judiciário, porque é de mãos dadas, juntos com a nossa sociedade, nós vamos alcançar o nosso objetivo.

Um abraço a todos, parabéns pela audiência.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) – Excelência, Vossa Excelência, sempre preciso, não só na fala, mas no tempo. Olha aí, 5 minutos e 30 segundos. É a fera, é o cara. E principalmente com a mensagem, Deputado Cirone, que eu, desde o início, eu tive muito cuidado, sabe, de a gente trazer para cá discussão produtiva. Não fazer palanque. Graças a Deus a gente não enxergou isso aqui. A gente vê realmente pessoas com cuidado, com zelo, com orientação no sentido de ver o melhor, de ver a coisa acontecer da melhor forma possível para a

nossa sociedade. Então, parabéns a Vossa Excelência. Muito obrigado pela sua contribuição.

Quero aqui dizer que o próximo inscrito é um grande amigo, que tem ajudado muito as nossas cooperativas do Estado de Rondônia, Particular amigo de muito tempo, Salatiel. Salatiel, Por favor, com a palavra. Peço também mais uma vez... Ex-vereador, um homem de uma competência. Eu também já tive a oportunidade de ser vereador, sei da importância do vereador para o nosso município.

Salatiel, com a palavra. Ele que representa a Organização das Cooperativas Brasileiras, a OCB Rondônia. Pronto.

O SR. SALATIEL RODRIGUES - Quero agradecer pelo convite, Deputado Alan Queiroz, proponente dessa Audiência Pública. Também aqui parabenizar o Deputado Cirone Deiró por conhecer essas nossas realidades. Para não me estender, em nome da Doutora Daniela, cumprimentar toda a Mesa.

É importante que hoje essa Mesa está composta por representantes que possam nos ajudar. Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal, aqui o DNIT, o João, nosso particular amigo da Nova BR-364, e todas as autoridades aqui, prefeitos e vereadoras, porque se a BR, se o pedágio está caro, é política. Se o pedágio baratear, é política. Então nós temos essa consciência.

Eu tenho um ditado, quem não gosta de política é governado por quem gosta. Então nós temos que estar aqui no Parlamento entendendo isso.

Quero iniciar minha fala, enviei dois convites para as duas maiores cooperativas em Rondônia. A CTR, que tem mais de mil caminhões, e também Lá CooperCal, lá em Cacoal, deputado Cirone, da sua cidade, que tem quase 500 caminhões. Então, se você multiplicar isso por cada família por três, vai dar 45 mil pessoas, que dependem deste movimento e também do que produz o nosso Estado.

E o progresso só passa pelos nossos caminhões. Ele é transportado pelos nossos caminhões. Então, logística é tudo.

Dizer a vocês que o custo dos pedágios impacta toda a sociedade. Já foi citado aqui. E eu fui indagado: "Salatiel, eu não tenho carro. O que eu tenho a ver com pedágio?"; você também paga o pedágio. Vai ao supermercado, como foi citado aqui, vai ao posto de combustível, vai à casa agropecuária, à farmácia, aonde você for, você vai pagar o pedágio. Foi citado aqui o valor, e isso é imputado a nós consumidores.

Então, Doutora Daniela, quando eu vejo a senhora nessa Mesa, que é em defesa do consumidor, fico feliz que estamos sendo representados, porque o consumidor, afinal, é quem vai sofrer com isso. Também me preocupa muito, porque os Estados do Acre e Rondônia passam pela BR-364, Deputado Alan Queiroz. Então, nós temos que estar cientes disso.

Quando se fala só de 107 quilômetros duplicados, gente, nós fomos às audiências públicas, por mais

poucas pessoas que tenham comparecido, fiz questão de participar de quase todas. Lá estava escrito que eram 500 quilômetros que iam ser duplicados, e agora se tornou em 107? E o valor dos investimentos diminuiu? Não. Isso nos causa bastante tristeza, em saber disso, e as mortes que acontecem no nosso Estado de Rondônia, na BR-364. A duplicação é pela vida. A duplicação é pela vida.

Então, fica aqui a nossa preocupação, Deputado Alan. Se os caminhões pegarem outro destino, Rondônia sofrerá na economia. O que o Estado produz? O que os poderes Legislativo e Executivo do Estado produzem? O Poder Legislativo e o Executivo administram os nossos recursos, que contribuímos com nossos impostos. O Poder Judiciário contribui também nos seus julgamentos. E quem produz hoje está sendo prejudicado por esses pedágios. Não somos contra a duplicação nem contra o pedágio, mas que haja uma cobrança justa.

Para finalizar, quero citar os acostamentos. Vou citar só o trecho daqui a Ariquemes. Observem as condições dos acostamentos. Se vier um carro de frente para você e você for para o acostamento, vai capotar o veículo. Os tapa-buracos, gostaria que o DNIT fiscalizasse, não estão cortando, estão jogando o CM-30, o piche, e passando o rolo compressor. Naturalmente, na chuva, vai sair tudo isso. Então, olhem a qualidade do que está fazendo a concessionária. Ah, tá, a ANTT, Agência Nacional de Transportes Terrestres.

Eu acredito que o Estado de Rondônia sofrerá muito se os caminhões saírem para outros Estados. E a geração de emprego? Nosso rico Estado?

Deputado Alan, mais uma vez, parabéns pela audiência. As cooperativas estão sempre à disposição de Vossa Excelência. Muito obrigado. E parabéns a você que veio participar desta audiência pública.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Obrigado, Salatiel. Preciso também no tempo aqui: 5 minutos e 10 segundos. Obrigado mesmo. Isso ajuda muito. Essa contribuição também é muito importante, Salatiel, essa visão, esse olhar de quem conhece a pauta. Acredito muito que teremos um avanço significativo após essas discussões.

Convido meu grande amigo, vereador atuante, hoje vereador de destaque no Município de Nova Mamoré, o Vereador Jefferson Clímaco, para fazer uso da palavra. Peço, Jefferson, por favor, que também nos auxilie com relação ao tempo.

SR. JEFFERSON DE CASTRO CLÍMACO - Senhoras e senhores, boa tarde. Em nome do Deputado Estadual Alan Queiroz, meu amigo pessoal, um grande deputado de idoneidade moral ilibada e de notável conhecimento político do nosso Estado de Rondônia, cumprimento todos que nos acompanham e que se fazem presentes neste debate que nos enaltece e traz para o diálogo no

melhor âmbito para o nosso Estado de Rondônia. Quero também cumprimentar o Deputado Estadual Cirone e o meu amigo Davino Serrath.

A minha preocupação hoje é com o Município de Nova Mamoré. Moro lá na ponta, na BR-425, que interliga Guajará-Mirim e Nova Mamoré. Quando venho para Porto Velho, pego a BR-425 e entro na BR-364 para chegar até Porto Velho. Esse trecho ainda não tem o pedágio.

Quando falamos em políticas públicas no âmbito municipal, falamos daquele que mora no centro e também daquele que mora lá na ponta. O pedágio hoje fala com todos os senhores. Não venho aqui só como político, deputado, mas também como cidadão, como alguém que paga seus impostos em dia. Moro em um município que tem uma agricultura familiar pujante, que hoje possui o 7º maior rebanho em nível nacional e o 2º maior rebanho bovino do Estado de Rondônia, perdendo somente para Porto Velho. E também na pecuária somos muito fortes, tirando diariamente quase 100 mil litros de leite. E eu falo também por esses moradores que trabalham e acordam cedo, e têm as mãos calejadas, que trabalham arduamente para o desenvolvimento do nosso município e também para o desenvolvimento do nosso Estado de Rondônia.

E dizer, deputado, parabéns por esse diálogo, por trazer para perto da população e tentar, deputado, viabilizar. Sabemos que a concessão já foi aprovada. Nós temos que levar para o âmbito da contestação e tentar ver a melhor forma.

Para concluir minha fala, deputado, eu vou pegar aqui agora uma frase do Hino Nacional de Rondônia. O nosso Hino Nacional de Rondônia diz com muito orgulho: que este é o solo de novos pioneiros e que as riquezas venham a se multiplicar. Para que essas riquezas se multipliquem de verdade, em Nova Mamoré e em todo o Estado, a estrada não pode ser um gargalo e que este tem que ser o caminho do progresso. E parabéns pela Audiência.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) – Obrigado, Vereador Jefferson. Exatamente, vereador, a sua fala contempla os nossos produtores que estão na região também do Alto Madeira e que esse corredor de exportação, corredor de encaminhamento dessa produção, vai passar por essas praças de pedágio. Essa produção vai sair do nosso Estado. Então, são impactados também.

Parabéns por Vossa Excelência estar aqui proporcionando também a defesa e a fala em prol do seu município. Estendo aqui ao nosso Prefeito Marcélio, um grande prefeito, um prefeito atuante, que tem sido um destaque, também os nossos cumprimentos à Nova Mamoré.

Chamo agora, nesse momento, para o uso da fala e agradeço também o tempo, Vossa Excelência foi breve, para falar em nome do Sindicato dos Motoristas Rodoviários do Estado de Rondônia, o senhor Uilian Penna Leal, com a palavra.

Tem como auxiliar a gente com o microfone aí

em cima, meu grande Professor Júnior? Muito obrigado, professor.

O SR. ADERALDO LOPES DE CARVALHO JUNIOR (Cerimonial) - Já estamos aqui, deputado. Lembrando que alguns dos inscritos já não estão mais presentes, então o senhor Cândido Guterres já não se encontra mais. E para que a gente possa agilizar um pouquinho as falas, eu até peço que se aproxime aqui já o senhor Uilian Penha Leal, do Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Estado de Rondônia. E na sequência, temos Alex Morong, confere? só para saber se encontram-se presentes. E também, o senhor Marcos Magalhães, Presidente da Amoron, também ainda está presente, e o senhor Cosme José Oliveira. Por favor, só confirmar e se aproximarem para que a gente possa agilizar, então, suas falas.

O SR. UILIAN PENHA LEAL - Boa tarde a todos. Me chamo Uilian, sou Diretor do Sinttrar, Sindicato de Transporte Rodoviário. Parabenizo o Deputado Alan e toda a Mesa, e todos aqui da plenária. Deputado, na realidade, a minha fala são duas perguntas. Parabenizo pela Audiência Pública.

Uma delas é o porquê desta audiência, após essa concessão, após esse pedágio já estar sendo cobrado? Essa é uma. Uma outra pergunta que eu faço, se caso conseguirmos reverter os valores do pedágio, o prejuízo que foi causado no bolso da população que já trafegou, que são milhares de carretas, milhares de caminhões, milhares de usuários comuns, de carro pequeno, como irão fazer para restituir esse valor para as pessoas que já passaram por esse pedágio?

Então, essa é a minha pergunta, porque, lógico, será viável se conseguirmos reverter esses valores, diminuir essas taxas e o prejuízo causado aos transeuntes dessas vias? Tanto pessoas comuns como as carretas que transportam soja, o milho, a carga perigosa, a carga seca.

Falaram muito também de todo tipo de transporte aqui, mas não falaram do transporte passageiros. Temos várias empresas grandes de transporte passageiros no Estado também. Eu falo isso com conhecimento, porque quando chega no período de acordo coletivo, que nós somos sindicato laboral, a gente tem dificuldade.

Então, é mais uma alegação que o patrão vai ter para dificultar o repasse do aumento, salutar para a nossa categoria.

Então, essas são as perguntas que eu faço. Está bom? Obrigado.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Nós que te agradecemos, Uilian. Quero parabenizar, primeiro, pela participação conosco, agradecer. Dizer, Uilian, que essa Audiência Pública não foi estabelecida para a gente discutir a concessão. Foi exatamente, eu quis deixar muito claro, que era para discutir os impactos. Então, os impactos é pós-início de uma concessão, para deixar claro primeiro essa pergunta.

E a outra pergunta, eu te respondo até que foi

- claro, o doutor vai responder também aqui, para nos ajudar aqui -, mas com relação à questão do que já foi pago, já foi dito aqui pelo órgão que gere esse contrato, que esse recurso não é perdido e nem vai para concessão. Ele vai para uma reserva, onde essa reserva vai ser apontada dentro desse controle, desse órgão que faz a gestão desse contrato, e isso será revertido em novas ações. Ou seja, de repente ser revertido em mais quilômetros de duplicação ou em uma majoração da tarifa.

Então assim, não é algo perdido. Ele vai ser novamente redimensionado. É por isso a importância de se discutir os impactos da concessão, para que a gente esteja perto acompanhando esse espaço.

Doutor, por favor, por gentileza, pode também contribuir.

O SR. LEONARDO TREVIZANI CABERLON - Não, só para contribuir mesmo.

Nós temos ações na Justiça e, se a Justiça entender que a cobrança do pedágio foi ilegal a partir do dia 12 de janeiro, que foi quando iniciou, fizemos um pedido nessa ação para que seja possível que cada consumidor apresente o seu pedido na Justiça, e depois esse valor tenha que ser devolvido ao consumidor.

Isso também é possível. E até, é possível que a Justiça determine a devolução em dobro, a depender de como for essa decisão.

Mas, tem que se aguardar o julgamento e o trânsito em julgado, que a gente fala, que é quando não se cabe mais recurso à decisão. É prudente aguardar o trânsito em julgado. Se a Justiça entender que, em um determinado período, a cobrança foi irregular, porque não havia as condições para cobrança, nós pedimos isso.

No caso, a concessionária, acatando esse pedido, ela vai ter que devolver esse valor. Mas, depois vai ficar ao consumidor apresentar um pedido, e isso vai ser divulgado amplamente no momento oportuno.

Apenas para deixar isso respondido também.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Doutor, muito obrigado.

Agora vamos conceder a palavra ao senhor Alex Morong, que representa a fiscalização independente na sua apresentação.

Com a palavra.

O SR. ALEX MORONG - Boa tarde a todos presentes e os que estão on-line.

Pessoal, parece brincadeira o que vemos hoje aqui. Na plateia, quase todo mundo foi embora. Faço até uma pergunta ao Presidente: onde foi divulgado esta audiência? Qual o dinheiro usado pela Casa? Porque quase ninguém veio. Hoje eu escutei na 93.3, você dizendo que não ia ter local para a população aqui. Então, eu vejo aqui que já houve um erro na divulgação da audiência pública. Mas vamos lá.

Pessoal de Rondônia, nós não estamos sendo "bitarificados", nem "tritarificados" pelos impostos cobrados para veiculares.

Para pessoas que quando vão comprar seu carro, preste atenção nisso aqui: quando você vai comprar seu carro, você paga o imposto. Ele já está ali embutido. Depois, você vai para o IPVA. O IPVA é calculado em cima do quê? Da tabela Fipe, que está acumulado com o valor do carro mais o imposto. Então você já está sendo "bitarificado".

E vai para onde depois? Cai no pedágio. E você está sendo o quê? "Tritarificado". Não é nem "tri", é assaltado mesmo. Hoje você está sendo assaltado à mão armada com essa concessão.

E falando em concessão ou consórcio, quando você faz um consórcio de moto, por exemplo, vai lá na Honda e diz: "Ah, eu quero a minha moto". Todo mês são contemplados três ou quatro pessoas, e todo mundo paga até que todos sejam beneficiados.

Nesta concessão que está hoje aqui em Rondônia, quem é que está sendo contemplado? Digam-me. Eu acho que foram as doze mortes que aconteceram em menos de um mês, Presidente. Doze mortes em menos de um mês. Quem é que vai pagar por essas vidas?

E o que a concessão trouxe até agora? Ah, foram as praças de apoio? Ponto de apoio, vamos dizer assim? Se uma família, deputado, para o carro ali, com cinco pessoas, já quase não tem lugar dentro do ponto de apoio. E se passar dois? E quem mais precisa? Quem é? O caminhoneiro.

Cadê o menino do sindicato? Olha lá. Tem lugar para parar o caminhão dele lá, ou a carreta? Tem? Não, não tem lugar. Então ele vai ficar cansado e pode acabar dormindo no volante e matar mais um. Como é o nome dado, é o quê? A rodovia da morte. É a rodovia da morte, a 364.

Mas vamos lá, não acaba por aí não. Os valores absurdos que estão sendo cobrados hoje. Cadê a torre? A torre para você ligar se o seu carro quebrar. Está pronta? Não está. Há acostamento, como meu colega falou? Não tem. Como aconteceu comigo três vezes, tive que jogar meu carro para fora da pista. Graças a Deus, não capotei, mas tive abalos no veículo.

Um colega meu, que estava aqui e acho que já foi embora, teve deslocamento de pneu no trecho de Ariquemes até a Fazendinha, de tanto buraco que tem. Ora, cadê essa concessão até agora, que começa a cobrar e não entrega nada? O que a gente viu até agora é que não entregou nada.

Mas eu tenho uma solução legal, como o Deputado Delegado Camargo até começou e falou de forma bem pertinente. A Rodovia do Boi é a resposta que a gente vai ter para tudo isso.

Vocês sabiam que aqui em Rondônia temos 98% do nióbio do mundo. E uma das reservas está em Itapuã do Oeste. Por que que o Confúcio fez e colocou o Itapuã do Oeste, ali no meio, no engodo? Ele gastou milhões para fazer a passagem até Itapuã, que entregou de bandeja para concessionária, e agora que pegou esses milhões e bilhões colocados ali.

Como o colega falou, com cinco bilhões, consegue-se fazer essa rodovia. Por que não ela faz primeiro?

Investe os cinco bilhões, ela vai ter esse valor. Acho que esse cálculo, que não foi feito, coloco para as pessoas do CREA, os engenheiros, fazer esse cálculo, passa esse cálculo atualizado e manda para a concessionária.

E, falando em Energisa, ela está igual a Energisa, não é? Você nem sabe quem é pior, quem é mais ruim para Rondônia, se é a Energisa ou se é ela.

Mas há um vilão no meio. Vocês sabem quem é o vilão? O corpo jurídico. O corpo jurídico que lascou e lasca; que nem o perdão da Energisa. Diz que em Rondônia os advogados são piores do que os advogados da Energisa. E os advogados de vocês, será que são melhores? Porque a nossa bancada política foi engolida, não é? Não tem ninguém aqui da federal. Não tem nenhum senador, tem poucos deputados, dá para contar no dedo. Mas cadê? Quem é que vai pagar esse pato? Mas vamos voltar aqui para falar.

A ferrovia, se colocar a ferrovia no novo trecho da Estrada do Boi, vai desafogar as carretas, que é o correto levar os grãos, que é perdido de 60% a 40% nesse caminho, os acidentes. E o principal, a gente transformaria Rondônia do dia para a noite, se fizer estação e planta de trabalho de Ariquemes, Itapuã do Oeste, Porto Velho e Nova Mamoré, fazendo o quê? Criando empregos e renda com o nióbio e o grafeno, que são os minérios da bola da vez.

Nosso Estado tão rico, tão rico no agro, nos minerais. Nem falei do diamante, nem do ouro, nem da cassiterita. E a gente está sendo o quê? Usurpado todo dia com energia e IPVA. Agora, pedágio? Está escrito o quê na cara da gente aqui, do povo de Rondônia? O quê? Que nós somos o quê? Otários? Ou somos o quê? Está aqui, para todo rondoniense ver a cara hoje da gente aqui, ó, cara de palhaço com o que está acontecendo aqui.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Para concluir, Alex, por favor.

O SR. ALEX MORONG – Então, finalizando. Quem que vai salvar a gente agora? Se o jurídico está sendo... É o que manda tudo aqui. O corpo político foi engolido e agora está tentando arrumar a bagunça feita. Então, falta o quê? Competência, vergonha na cara. Alguém que lute, realmente, por Rondônia. Está aí o Deputado Delegado Camargo lutando. Foi o único deputado que votou contra o aumento do ICMS aqui no Estado de Rondônia. E agora, no pedágio. Da Energisa também foi um dos únicos que entrou contra, na Justiça. E cadê esses outros? Cadê os outros? É a hora do povo dar resposta nas urnas. Alex Morong, fiscalização independente. Entre na minha página do TikTok, que tem muita denúncia feita lá. Obrigado.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Obrigado, Alex.

Convido o ex-vereador. Está aí o Cezinha? Cezar Carvalho. Cezar está aqui, morador de Candeias do Jamari e também ex-vereador, conhecedor dos problemas da região.

Estivemos entregando, juntamente com o Cezi-
nha, mudas ali no Assentamento Flor do Amazonas e
também estava o Naldo, um grande líder. E a preocu-
pação, não é, Cezar, daqueles produtores com relação à
questão da necessidade de passar várias vezes produtos
para entregar seus produtos no município, na cidade.

Então, quero parabenizar aqui a participação do
Cezar. Em seu nome, Cezar, dizer do nosso carinho que te-
mos pelo Município de Candeias do Jamari. Com a palavra.

O SR. CARLOS CEZAR CARVALHO FROTA - Obri-
gado a todos. E gostaria que não me levassem a mal
e nem tratassem como falta de educação o fato de eu
cumprimentar a Mesa de forma por atacado, só por uma
questão de tempo, está bom? Então, sintam-se todos
contemplados.

Cadê meu amigo Naldo e a Presidente da asso-
ciação lá do Flor do Amazonas, ainda está presente aí?
Leonilda? Ah, tá. Está lá. Então, valeu Naldo, obrigado
pela presença, por atender o chamado do nosso depu-
tado. E os companheiros também aqui que estão pre-
sentes aqui no plenário, em nome da Dona Chaguinha,
sintam-se todos contemplados.

Deputado Alan, é triste a gente falar de algo que
aconteceu e que nós não participamos. Já teve fala aqui
que disse que essa audiência hoje, ela não coaduna com
a que houve antes da terceirização, da questão da BR.
Mas, é óbvio que não, porque não era da competência
dos deputados estaduais, não tinha nada a ver. Só que
hoje a gente está tentando ir nos pontos, onde você
mesmo falou, vamos ser pontuais. E é a isso que eu
quero me ater agora.

Nós temos no Candeias do Jamari, 60 quilôme-
tros de BR-364, que corta o município. Nesse trecho,
graças a Deus, o Prefeito Garçom, em uma luta política,
conseguiu fazer com que esse pedágio ficasse para lá
do núcleo urbano de Candeias do Jamari. Porque, na
verdade, ia ficar para cá, ia ficar em frente ao Hospital
Santa Marcelina. Agora, você imagina o caos que iria ser
para aquelas pessoas que moram no núcleo urbano, ali
dentro da cidade, ou mesmo aquelas pessoas que iriam
no Hospital do Amor, ou que iriam até no Santa Marceli-
na. Nossa, você ia sacrificar ainda mais essa população.

Só que mesmo ficando 3 quilômetros à frente
da cidade, ele ainda divide um bairro, ainda está divi-
dindo um bairro. E três ou quatro assentamentos que,
por causa de 500 metros, ficaram atingidos. Então, en-
fim, eu gostaria que a concessionária pensasse em uma
forma de atenuar esse sofrimento daquela comunidade.
Que você mesmo, Deputado Alan, esteve comigo lá e
eles reclamaram se era possível fazer alguma coisa para
atenuar o sofrimento deles, porque tem gente que vem
diariamente na cidade de Candeias do Jamari e tem que
passar por esse pedágio.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) – Me permite
um aparte aqui Cezar, só para poder acrescentar. A gen-
te fez referência aqui ao Flor do Amazonas, mas impac-
tada está a 45, impactado está Triunfo, PAMOS (Projeto

de Assentamento de Médias Operações de Subsistên-
cia). Então assim, são várias comunidades em torno de
Candeias do Jamari.

O SR. CARLOS CEZAR CARVALHO FROTA - É
isso aí. Você mesmo já conhece muito bem a geogra-
fia do nosso município sabe, não é? Então era só isso.
Queria fazer esse pedido pontual, ser há possibilidade
de mudar, Deputado Alan, essa praça do pedágio, já que
o valor não é muito alto para se instalar essa praça de
pedágio. Se mudasse mais para a frente um pouquinho,
já iria amenizar, pelo menos para o pessoal que mora
ali no assentamento Flor do Amazonas, no Paraíso das
Acácias e PAMOS, ali tudo pertinho.

Se houver possibilidade, melhor; mas, se não
houver, que se atenuar de forma que cadastre, sei lá,
a gente faça um levantamento dessas pessoas que
precisam passar rotineiramente ali para trazer seus
produtos até a cidade, e que a gente possa atenuar o
sofrimento deles. No mais, muito obrigado e parabéns
pela iniciativa.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Muito
obrigado, Cezar, meu grande líder. Obrigado! Pontual. É
isso.

São situações pontuais de que a gente não tem
o conhecimento. E, quando eu falei, lá no início, a gente
não consegue mensurar isso quando inicia um projeto
de grande porte como este. Mas este é o momento
oportuno para trazer à luz a realidade dessa população.

Convido, para fazer uso da palavra agora - não
sei se ele está aí -, o senhor Victor Andreoni. Está aí,
Victor? Por favor. Victor, representando a Federação da
Agricultura e Pecuária do Estado de Rondônia (Faperon).
Em seguida, vamos... Próximo?

O SR. ADERALDO LOPES DE CARVALHO
JUNIOR (Cerimonial) - Nós temos aqui o senhor Marcos
Magalhães, Presidente da AMORON; e o senhor Cosme
José Oliveira, missionário.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Em seguida,
já vamos para aí, está bom? Para os dois, ok?

Com a palavra, Victor.

O SR. VICTOR ANDREONI - Boa noite, deputado.
Boa noite a todos. Gostaria de cumprimentar a Mesa em
nome do senhor e todos os que estão nos acompanhando,
em nome da minha colega ali do Mulheres do Agro
Rondônia, Aliny Ripke. O mês de março é o mês da
Mulher, então eu gostaria de cumprimentar todas as
mulheres aqui presentes.

Pois é, como Federação da Agricultura, a gente

pensa que a BR-364, os pedágios, estão num valor muito alto e impactam os custos de produção e também de comercialização do produtor rural de Rondônia.

A gente sabe que o agro, em Rondônia, é uma mola propulsora da economia. E quando falamos de frete, é um dos principais custos. A gente tem um elevado custo no frete para comercialização. O produtor de Rondônia já tem uma grande dificuldade com a comercialização. Aqui não é o caso, mas quando a gente fala de grãos, a gente tem um grande déficit de armazenagem no Estado. Por exemplo, o produtor de soja, de milho, comercializa sua produção no pior momento, que é o momento da colheita, e acaba comercializando por preços baixos por conta da grande oferta. E quando você aumenta o custo do transporte, isso diminui muito a margem do produtor rural.

A mesma coisa é quando o produtor rural precisa comprar insumos; muitas vezes, quando a carreta não volta vazia, e já tem um custo a mais do pedágio, volta com insumos como ureia, etc, para melhorar a produtividade no campo. E, mais uma vez, o custo do pedágio aumenta esse custo de produção do produtor rural.

O produtor rural acaba sendo muito impactado por esses custos, e, muitas vezes, não tem controle. Quer dizer, o produtor rural não tem controle fora da porteira. Ele controla da porteira para dentro. E aí, esses custos de commodities, quando a gente pega a soja e a carne, que são preços dados, combustível dos caminhões, o frete; isso diminui cada vez mais a margem do produtor rural, porque, a trade, que é quem comercializa a soja, e os frigoríficos não vão baixar os preços que são cotados internacionalmente.

Então, vai pagar menos para o produtor rural. Eles ficam com suas margens reduzidas por conta dos custos dos fretes. E aí, isso tudo já foi falado aqui. Mas eu estava ali sentado, escutando todo mundo falar. E eu queria trazer, assim, também como o Deputado Camargo trouxe, alguns dados para ilustrar melhor como o produtor rural não tem controle fora da porteira e fica refém dos preços que são dados.

Por exemplo, se a gente pegar esse ano, o ano de 2026, e o mês de janeiro, que é o mês que tem os dados fechados, quem são os principais destinos de exportação de Rondônia?

Em primeiro lugar, a gente tem a China. Isso eu acho que todo mundo aqui deve saber. Em segundo lugar, temos os Estados Unidos. Quem sabe qual é o terceiro destino das exportações de Rondônia no início deste ano? Irã. O Irã foi o terceiro destino de exportação de Rondônia, e o principal produto é o milho, é um produto agropecuário. Ou seja, esses preços vão ser impactados.

Todo mundo assistiu no final de semana o início da guerra que aconteceu lá, o Irã contra os Estados Unidos. Então, o produtor rural não tem como exigir um preço que é dado internacionalmente e que pode ser impactado diretamente com o conflito armado que está acontecendo do outro lado do mundo. Ele só aceita

aquele preço.

E, além de vendermos milho para o Irã, a gente compra ureia do Irã; e a ureia é um insumo agropecuário. Ou seja, o produtor rural é totalmente impactado pelo mercado global, com preços dados, tem poucos controles sobre esses preços, e, ainda mais, temos um preço a mais agora, que são os altos custos dos fretes, por conta do custo do pedágio, quero dizer isso.

Porém, a gente não é contra a privatização. A gente sabe que tem os benefícios, e os benefícios são melhorias nas estradas e tudo mais; mas tem que ser um valor justo que permita o produtor rural continue produzindo e continue contribuindo para o Estado de Rondônia crescer.

Essa é a contribuição da Federação da Agricultura de Rondônia.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) – Muito obrigado, Victor. Muito contribuiu. Parabéns. De fato, fala com propriedade, tem acompanhado os nossos produtores de perto. Muito obrigado pela contribuição. Vamos então, Júnior, vamos aí.

O SR. ADERALDO LOPES DE CARVALHO JUNIOR (Cerimonial) - Vamos com o Senhor Marcos Magalhães, Presidente da Amoron (Associação dos Motociclistas de Rondônia).

O SR. MARCOS MAGALHÃES - Boa noite. Boa noite, Deputado Alan. Boa noite a todos. A Amoron é a Associação dos Motociclistas de Rondônia. Hoje nós estamos com 76 grupos de motociclismo no Estado e 35 em Porto Velho. E eu me recordo aqui, na ocasião, em 2021, juntamente com o Salatiel, que nós participamos de uma Audiência Pública lá no Hotel Accordes para falar exatamente desse contexto do pedágio.

E eu lembro que na ocasião estava Chico Holanda, empresário, estava Raniery Coelho, da Fecomércio, e tinham outras pessoas que eu não me recordo agora. E eu lembro que foi amplamente divulgado, nessa ocasião, ouvir o povo de Rondônia. Foi o que mais se falou lá. "Nós precisamos ouvir de Colorado do Oeste a Vilhena, de Vilhena a Porto Velho, de Porto Velho a Guajará, a Nova Mamoré."

Eu cheguei em Rondônia em 2005, e no ano de 1990 eu participei desse processo no Paraná. Nós saímos de um Estado sem pedágio e o Jaime Lerner pedagiou, só que antes de se começar a cobrar pedágio, duplicaram a principal via do Paraná, que ligava o norte do Paraná à Curitiba, que era a "rodovia da morte", que passava pela Serra do Cadeado, e os acidentes diminuíram 82%, deputado.

Eu não sou contra o pedágio. De jeito nenhum. O pedágio é progresso. O pedágio é desenvolvimento. Mas a forma que foi feito me assusta, porque o próprio pessoal do Ministério Público, do Ministério Público Federal e Estadual não sabiam a forma que foi feito. E o

impacto disso. Isso aqui tinha que estar lotado de gente, isso aqui.

Isso aqui tinha que estar lotado, porque, com todo o respeito do mundo, autoridades aqui presentes, nós vamos dar um jeito de pagar esse pedágio. Mas o senhor José, que planta milho, tem ali o cidadão que é agricultor, amigo meu, os dois, eles vão passar sufoco. Como é que vai levar a plantação dele lá para Itapuã, lá para Jaci-Paraná? E isso me preocupa. Por quê? Porque a população tinha que estar aqui.

E aí, com todo o respeito do mundo, a vocês que estão aqui, quando a população não é ouvida, nós somos obrigados a engolir. Então, qual que é a nossa força, população? É o nosso Título de Eleitor. É o Título de Eleitor. Então, comecem a olhar quem olha para vocês. Comecem a olhar para quem olha pela realidade do povo de Rondônia.

Porque, desculpa, Deputado Alan, muito obrigado por você abrir essa oportunidade. Quando eu vejo um só deputado estadual me preocupa, porque nós temos 24. Nós temos 24.

Então, eu sou a favor, acho que o preço está exorbitante, está alto, mas as grandes empresas vão dar um jeito. Mas a população não tem jeito. Vai pagar o preço. Nós vamos diminuir nossa comida, eles vão diminuir a comida, vai ter que diminuir a luz, fazer qualquer coisa, mas vai ser obrigado a pagar.

E aí eu trago outra discussão: quando chamar para uma audiência, nós temos que nos fazer presentes, porque tudo isso aqui acontece por causa de vocês. Somos nós que bancamos isso aqui tudo. Tudo. É o povo de Rondônia. São os nossos impostos.

E aí não dá para meia dúzia decidir sobre o destino de um milhão e meio da população que existe nesse Estado. Obrigado. Desculpa. Parabéns pelo pedágio, parabéns. Só a forma, para mim, que está errada. Obrigado. Boa noite.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) – Obrigado, Marcos. E a gente também reforça que a gente esperava realmente uma presença maior das pessoas. Inclusive tivemos muito retorno de que teríamos mais pessoas presentes participando. Nós temos muitas pessoas on-line participando. Não de forma presencial, lamentamos por isso, mas mesmo assim temos que fazer a nossa parte.

E eu acredito que daqui sairão encaminhamentos, não ficará apenas nessa fala. E a gente, tendo hoje a participação de quem está aqui, principalmente das pessoas que estão no dia a dia, participando desse processo de forma direta, como o Ministério Público, o Ministério Público Federal, as entidades aqui representadas pela concessão, pelo órgão gestor, quem gere, e está sendo dada aqui a oportunidade de a população se manifestar.

Nós temos muitas solicitações aqui, Marcelo, de forma, de pessoas que estão nos acompanhando pela nossa live, estou com a live da minha rede social ativa o tempo inteiro. Todas as demandas que são ali pontuais, eu quero colocar depois, ao fim da nossa Ata, pela nossa equipe da Assembleia Legislativa, está registrada. E a

gente poder encaminhar para vocês, eu tenho certeza que iremos ter avanços, está bom?

Com a palavra agora, o próximo aí, Júnior, por favor.

O SR. ADERALDO LOPES DE CARVALHO JUNIOR (Cerimonial) - E agora encerramos, com o uso da fala, o senhor Cosme José Oliveira, Missionário.

O SR. COSME JOSÉ OLIVEIRA - Obrigado. Antes de começar a fala, eu cumprimento a todos, deputado, toda Mesa, cumprimento a todos e parabenizo por esta Audiência Pública que está acontecendo, eu sei que as falas agora começam a ficar muito parecidas, porque as pessoas estão trazendo os seus anseios, as suas dores também, aqui para serem ouvidos. Parabéns, deputado, por esse chamamento.

Eu faço questão de levantar aqui esse meu cartaz ("Não ao pedágio! O grito de Rondônia. Não queremos ser supersobretaxados"). É uma forma também de expressar aqui a minha manifestação contrária ao pedágio. Eu quero dizer que eu sou, eu já vi pessoas dizendo que são favoráveis, eu sou radicalmente contrário ao pedágio, porque ele vai nos "super-sobretaxar". É isso que eu penso.

Eu sou missionário. Eu estou nas casas, sou uma pessoa muito simples e que estou nos lares das pessoas simples, todos os dias. Então a gente vê pessoas simples que às vezes não tomam café pela manhã porque lhes falta açúcar, às vezes no seu almoço, arroz, enfim, lá nessas casas.

Eu estou hoje no campo de Nova Califórnia, eu sou membro da Igreja Batista de Extrema, mas como missionário pela Convenção Batista do Estado de Rondônia. E essas pessoas simples, muitas vezes elas não têm nem ideia de situações como essas que estão acontecendo aqui.

E lá em Nova Califórnia, conforme já foi mencionado, acho que foi o prefeito, ou vereador lá de Nova Mamoré, parece que, em um primeiro momento, nós ainda, o pedágio não chegou. Tem uma certa aparência, mas o pedágio chegou lá, sim.

Chega quando tudo que chega aqui na nossa capital é distribuído para todos nós aqui no Estado. E preocupa, preocupa porque as pessoas terão ainda mais dificuldades. Eu imagino, se a dificuldade hoje é enorme, ela vai triplicar.

Quero dizer para o senhor, Deputado Alan Queiroz, em 2022 eu tive o meu direito de ir e vir sendo caçado pelo Decreto nº 17.527, que impedia a mim de exercer a função que eu exercia como monitor escolar. Por isso que as questões políticas, que às vezes falam assim, na igreja não pode comentar, elas trazem impactos para a gente.

E eu fui porque eu decidi, minha esposa decidiu tomar o experimento, meu filho do coração também, minhas filhas biológicas tomaram, mas eu tinha visto o relato da Arlene Graf e aquilo me impactou, eu fiquei com medo. Eu estou vendo aqui o senhor Da Silva, que é

um dos representantes do sindicato, inclusive, depois se eu tiver uma oportunidade, quero ver com ele, porque a categoria da qual eu faço parte faz parte do sindicato dele, do Sinttrar, os monitores escolares.

E aí aquele Decreto nº 17.527 cessou o meu direito de ir e vir e me tirou o direito de trabalho. E o que eu penso para essa conversa que será breve, eu sei que parece que aqui agora é longa, de todo o tema que já foi tratado, é que pedágio, de certa forma, ou de uma forma quase que direta, mas que vem de forma subliminar, atinge o seu direito de ir e vir. Atinge.

Então, eu quero dizer para essa geração, que às vezes a gente fala assim, nós temos pouca gente, nós temos muita gente aqui. Porque um com Deus vale mais do que o planeta inteiro. Eu creio nessa palavra.

E quando eu chego na casa das pessoas, que elas são as pessoas mais simples, iguais a mim, eu chego dizendo a palavra de Deus, lá em Salmo 119, versículo 105, diz assim; "Lâmpada para os meus pés é a tua palavra, e luz para o meu caminho".

E diz também lá em Oséias 4:6 "que o meu povo perece, que é por falta de conhecimento". E essa falta de conhecimento é que tem levado nós, enquanto população no geral, a estarmos discutindo algo aqui que não era para ser discutido.

Porque os nossos representantes legais, eu sei da sua disponibilidade, Deputado Alan Queiroz, e foi muito interessante agora, que parece que as portas já se fecharam para tudo, parece que já foi negociado, mas eu ainda digo para o povo de Rondônia, vocês ainda têm uma força extraordinária.

Quero os nossos representantes legais, deputados federais. Senti falta aqui dos nossos oito deputados federais. O Deputado Fernando Máximo, senti falta também do Deputado Lúcio Mosquini, senti falta da Deputada Cristiane Lopes. Sinto falta de outros deputados, dos demais deputados que representam a Casa, que poderiam estar aqui por nós e que já deveriam ter trabalhado muito antes, lá em Brasília.

Espero que, através desse banner, eu possa dizer aos presentes, aos pais e às mães, às pessoas mais simples lá de Nova Califórnia, povo que amo de coração, e a todo o povo do Estado de Rondônia: eu não quero ser super, super-sobretaxado.

Muito obrigado. Deus abençoe todos vocês e ilumine.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) – Amém. Muito obrigado. Parabéns pelas palavras.

Temos ainda uma inscrita, a senhora Aliny Ripke, do movimento do Agro Rondônia.

Por favor, com a palavra.

A SRA. ALINY RIPKE - Boa tarde. Eu sou a Aliny Ripke. Estou aqui representando o Movimento das Mulheres do Agro Rondônia e das famílias também do Estado.

Hoje vim aqui para explanar alguns pontos que nos preocupam. A nossa presente manifestação tem como objetivo expor a preocupação quanto aos impac-

tos econômicos, mas também sociais, com os valores do pedágio.

A produção agrícola não se resume no ato de plantar e colher. Ela envolve a aquisição de insumos para preparo do solo, maquinário, manutenção, combustível, mão de obra, energia, financiamentos e tributos. É uma atividade de alto custo, alto risco e sujeita a variações climáticas e de mercado.

Nessas variações estão calcários, adubos e também a melhoria da nossa sustentabilidade, que é uma nova metodologia que nós estamos tentando melhorar e aprimorar, com plantios diretos e melhoria em uma área com calcário, sem desmatar.

Hoje vemos que, falamos bastante aqui do médio produtor, do grande produtor, dos transportadores e da agricultura familiar, para que eles produzam e melhorem a qualidade dos seus produtos, precisam investir em calcário.

Com o custo do frete atual, é inviável. Até porque a maioria deles tem que bancar o seu calcário, porque a quantidade distribuída via emendas parlamentares é insuficiente. Assim, precisam tirar dinheiro do bolso para produzir. Com o custo do frete, eles não vão fazer esse investimento. Vai cair a produção.

O que vai acontecer? Muitos vão sair da área agrícola e vão migrar para a cidade. Isso vai influenciar a família também, porque o filho, ao ver o pai sofrendo, sem incentivo e tendo que tirar cada vez mais dinheiro do bolso para produzir, não vai querer continuar produzindo, não vai continuar no trabalho do pai.

A BR-364 representa o principal eixo logístico do Estado, sendo responsável pelo escoamento da produção, transportes de insumos e circulação de mercadorias. Contudo, não é só utilizada para isso. Ela é usada por ônibus escolares, ambulâncias, veículos de transporte de pacientes para tratamentos médicos, trabalhadores, famílias rurais e universitários.

A maioria dos universitários trabalham durante o dia e se locomovem para as maiores cidades para estudar, para fazer uma faculdade. Eles vão continuar vindo? Não. Eles vão parar de estudar, porque não vai compensar.

O pai vai ter que tirar mais dinheiro, porque já banca transporte do filho, e ainda vai ter que pagar pedágio? Então, isso vai impactar socialmente.

A eventual aplicação do pedágio com valores elevados impacta no custo da saca, na competitividade e no mercado em geral.

Nós defendemos uma rodovia segura, com manutenção adequada, sinalização, acostamentos e duplicações, mas com responsabilidade e sensibilidade à realidade econômica regional. O desenvolvimento do Estado deve caminhar em conjunto com justiça econômica, custo logístico que não inviabilize a produção, os serviços públicos e não onere a população.

E mais, eu gostaria de fazer três perguntas, já que foi falado a respeito à ANTT. O senhor nos falou que o aumento dos acidentes ocorre porque a rodovia melhorou. Não, a rodovia não melhorou. O aumento dos

acidentes é porque várias pessoas que trafegam pela rodovia encontram buracos. Buracos.

Você paga o pedágio, passa na praça de pedágio, você anda três quilômetros, você pode cair dentro de um buraco.

Não tem acostamento. Os caminhões são pesados e precisam retirar o caminhão para não causar um acidente. Mas o que acontece? Causam um acidente, seja para o motorista, seja para um terceiro.

E outra coisa que nos preocupa, é a questão da Expresso Porto. Foi falado em adiantar as obras na Expresso Porto. Só que, a partir do momento que o pedágio assumiu a Expresso Porto, seja ela de terra ou de asfalto, ele é responsável.

Na semana passada e na retrasada, tivemos dois acidentes feios na Expresso Porto. Os motoristas não tinham comunicação para avisar sobre o acidente e ficaram presos às ferragens.

Eles têm que lutar com a poeira ou têm que lutar com a lama. Além disso, é uma região que não tem telefonia. Não se consegue acionar socorro. Não há banheiro para o motorista utilizar. Não tem um ponto de apoio. Eles ficam isolados na Expresso Porto.

Então, independentemente de se asfaltar a Expresso Porto hoje, amanhã ou não, tem que se dar um suporte adequado, porque ela faz parte do pedágio hoje, certo? Muito obrigada.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Não podia fechar da melhor forma, Aliny. Obrigado pela participação, pela contribuição.

De fato, é isso mesmo. Eu tinha feito já alguns encaminhamentos pela manhã, de preocupação com relação à questão dos representantes estudantis que procuraram a gente. Temos situações mais complicadas ainda de município. Por exemplo, aqui vou citar um exemplo do Município de Pimenta Bueno e Espigão D'Oeste e Vilhena.

Nós temos ali um polo estudantil em Cacoal, onde muitos de Pimenta Bueno, Espigão D'Oeste e Vilhena até se dirigem diariamente para esse grupo educacional em Cacoal, que é mais amplo, que tem mais cursos. E tem muitos que estão inviabilizando, que estão, inclusive, desistindo por conta desse impacto.

Então é isso, acho que de forma pontual, o Expresso Porto foi muito importante você ter citado esse assunto aqui, porque ali, além do transporte, nós temos muitos produtores. Nós temos ali também vários, empreendimento comerciais, imobiliário, que tem tido uma procura grande, então é um ponto muito importante.

E eu vou aqui já encaminhar para a fase final da nossa Audiência Pública, dando a oportunidade aqui, se assim o Marcelo quiser, fazer as considerações finais; o João; nosso Doutor Leonardo, se assim o quiser, que ele possa finalizar a sua fala.

E já antecipando que todo o material que foi aqui disponibilizado através das falas será transcrito, serão aqui feito encaminhamento de sugestões apontadas, da contribuição que foi muito importante de todos que

participaram e também daqueles que estão participando on-line e participando a distância, mas que estão também com mesma intenção nossa com a mesma vontade de melhorias. E também a gente vai passar tudo isso e encaminhar para os órgãos competentes.

Marcelo, as suas considerações finais.

O SR. MARCELO JOSÉ GOTTARDELLO - Agradecer a participação de todos.

Respondendo a ela. A operação na rodovia, realmente, é responsabilidade da concessionária, ela não pode abandonar. Esse caso pontual, o João está aqui, nós vamos ver o que aconteceu. E quanto ao contrato, resta a gente trabalhar, não é?

Como o deputado já demonstrou, se houver essas falhas, a gente vai procurar melhorar. A ideia, a Agência está aqui para ouvi-los. E, como diz, a intenção, não digo nem a intenção, nós estamos administrando um contrato com um parceiro, um parceiro que está performando bem e também tem boa intenção, as condições de atender a população aqui, o usuário do Estado.

Então, agradecer a participação de todos e as contribuições vão ser anotadas, vão ser respondidas e, se puder, serão atendidas.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) - Muito obrigado, Marcelo. Mais uma vez, quero agradecer a sua participação, sua presença com a gente, foi importante. Mostra sensibilidade na causa, porque, de repente, poderia ser algo frio, no sentido de quando enviamos o convite, pedimos a presença, poderia, de forma fria e calculista, dizer "Não, nós estamos cumprindo e acompanhando um contrato que já está vigente, que está sendo questionado da Justiça e não queremos ir para ouvir".

E, pelo contrário, nós temos aqui a presença dos dois, as duas esferas importantes, em especial aqui, Marcelo, você que vem lá de Brasília, tenho certeza de tantas outras atribuições, que não é só Rondônia, o país inteiro, mas se fez presente com a gente que engrandeceu muito esse momento.

João, com a palavra, Doutor João.

O SR. JOÃO SIQUEIRA - Boa noite a todos. Primeiro, deputado, agradecer a você pela brilhantíssima condução aqui dos trabalhos.

Agradecer a todos que compuseram a Mesa, agradecer a todos que puderam contribuir de alguma forma. Dizer a todos, que a gente anotou, eu anotei, fiz algumas anotações aqui, de todas as considerações aqui.

Nós gravamos a audiência, então nós vamos internalizar isso, assim como a gente já vem fazendo desde a época da assinatura do contrato. Nós recebemos todas as pessoas que nos procuram, que estão abertas ao diálogo. Então nós vamos internalizar todas as opiniões. Acho bastante válido e enriquecedor o que a gente fez aqui hoje.

E a presença do Ministério Público Federal também, se fazer presente aqui por pautas que são tão

importantes dentro do Estado de Rondônia. Afinal de contas, eu sou morador do Estado de Rondônia aqui já há 20 anos, então eu conheço a BR-364, conheço os 52 municípios.

Não isentando de tudo que foi dito aqui hoje, deputado, e apenas algumas informações, não para justificar o que foi posicionado aqui por vocês, porque tudo que vocês disseram aqui, nós anotamos e gravamos, e vamos tentar discutir isso junto à ANTT e junto à nossa diretoria, para que a gente possa ofertar uma segurança viária e uma rodovia mais segura para vocês, dentro do que está disposto no contrato.

Mas, tem alguns números aqui bastante interessantes Deputado Alan Queiroz, que eu gostaria de dizer para a população, não me justificando do que foi dito aqui, mas apenas a nível de conhecimento para que todas as pessoas que estão aqui, e eu sei que tem muitas on-line, possam esclarecer.

Nós fizemos nos últimos 60 dias, 5.218 atendimentos na rodovia. Isso representa 168 atendimentos por dia. Nós temos previsibilidade de pagamento de mais de R\$ 40 milhões de ISS aos 17 municípios lindeiros. Nós temos hoje 14 ambulâncias que prestam serviços de pré-hospitalar ao longo dos 700 quilômetros. Isso dá mais ou menos uma ambulância a cada 50 quilômetros. Nós temos 1.500 empregos diretos e indiretos hoje dentro do Estado de Rondônia e 94% desses empregos são mão de obra local.

Nós estamos antecipando a questão do acesso à internet, que tem previsibilidade legal para partir do segundo ou terceiro ano, para que a gente possa ofertar esse serviço a partir de julho. É uma antecipação. Nós vamos instalar mais de 93 torres. Inclusive, a Expresso Porto é uma que está contemplada também.

Nós temos hoje, no dia de hoje, enquanto a gente estava aqui na Audiência Pública, 59 equipes fazendo interferências ao longo dos 700 quilômetros da BR. Isso dá mais ou menos uma interferência a cada 11.86 quilômetros. Então nós estamos trabalhando para intensificar e melhorar essa segurança viária para o usuário.

Nós temos por obrigação contratual três PPDs, Pontos de Parada de Descanso de caminhoneiros, que provavelmente nós devemos implementar nos próximos dois anos. Então, isso garante essa tal dessa segurança para os caminhoneiros que hoje é um grande fluxo e a gente entende que é bastante importante para que eles possam cumprir a intrajornada.

Nós fizemos somente no carnaval 289 sinistros de atendimento, sendo que de 1º de janeiro a 28 de fevereiro, nós tivemos 96% dos acidentes ocasionados por problemas humanos. E esse estudo é feito junto com a PRF (Polícia Rodoviária Federal); 1%, fator pista e 3%, fator mecânico. Então, isso comprova o que a história da ANTT comprovou nos trabalhos iniciais aí.

Nós fizemos somente no carnaval esses 309 atendimentos de sinistro aí com esses atendimentos pré-hospitalar e atendimentos na pista. Então, o que eu quero dizer pra vocês é o seguinte: esses dados não são para justificar tudo que a gente sobrepôs aqui, conver-

sou aqui hoje. Tudo que vocês disseram aqui foi anotado e a gente vai assimilar. O intuito da concessionária é de que o Estado de Rondônia cada vez que passa fique mais pujante.

O próprio Gottardello, que representa a ANTT falou sobre os gatilhos de investimento e na medida que esse fluxo vai aumentando, esse dinheiro não vem para a concessionária, é revertido em benefícios de infraestrutura. E eu torço muito, como filho de Rondônia, hoje tenho filhos aqui nascidos em Rondônia, então aqui estou e aqui vou ficar, Deputado Alan, se Deus me permitir por muito tempo. Torço muito pela pujança.

Mas também tenho consciência, como engenheiro que sou, de que a concessão, independente da discussão jurídica ou financeira do preço de pedágio, traz benefício ao usuário, porque matematicamente a gente acabou de citar alguns números bastante expressivos.

E por último, deixar a concessionária aqui, não só para a Assembleia Legislativa, mas como para o Ministério Público, para a Aprosoja, também somos parceiros aí, estamos de portas abertas para as associações, para os sindicatos, para que a gente possa discutir, não o intuito de criticar, mas que a gente possa discutir, para que a gente possa levar a melhoria e a segurança viária para as pessoas que trafegam na BR-364.

Afinal de contas, ela é uma BR que representa o povo de Rondônia, representa a pujança de Rondônia, e a gente veio para cumprir a obrigação contratual, mas veio também para discutir e para tentar implementar dentro dos parâmetros contratuais aí, o melhor benefício para o Estado de Rondônia. Obrigado.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) – Obrigado, João. Quero, inclusive, João, antes de passar a palavra aqui para o Doutor Leonardo, aproveitar uma parte da sua fala com relação à questão dos pontos de parada, da necessidade de uma antecipação da questão ambiental, dos cuidados, dos prazos. Eu lembro muito, eu participei, à época, das construções de usinas do Madeira, e eu fui trabalhador lá dentro, eu trabalhei lá dentro das usinas. Eu era dentista do turno da noite.

E eu me lembro muito que tinha muita, era muito tardio, demorava muito a questão das liberações dos impactos ambientais. Acho que é interessante começar a discutir esses pontos, até mesmo nos pontos de duplicação, nos pontos de parada, para que a gente não prolongue um problema e estenda também a questão das obras por conta disso. Que possa estar dentro de um radar interessante por conta desses prazos que são mais alongados.

Então aqui, Doutor Leonardo... Prefeito, por gentileza, prefeito Éder.

O SR. ÉDER DA SILVA - João, só tirando um pouquinho a sua fala, o seguinte, tanto atendimento que vocês fizeram pela ambulância, se fosse duplicada, não tinha esses atendimentos, certo? Isso daí é uma pena o senhor falar uma situação dessa, que vocês atenderam tantas pessoas, que teve óbito e tudo. Isso não é bom

não, não é bom não.

Essa questão também de internet, nós pagar caro para ter internet, não tem necessidade. É muito melhor abaixar o pedágio e não cobrar internet, porque cada cidade tem internet. Rapidinho nós vamos ter internet. Então, só uma ressalva, essa daí, Deputado Alan, porque não é bom falar que nós estamos tendo tanto atendimento, em uma BR com tanto acidente assim. Só isso aí. Obrigado.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) – Exatamente, prefeito. Eu concordo com a sua fala. Exato, acho que o ponto é a gente precisa pensar em aumentar realmente a qualificação da rodovia, aumentar, duplicar, eu acho que esse é o caminho.

E finalizamos aqui, antes de eu encerrar a audiência, eu quero passar a palavra ao Doutor Leonardo, e agradecê-lo por sua presença, a sua participação até o final. O senhor chegou de uma forma muito humilde, muito participativo e deixou muito, o seu trabalho já direcionado à disposição da Assembleia, na Audiência Pública. Então, para mim, eu queria fechar aqui com as suas considerações finais, e dizer da nossa gratidão. Peço que Vossa Excelência continue exercendo essa função importante que o Ministério Público, tanto estadual quanto Federal, tem em defesa da nossa sociedade. Nos sentimos agraciados com a sua presença.

O SR. LEONARDO TREVIZANI CABERLON – Eu que agradeço, Deputado Alan Queiroz, pelo convite, pela oportunidade de estar aqui. Parabenizo também pela condução muito cordial, pontual, a sessão transcorreu muito bem.

Queria agradecer a todos os participantes porque nos faz sentir a necessidade desse trabalho. O objetivo do Ministério Público Federal como fiscal da lei, também como alguém que promove os direitos da sociedade, os direitos do consumidor, garantir nesse caso, um direito a uma tarifa módica, justa, a uma pista segura e o equilíbrio econômico do contrato.

Nós não somos contra a concessão. Nós entendemos que ela está posta. E a partir das informações que foram trazidas aqui, nós pretendemos enviar tudo para a Justiça Federal, os dados técnicos. Destaco aqui a excelente fala do engenheiro Ildefonso Madruga, dos Sindicatos dos Engenheiros. Todas as falas da população vão ser levadas ao Poder Judiciário. Eu me comprometo a despachar com o Juiz Federal, deste caso, pessoalmente, para trazer as informações para ele e trazer a sensibilidade desse problema, e que ele dê todo o cuidado possível nas ações que tramitam na Justiça Federal.

Ao mesmo tempo, a gente espera, Deputado Alan, iniciativas como essa do senhor, sejam feitas também por outros agentes políticos para ajudar a população rondoniense pagar uma tarifa justa por esse pedágio; que a concessionária tenha também um lucro justo e que essa rodovia deixe de ser a “rodovia da morte” - tenho conhecidos que perderam a vida ali -, para que seja uma rodovia do progresso e do bem-estar de toda

a população rondoniense. Muito obrigado.

O SR. ALAN QUEIROZ (Presidente) – Nós que agradecemos, doutor, pela presença, pela participação e pelo fechamento brilhante com os encaminhamentos que serão adotados.

Da mesma forma, a Assembleia Legislativa, em nome do nosso Presidente, dos nossos deputados, serão tomadas aqui o fechamento, os encaminhamentos, não somente da Audiência Pública, mas também das pessoas que estiveram, de certa forma, contribuindo com o debate.

Quero fazer de forma muito especial ao nosso engenheiro Kruger, nosso assessor, obrigado pela parceria. Foi vereador junto comigo. Um grande homem, técnico de primeira qualidade que nos auxiliou muito, principalmente no estudo do contrato e a gente pode, através disso, fazer alguns encaminhamentos. Eu tenho certeza de que é apenas o primeiro momento de tantos outros que teremos a oportunidade de debater em mesa, discutir, apontar e ver avanços para o Estado de Rondônia.

Nesse sentido, invocando a proteção de Deus, em nome do povo rondoniense, agradecemos a presença dos componentes da Mesa Diretiva e de todos que acompanharam essa ilustre solenidade.

Declaro encerra a presença Audiência Pública e desejo uma noite abençoada a todos. Muito obrigado e fiquem todos com Deus.

(Encerra-se esta Audiência Pública às 18 horas e 50 minutos)

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº 170/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

LOTAR

O servidor **EDNEI LIMA PINHEIRO**, matrícula nº ****8057, no Gabinete do Deputado Ribeiro do Sinpol, a contar 04 de março de 2025.

Porto Velho, 11 de março de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0707224

ATO Nº 172/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA

LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

NOMEAR

ISAQUE MACIEL DE SOUZA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-18, no Gabinete do Deputado Luizinho Goebel, a contar de 11 de março de 2026.

Porto Velho, 11 de março de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0707684

ATO Nº 171/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

NOMEAR

JORGE AVELINO LIMA DO AMARAL, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-17, no Gabinete da Deputada Ieda Chaves, a contar de 11 de março de 2026.

Porto Velho, 11 de março de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0707589

ATO Nº 169/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.13 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

EXONERAR

ROSA MARA MENEZES ALFARO, do Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Técnico, código AT-18, do Gabinete do Deputado Luizinho Goebel, a contar de 11 de março de 2026.

Porto Velho, 11 de março de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0706586

ATO Nº 173/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

NOMEAR

VAGNER CAMARGO DA MOTA, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor Parlamentar, código AP-22, no Gabinete do Deputado Ismael Crispin, a contar de 11 de março de 2026.

Porto Velho, 11 de março de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0707775

ATO Nº 174/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos do Art.14 da LC nº 1.056/2020, publicado em 28 de fevereiro, resolve:

NOMEAR

SILAS RIBEIRO DOS SANTOS, para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de Assessor de Direção, código AS-04, no Gabinete do Secretário de Comunicação Social, a contar de 11 de março de 2026.

Porto Velho, 11 de março de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral ALE/RO
SEI nº 0707908

SECRETARIA DE FINANÇAS

ATO DE DIÁRIA Nº 0706374/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias aos servidores abaixo relacionados, pelo deslocamento via transporte terrestre, destino de Porto Velho - RO / Itapuã do Oeste - RO / Ariquemes - RO / São Miguel do Guaporé - RO / Porto Velho - RO, no período de 11/03/2026 a 13/03/2026, realizará a cerimônia de encerramento dos cursos nos municípios, conforme processo nº 200.184.000063/2026-91.

Nome	Cargo	Lotação
Welys Araújo de Assis	Secretário Legislativo	Escola do Legislativo

Porto Velho, 11 de março de 2026.

ROGÉRIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral - ALE/RO

ATO DE DIÁRIA Nº 0706375/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias aos servidores abaixo relacionados, pelo deslocamento via transporte terrestre, destino de Porto Velho - RO / Itapuã do Oeste - RO / Ariquemes - RO / São Miguel do Guaporé - RO / Porto Velho - RO, no período de 11/03/2026 a 13/03/2026, Realizará a cobertura dos encerramentos dos cursos, com apuração, entrevistas e produção de textos para mídias sociais e canais institucionais, visando à posterior edição e divulgação das ações da Escola do Legislativo, conforme processo nº 200.184.000063/2026-91.

Nome	Cargo	Lotação
Rilari Mendonça dos Santos	Assessora de Direção	Gab. Advogado Geral

Porto Velho, 11 de março de 2026.

ROGÉRIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral - ALE/RO

ATO DE DIÁRIA Nº 0706419/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder cinco (05) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Vilhena-RO/Chupinguaia-RO/Vilhena-RO no período de 11.03.2026 a 15.03.2026, com a finalidade de realizar a segurança da Deputada Estadual Rosangela Donadon e conduzir o veículo, conforme processo nº 100.621.000049/2026-47.

Nome	Cargo	Lotação
------	-------	---------

PEDRO PANTA CORDEIRO	ASSESSOR DE SEGURANÇA	SECRETARIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
----------------------	-----------------------	---------------------------------------

Porto Velho, 11 de março de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0706435/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder cinco (05) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho-RO / São Paulo-SP / Porto Velho-RO destino no período de 11.03.2026 a 15.03.2026, com a finalidade de participar da Pescaria & Companhia Trade Show 2026, acompanhar tendências do setor, conhecer novas tecnologias, produtos e serviços, bem como realizar contatos institucionais e comerciais, visando a atualização profissional e a obtenção de informações relevantes que possam contribuir para o aprimoramento das atividades desenvolvidas pelo órgão/secretaria, conforme processo nº 100.501.000122/2026-47.

Nome	Cargo	Lotação
Tiago dos Santos Miranda	Subchefe de Gabinete	Gabinete Ieda Chaves

Porto Velho, 10 de março de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0705619/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder (03) três diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho-RO / Ji - Paraná/ Porto Velho-RO período de 11.03.2026 a 13.03.2026, Fiscalizar os serviços realizados pela empresa de locação das Vans e Micro-ônibus durante a realização da Sessão Solene para Outorga de Homenagens, a ser realizada no dia 12 de março de 2026, a partir das 14h, no auditório do Ministério Público do Estado de Rondônia – Promotoria de Justiça, localizado na Rua 06 de Maio, nº 565, Bairro Urupá, Ji-Paraná/RO, de propositura da Excelentíssima Deputada Claudia de Jesus, conforme processo nº 100.1723.000033/2026-40.

Nome	Cargo	Lotação
LÍCIA LÉA MENDES MACHADO	ASSESSOR DE DIREÇÃO	GAB. DA SUPERINTENDENCIA DE LOGISTICA

Porto Velho, 10 de março de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0705634/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder (03) três diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho-RO / Ji - Paraná/ Porto Velho-RO, período de 11.03.2026 a 13.03.2026, Prestar apoio logístico durante a realização da Sessão Solene para Outorga de Homenagens, a ser realizada no dia 12 de março de 2026, a partir das 14h, no auditório do Ministério Público do Estado de Rondônia – Promotoria de Justiça, localizado na Rua 06 de Maio, nº 565, Bairro Urupá, Ji-Paraná/RO, de propositura da Excelentíssima Deputada Claudia de Jesus, conforme processo nº 100.1723.000033/2026-40.

Nome	Cargo	Lotação
Irlana Lima Silva	Assessor Gabinete III	Departamento de Transporte

Porto Velho, 10 de março de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0706421/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre Porto Velho - Ro Ariquemes - Ro Porto Velho - Ro, no período de 12.03.2026 a 14.03.2026 com a finalidade de conduzir veículo e representar o parlamentar em agendas oficiais, conforme processo nº 100.052.000046/2026-13.

Nome	Cargo	Lotação
Antônio Aldo Rodrigues de Sousa	Assessor Técnico	Corregedoria Parlamentar

Porto Velho, 11 de março de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0706839/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 05 (Cinco) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho-RO / Jarú/Ouro Preto/Ji-Paraná / Porto Velho-RO no período de 11/03/2026 a 15/03/2026, com a finalidade de realizar visita institucional aos veículos de comunicação, com o objetivo de fortalecer o relacionamento institucional com a Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, ampliar o diálogo com a imprensa e promover maior integração entre o Poder Legislativo e os meios de comunicação, conforme processo nº

Nome	Cargo	Lotação
ALESSANDRO LUBIANA	SECRETARIO DE COMUNICACAO SOCIAL	SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Porto Velho, 11 de março de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0706801/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 04 (quatro) diárias aos servidores abaixo relacionados, pelo deslocamento via transporte terrestre, destino de Porto Velho - RO X Espigão do Oeste - RO X Porto Velho - RO, no período de 11/03/2026 a 14/03/2026, Participação em debate e esclarecimentos relacionados à aplicação da Lei Ordinária nº 6.269/2025, e conforme registro na Ata da 16ª Reunião Declaratória da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, solicito a concessão de diárias aos servidores Dalmyr e Helen, para que representem e prestem apoio técnico à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável durante a agenda no referido município, conforme processo nº 100.511.000061/2026-07.

Nome	Cargo	Lotação
Dalmyr Figueiredo Gomes Junior	Assessor Técnico	Comissão de Meio Ambiente E Desenvolvimento Sustentável
Helen Cristine do Nascimento Ferreira	Assessor Técnico	

Porto Velho, 11 de março de 2026.

ROGÉRIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral - ALE/RO

ATO DE DIÁRIA Nº 0706804/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder (03) três diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho-RO / Ji-Paraná-RO / Porto Velho-RO no período de 11.03.2026 a 13.03.2026, FINALIDADE estará realizando o serviço de apoio a adaptação do local e apoio a Mesa de Autoridades para realização de Sessão Solene para Outorga de Homenagens, a ser realizada no dia 12 de março de 2026, a partir das 14h, no auditório do Ministério Público do Estado de Rondônia Promotoria de Justiça, localizado na Rua 06 de Maio, nº 565, Bairro Urupá, Ji-Paraná/RO, de propositura da Excelentíssima Deputada Claudia de Jesus, conforme processo nº 100.030.000041/2026-31.

Nome	Cargo	Lotação
Wyrlyny Souza Nascimento	CHEFE DE DIVISÃO	Coordenação Geral de Cerimonial

Porto Velho, 11 de março de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0706819/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder (03) três diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho-RO / Ji-Paraná-RO / Porto Velho-RO no período de 11.03.2026 a 13.03.2026, estará realizando o serviço de nominadas e recepção do público, durante a realização de Sessão Solene para Outorga de Homenagens, a ser realizada no dia 12 de março de 2026, a partir das 14h, no auditório do Ministério Público do Estado de Rondônia Promotoria de Justiça, localizado na Rua 06 de Maio, nº 565, Bairro Urupá, Ji-Paraná/RO, de propositura da Excelentíssima Deputada Claudia

de Jesus, conforme processo nº 100.030.000041/2026-31.

Nome	Cargo	Lotação
Elineia Pereira da Silva Goncalves	Auxiliar Administrativo	Coordenadoria Geral de Cerimonial

Porto Velho, 11 de março de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0706825/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder (03) três diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho-RO / Ji-Paraná-RO / Porto Velho-RO no período de 11.03.2026 a 13.03.2026, estará desempenhando as funções de garçom, durante a realização de Sessão Solene para Outorga de Homenagens, a ser realizada no dia 12 de março de 2026, a partir das 14h, no auditório do Ministério Público do Estado de Rondônia Promotoria de Justiça, localizado na Rua 06 de Maio, nº 565, Bairro Urupá, Ji-Paraná/RO, de propositura da Excelentíssima Deputada Claudia de Jesus, conforme processo nº 100.030.000041/2026-31.

Nome	Cargo	Lotação
Mario Flavio de Miranda	Auxiliar Administrativo	Coordenação Geral de Cerimonial

Porto Velho, 11 de março de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0706833/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder (03) três diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho-RO / Ji-Paraná-RO / Porto Velho-RO no período de 11.03.2026 a 13.03.2026, estará desempenhando as funções de mestre de cerimônias, durante a realização de Sessão Solene para Outorga de Homenagens, a ser realizada no dia 12 de março de 2026, a partir das 14h, no auditório do Ministério Público do Estado de Rondônia Promotoria de Justiça, localizado na Rua 06 de Maio, nº 565, Bairro Urupá, Ji-Paraná/RO, de propositura da Excelentíssima Deputada Claudia de Jesus, conforme processo nº 100.030.000041/2026-31.

Nome	Cargo	Lotação
Jose Carlos Pereira Paim	Assessor de Direção	Coordenação Geral de Cerimonial

Porto Velho, 11 de março de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0706878/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 07 (sete) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via aéreo de Porto Velho-RO / São Paulo-SP / Porto Velho-RO, no período de 15.03.2026 à 21.03.2026, com a finalidade participar do "APG - Programa de Gestão Avançada na modalidade Intensiva", promovido pelo Grupo Amana-Key, na cidade de São Paulo/SP. Trata-se de uma capacitação superintensiva com carga horária de 50 horas, voltada ao aperfeiçoamento pessoal e profissional de lideranças. Durante o evento, a servidora passará por uma vivência focada no refinamento de "competências duráveis", como o desenvolvimento do pensamento estratégico e sistêmico, a capacidade de liderar em contextos de incerteza e a busca por soluções inovadoras para a gestão pública. A viagem tem como objetivo assegurar que a Assembleia Legislativa de Rondônia disponha de quadros diretivos com visão ampliada e capacidade de gerar soluções criativas para os desafios institucionais. O aperfeiçoamento da servidora contribui diretamente para a modernização da gestão e para o aumento da eficácia na entrega legislativa e administrativa à sociedade. Em última análise, busca-se garantir a evolução contínua da Casa de Leis e o fiel cumprimento de sua missão institucional, com uma atuação cada vez mais orientada ao serviço público e às necessidades da população rondoniense, conforme processo nº 100.017.000030/2026-29.

Nome	Cargo	Lotação
Mayara Gomes Freire da Silva	Secretária Administrativa	Secretaria Administrativa
Maria Marilu do Rosário	Secretária Geral Adjunta	Secretaria Geral Adjunta
Rodrigo Assis Silva	Secretário de Engenharia E Arquitetura	Secretaria de Engenharia E Arquitetura
Wesley Nunes Ferreira	Superintendente de Logística Adjunto	Superintendência de Logística
Ana Leticia Lima Silva	Chefe de Gabinete	Secretaria Administrativa
Rafael Figueiredo Martins Dias	Secretário de Planejamento e Orçamento	Secretaria de Planejamento e Orçamento
Guilherme Marcel Gaiotto Jaquini	Secretário de Compras e Licitações	Secretaria de Compras E Licitações
Nathália Stella Sena Brasiliano	Diretora Geral Adjunta da Escola do Legislativo	Escola do Legislativo
Luciano José da Silva	Advogado-geral	Advocacia-geral
Natália Gago Castoldi	Secretária de Finanças	Secretaria de Finanças

Porto Velho-RO, 09 de março de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0707449/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder (01) uma diária ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de PORTO VELHO - VISTA ALEGRE DO ABUÑA - PORTO VELHO período de 13.03.2026 a 13.03.2026, finalidade de acompanhar as atividades da Comissão de Habitação e Assuntos Municipais, prestando apoio técnico e institucional, registrando e analisando as demandas discutidas para subsidiar o gabinete na elaboração de propostas e ações parlamentares. Garantir suporte técnico e institucional às atividades da Comissão de Habitação e Assuntos Municipais, contribuindo para o encaminhamento de demandas e a formulação de ações parlamentares em benefício da população, conforme processo nº 100.063.000078/2026-81.

Nome	Cargo	Lotação
HUDSON AMORIM CARNEIRO	Assessor Técnico	COMISSÃO DE HABITAÇÃO E ASSUNTOS MUNICIPAIS

Porto Velho, 11 de março de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0707433/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 01 (uma) diárias à servidora abaixo relacionada, pelo deslocamento via transporte terrestre PORTO VELHO - VISTA ALEGRE DO ABUÑA - PORTO VELHO, no período de 13.03.2026 a 13.03.2026. com a finalidade de acompanhar as atividades da Comissão de Habitação e Assuntos Municipais, prestando apoio técnico e institucional, registrando e analisando as demandas discutidas para subsidiar o gabinete na elaboração de propostas e ações parlamentares, conforme processo nº 100.063.000077/2026-37.

Nome	Cargo	Lotação
Carolina Braga de Paiva	ASSESSOR TÉCNICO	COMISSÃO DE HABITAÇÃO E ASSUNTOS MUNICIPAIS

Porto Velho, 11 de março de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0707362/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 05 (cinco) diárias aos servidores abaixo relacionados, pelo deslocamento via transporte aéreo, destino de Porto Velho/São Paulo/Porto Velho, no período de 11/03/2026 a 15/03/2026, Cobertura jornalística institucional e produção de conteúdo informativo sobre a participação da equipe parlamentar no evento Pesca & Companhia Trade Show 2026, visando ao registro e à divulgação das atividades institucionais nos canais oficiais de comunicação, conforme processo nº 100.050.000024/2026-65.

Nome	Cargo	Lotação
ISABELA FERNANDA GOMES CARVALHO COSTA	Assessora de Direção	SECOM

Porto Velho, 11 de março de 2026.

ROGÉRIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral - ALE/RO

ATO DE DIÁRIA Nº 0707386/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 03 (Três) diárias a servidora abaixo relacionada, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho-RO a Guajará Mirim-RO no período de 10/03/2026 a 12/03/2026, com a finalidade de cobertura fotográfica Institucional da inauguração da Unidade de Coleta e Transfusão de Guajará-Mirim – FHEMERON, conforme processo nº100.631.000072/2026-12.

Nome	Cargo	Lotação
------	-------	---------

MARCELA RAMOS BOMFIM	CHEFE DE DIVISÃO	DIV. DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA
----------------------	------------------	----------------------------------

Porto Velho, 11 de março de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0707393/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 03 (Três) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho-RO a Guajará Mirim-RO no período de 10/03/2026 a 12/03/2026, com a finalidade de produção de material jornalístico institucional para o portal oficial da ALE/RO da inauguração da Unidade de Coleta e Transfusão de Guajará-Mirim – FHEMERON, conforme processo nº 100.631.000072/2026-12.

Nome	Cargo	Lotação
DAVID RODRIGUES DOS PASSOS	ASSESSOR ESPECIAL	DEPARTAMENTO DE RÁDIO E TV

Porto Velho, 11 de março de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0707400/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 03 (Três) diárias a servidora abaixo relacionada, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho-RO a Guajará Mirim-RO no período de 10/03/2026 a 12/03/2026, com a finalidade de conduzir o veículo que irá transportar os servidores da SECOM que irão produzir material jornalístico institucional para o portal oficial da ALE/RO, conforme processo nº 100.631.000072/2026-12.

Nome	Cargo	Lotação
CLÁUDIA MILENA SIQUEIRA LOPES	ASSESSOR DE DIREÇÃO	DIVISÃO DE TRANSPORTE

Porto Velho, 11 de março de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0707007/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 6 (Seis) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho-RO a Cacoal-RO/ Rolim de Moura-RO/ São Miguel do Guaporé-RO no período de 11/03/2026 a 16/03/2026, com a finalidade de realizar cobertura fotográfica de reuniões realizadas durante agenda institucional, bem como a execução

das emendas parlamentares destinadas pelo Parlamentar nas regiões, garantindo a produção de conteúdos para os veículos de comunicação, conforme processo nº 100.044.000063/2026-41.

Nome	Cargo	Lotação
MARCEL DE SOUZA SILVA	ASSESSOR DE DIREÇÃO	DIVISÃO DE FOTOGRAFIA

Porto Velho, 11 de março de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0706964/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 03 (Três) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Ji-Paraná-RO a Porto Velho-RO no período de 11/03/2026 a 13/03/2026, com a finalidade de realizar a segurança e condução do veículo do Parlamentar Nim Barroso., conforme processo nº 100.059.000045/2026-09.

Nome	Cargo	Lotação
UESLEI BARNABE SILVA	ASSESSOR DE SEGURANÇA	SECRETARIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Porto Velho, 11 de março de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0707242/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder (05) cinco diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de PORTO VELHO X VILHENA X CACOAL X ALTO ALEGRE DOS PARECIS X PORTO VELHO no período de 12.03.2026 a 16.03.2026, Os referidos servidores irão acompanhar o Deputado Parlamentar Ezequiel Neiva, como segurança e motorista, respectivamente, no cumprimento da agenda aos municípios de Vilhena, Cacoal e Alto Alegre dos Parecis, conforme processo nº 100.048.000038/2026-28.

Nome	Cargo	Lotação
RAFAEL DOS REIS OLIVEIRA	ASSESSOR DE SEGURANÇA	SECRETARIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL
EDIVAN OLIVEIRA DE SOUZA	ASSESSOR DE SEGURANÇA	SECRETARIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Porto Velho, 11 de março de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0707151/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

TORNA SEM EFEITO: Conceder (03) três diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Cerejeiras - Porto Velho - Cerejeiras no período de 17/03/2026 a 19/03/2026, FINALIDADE de Solicitamos a concessão de diárias para o cumprimento de agenda , onde serão tratados os seguintes tópicos de interesse público e parlamentar: A agenda institucional compreenderá a verificação dos cursos ofertados junto à Escola do Legislativo, com o objetivo de identificar oportunidades de capacitação voltadas ao atendimento da população da região; a análise do andamento do evento destinado às mulheres, cuja programação contempla os municípios do Cone Sul; o acompanhamento das emendas parlamentares solicitadas em favor das associações do município de Cerejeiras; reunião junto à SEDUC para levantamento das demandas das escolas estaduais de Cerejeiras; comparecimento à SEDAM e à IDARON, visando acompanhar as demandas previamente encaminhadas ao Gabinete do Deputado Luizinho Goebel; bem como diálogo com o Parlamentar acerca da solicitação apresentada pela Associação Cerejeirense de Voleibol (ACV) para a realização de campeonato no município. As atividades previstas visam promover o atendimento direto às necessidades da população de Cerejeiras e da região do Cone Sul, por meio da articulação institucional, fiscalização de emendas parlamentares, apoio às associações locais e diálogo com órgãos competentes, contribuindo para o desenvolvimento social, educacional e econômico da comunidade, conforme processo nº 100.057.000063/2026-01.

Nome	Cargo	Lotação
LISETE MARTH	ASSESSOR TÉCNICO	GABINETE DEPUTADO LUIZINHO GOEBEL

Porto Velho, 11 de março de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0707194/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 03 (TRÊZ) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre Porto Velho - RO X Vale do Anari - RO X Machadinho - RO X Porto Velho - RO, no período de 12.03.2026 a 14.03.2026. com a finalidade de prestar assessoria e fazer registros fotográficos do Deputado Ismael Crispin durante agenda , conforme processo nº 100.511.000060/2026-54.

Nome	Cargo	Lotação
JIULIANO SIMÃO LUZ SALIM	ASSESSOR ESPECIAL DE GABINETE	GABINETE DEPUTADO ISMAEL CRISPIN

Porto Velho, 11 de março de 2026.

ROGERIO GAGO DA SILVA
Secretário-Geral

SECRETARIA DE COMPRAS E LICITAÇÕES

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº 100.1721.000112/2025-90

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE/RO torna público que realizará a contratação, por **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, da empresa **BENTO G CARRINHOS LTDA, inscrita no CNPJ nº. 28.451.320/0001-87**, sediada na Rua Carlos Dreher Neto, Nº. 1980, Bairro Industrial, CEP 95.706-440 – Bento Gonçalves/RS.

O objeto da contratação destina-se à aquisição de 10 (dez) carrinhos tipo plataforma para movimentar e transportar cargas pesadas, com objetivo de auxiliar as atividades do Departamento de Almoxarifado e Patrimônio da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, no valor total de **R\$ 17.578,00 (dezesete mil, quinhentos e setenta e oito reais)**, conforme consta nos autos do referido processo.

Porto Velho - RO, 11 de março de 2026.

Rogério Gago da Silva

Secretário Geral – ALE/RO

AVISO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 100.017.000180/2025-51

A Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia – ALE/RO torna público que realizará a contratação, por **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, com fundamento no art. 74, inciso III, alínea f, da Lei Federal nº 14.133/2021, da empresa **AMANDA LIDERANÇA E DESENVOLVIMENTO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **67.129.858/0001-21**, com sede na AL Tangará, Nº 80, Bairro Bosque do Vianna, CEP 06.711-020, Cotia/SP.

O objeto da contratação destina-se à complementação de inscrição de 01 (um) servidor no curso/evento intitulado “**APG - Programa de Gestão Avançada na modalidade Intensiva**”, que ocorrerá entre os dias 16 e 20 de março de 2026, em São Paulo/SP, no valor total de **R\$ 18.876,00 (dezoito mil, oitocentos e setenta e seis reais)**, conforme consta nos autos do referido processo.

Porto Velho - RO, 11 de março de 2026.

ROGÉRIO GAGO DA SILVA

Secretário Geral – ALE/RO

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

ATO DE REMANEJAMENTO Nº 11/2026/SEC-PLAN/ALERO

Promove alteração no orçamento da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

O Secretário Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com fundamento no § 1º do art. 7º e no art. 8º da Lei n.º 6.324, de 22 de janeiro de 2026 - Lei Orçamentária Anual - LOA 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Promover alteração no orçamento da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, conforme base legal, programação e valores a seguir especificados.

BASE LEGAL:

(x) Ajuste de QDD – art. 7º, § 1º, da Lei nº 6.324/2026 (não incide no limite de 20%).

() Alteração de dotação orçamentária – art. 8º, I, da Lei nº 6.324/2026 c/c art. 43, § 1º, III, da Lei nº 4.320/1964 (incide no limite de 20%).

() Despesa com pessoal – art. 8º, II, da Lei nº 6.324/2026 (não incide no limite de 20%).

PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

REDUÇÃO DE DOTAÇÃO

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
01.001.01.122.1020.2062	MANTER A ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	3.3.90.39	15000	200.000,00
TOTAL				200.000,00

ACRÉSCIMO DE DOTAÇÃO

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
01.001.01.122.1020.2062	MANTER A ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	3.3.90.30	15000	200.000,00

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos administrativos internos a partir dessa data, e efeitos externos a partir de sua publicação, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º A alteração orçamentária de que trata este Ato será registrada no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF, nos termos do art. 10 da Lei nº 6.324/2026.

ROGÉRIO GAGO DA SILVA

Secretário Geral - ALE/RO



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Gago da Silva**, **Secretário Geral**, em 10/03/2026, às 13:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.al.ro.leg.br/validar>, informando o código verificador **0705401** e o código CRC **D27E0200**.

Referência: Processo nº 100.022.000020/2026-14

SEI nº 0705401

Av. Farquar, 2562 - Bairro Arigolândia - CEP 76801-189 - Porto Velho/RO

Site www.al.ro.leg.br

ATO DE REMANEJAMENTO Nº 12/2026/SEC-PLAN/ALERO

Promove alteração no orçamento da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

O **Secretário Geral da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia** no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com fundamento no § 1º do art. 7º e no art. 8º da Lei n.º 6.324, de 22 de janeiro de 2026 - Lei Orçamentária Anual - LOA 2026,

RESOLVE:

Art. 1º Promover alteração no orçamento da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, conforme base legal, programação e valores a seguir especificados.

BASE LEGAL:

() Ajuste de QDD – art. 7º, § 1º, da Lei nº 6.324/2026 (não incide no limite de 20%).

(X) Alteração de dotação orçamentária – art. 8º, I, da Lei nº 6.324/2026 c/c art. 43, § 1º, III, da Lei nº 4.320/1964 (incide no limite de 20%).

() Despesa com pessoal – art. 8º, II, da Lei nº 6.324/2026 (não incide no limite de 20%).

PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**REDUÇÃO DE DOTAÇÃO**

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
01.001.01.122.1020.2418	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO, BENEFÍCIOS E ENCARGOS SOCIAIS DA ÁREA ADMINISTRATIVA	3.3.90.93	15000	50.000,00
TOTAL				50.000,00

ACRÉSCIMO DE DOTAÇÃO

Código	Especificação	Natureza da Despesa	Fonte de Recurso	Valor (R\$)
01.001.01.122.1020.2418	ASSEGURAR A REMUNERAÇÃO, BENEFÍCIOS E ENCARGOS SOCIAIS DA ÁREA ADMINISTRATIVA	3.3.91.96	15000	50.000,00
TOTAL				50.000,00

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos administrativos internos a partir dessa data, e efeitos externos a partir de sua publicação, nos termos da legislação vigente.

Art. 3º A alteração orçamentária de que trata este Ato está registrada no Sistema Integrado de Planejamento e Gestão Fiscal – SIGEF, nos termos do art. 10 da Lei nº 6.324/2026.

ROGÉRIO GAGO DA SILVA

Secretário Geral - ALE/RO



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Gago da Silva**, **Secretário Geral**, em 10/03/2026, às 18:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.al.ro.leg.br/validar>, informando o código verificador **0705900** e o código CRC **C1C8214E**.

Referência: Processo nº 100.022.000020/2026-14

SEI nº 0705900

Av. Farquar, 2562 - Bairro Arigolândia - CEP 76801-189 - Porto Velho/RO

Site www.al.ro.leg.br



ADVOCACIA-GERAL

EXTRATO DO SEXTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 005/2021

Processo Administrativo 100.025.000005/2024-84

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

Contratada: CLARO S/A

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO: O objeto do presente termo aditivo é a prorrogação excepcional do contrato n. 005/2021/ALE/2021, celebrado entre esta Casa Legislativa e a CLARO S.A., que versa sobre a fornecimento de serviços continuados de Telefonia Móvel Pessoal-SMP, para 370 (trezentos e setenta) códigos de acessos, para atender as necessidades da ALE/RO.

Parágrafo Único – São partes integrantes do presente Termo Aditivo, independentemente de sua transcrição, os processos n. 1087/2020-e, [100.025.000002/2023-60](#) (principal), [100.025.000005/2024-84](#) (relacionado), e o Contrato n. 005/2021/ALE/RO.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO AMPARO LEGAL: O respaldo jurídico do presente termo aditivo encontra-se consubstanciado no art. 57, §4º da Lei Federal n. 8.666/93, no Termo de Referência, bem como na Cláusula Primeira do Contrato n. 005/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo são provenientes de recursos consignados no orçamento do ano de 2026 da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, que correrão à conta da seguinte programação:

Fonte: 1.500.0.00001

Programa de Trabalho: 01 126 1006 2405 240501

Natureza de Despesa: 33.90.40.06 SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA/MOVEL - PCT DADOS

Número empenho 2026NE000456

Valor da cobertura orçamentária: R\$ 43.734,00 (Quarenta e Três Mil Setecentos e Trinta e Quatro Reais)

CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA: O presente termo aditivo terá vigência de 06 (seis) meses, a partir do dia 13 de março de 2026, como disposto no art.57, da Lei Federal nº 8.666, de 21 junho de 1993.

Parágrafo único. Fica expressamente consignada a possibilidade de extinção unilateral antecipada do presente contrato por parte da Administração Pública, uma vez que se está diante da prorrogação excepcional. Tal extinção decorrerá da assinatura de novo contrato de prestação de serviços, após a conclusão de procedimento licitatório aberto para tal finalidade.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR: O valor do presente Termo Aditivo é de R\$ 43.734,00 (Quarenta e três mil, setecentos e trinta e quatro reais)

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS: Ademais, ficam ratificadas e permanecem inalteradas todas as demais Cláusulas do Contrato 005/2021/ALE/RO, lavrado nos processos n. 1087/2020-e, [100.025.000002/2023-60](#) (principal) e [100.025.000005/2024-84](#) (relacionado).

Para firmeza e como prova do acordado, foi lavrado o presente TERMO ADITIVO, o qual, depois de lido e achado conforme, segue devidamente assinado pelas partes.

Porto Velho, 09 de março de 2026.

ROGÉRIO GAGO DA SILVA
Secretário Geral - ALE/RO

CLARO S/A
CNPJ n.º 40.432.544/0001-47
CRISTIANO MARCELO DA SILVA
CPF n.º. 438.347.602-34



Documento assinado eletronicamente por **Cristiano Marcelo da Silva, Usuário Externo**, em 10/03/2026, às 09:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rogério Gago da Silva, Secretário Geral**, em 10/03/2026, às 16:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.al.ro.leg.br/validar>, informando o código verificador 0703781 e o código CRC 400C0798.